

UNIVERSIDADE ABERTA



**‘Cabo Descendentes’ nos Países Baixos: Um estudo sobre identidade
sociocultural e a consolidação da sua cabo-verdianidade**

Flávia Alexandra Rendall Rocha (2001457)

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

Orientadora: Professora Doutora Bárbara Bäckström

Agosto 2023

Declaração das condições de utilização por terceiros

A dissertação “‘Cabo Descendentes’ nos Países Baixos: Um estudo sobre identidade sociocultural e a consolidação da sua cabo-verdianidade”, © 2023 by Flávia Rocha, pode ser utilizada por terceiros nos termos previstos pela Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Para consultar as condições previstas no licenciamento indicado, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>. Ou escreva para Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.



Agradecimentos

Sou imensamente grata:

Aos/às ‘cabo descendentes’ que, ao se disponibilizarem para partilhar comigo as suas perceções e vivências, tornaram-se cocriadores deste estudo. Agradeço-lhes as agradáveis conversas e úteis informações.

À minha orientadora, Professora Doutora Bárbara Bäckström, cujos valiosos conhecimentos, comentários e sugestões me conduziram durante o processo de escrita. Soube, no entanto, deixar espaço para as minhas reflexões e decisões e, por esse motivo, qualquer erro, imprecisão ou incoerência é da minha inteira responsabilidade. Obrigada pelo tempo disponibilizado, pela amizade e pela confiança.

A todos/as os/as docentes do curso que, durante o período curricular, ajudaram-me a preparar os aspetos teóricos e práticos para a condução e a realização desta pesquisa.

À Nídia e à Hannah, amigas de valor inestimável, ganhas nesta aventura. Pelo companheirismo, disponibilidade, colaboração e incontáveis momentos de apoio e motivação, em instante algum, por mais difícil, pensei desistir.

Pelas conversas, sugestões de leitura, correções ou informações agradeço a: Carlos Gonçalves, António da Graça, Jorge Lizardo, João Paulo Madeira, Francisco Pereira, Guy Ramos, Jorge da Veiga e ao Ministério das Comunidades de Cabo Verde.

Ao meu marido, Maicol, pelo amor, pois muito assumiu, para que me restasse tempo livre para estudar. Ao meu filho, Valdo, e à minha filha, Luana, ‘cabo descendentes’, por inspirarem o tema da pesquisa, mas também, por compreenderem que a mãe, durante tão longo período, nem sempre, pôde estar disponível. O meu propósito é ser o vosso exemplo.

Às minhas irmãs, Zuleika, Susana, Carina, Patrícia e Eveline, e à prima Andreia, pelo incentivo, risadas, amizade e força.

Por mencionar ‘força’, à minha mãe, Eurizanda e ao meu pai (*in memoriam*), Câncio, a quem agradeço a vida e o facto de me terem transmitido o amor aos livros e ao saber, a importância de pensar pela minha cabeça e a crença de que a força vem, em primeiro lugar, de dentro.

Dedicatória

Aos/às descendentes de imigrantes.

“Tu julgas que és indigno de liderar,
porque somos de dois mundos diferentes.
Mas é exatamente por isso que és digno.
Tu és a ponte entre a terra e o mar.”

“You think you are unworthy to lead
because we are from two different worlds.
But that is exactly why you are worthy.
You are the bridge between land and sea.”

Fala do filme Aquaman (Wan, 2018).

Declaração de Integridade

Statement of Integrity

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação. Confirmando que, em todo o trabalho conducente à sua elaboração, não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

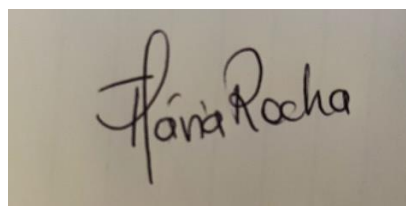
Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulation of the University Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2nd series, No. 215, of November 6, 2013).

Universidade Aberta, 17 de abril de 2023/ April 17, 2023

Nome completo/Full name: Flávia Alexandra Rendall Rocha



Resumo

‘Cabo descendentes’ nos Países Baixos: Um estudo sobre identidade sociocultural e a consolidação da sua Cabo-verdianidade

O estudo visa contribuir para a clarificação da identidade sociocultural de descendentes de imigrantes cabo-verdianos/as nos Países Baixos, aqui designados/as ‘cabo descendentes’. Tem como objetivo específico averiguar se a identidade (re)construída permite conjugar as várias influências culturais e consolidar a sua cabo-verdianidade. Espera-se que esta pesquisa gere conhecimento novo e socialmente pertinente acerca do objeto de estudo.

Recorreu-se à metodologia qualitativa, cujas características mais abrangentes, possibilitaram a captação de informação subjetiva. Ainda, orientou-se pela teoria construtivista social, que auxiliou a compreensão dos significados atribuídos aos sentimentos e ações dos/as participantes, tendo em conta os próprios quadros de referência. Por isso, a entrevista semiestruturada foi a principal técnica de recolha de dados.

Os resultados centrais permitiram constatar que o processo aculturativo dos indivíduos acusa a exposição a duas culturas dessemelhantes, a neerlandesa e a cabo-verdiana, encontrando-se a segunda em posição de desvantagem. Concluiu-se que desenvolveram identidades híbridas, não necessariamente transnacionais, mas, com inclinação para assim se tornar, caso as circunstâncias sejam favoráveis. Por sua vez, as influências da cabo-verdianidade, uma identidade composta, singular e exclusiva de pessoas que se denominam cabo-verdianas revelam-se fortes. Contudo, para gerar benefícios e subsistir nas gerações vindouras, a cabo-verdianidade parece carecer de investimento e vigilância, tanto da parte dos/as ‘cabo descendentes’ como do governo cabo-verdiano. De entre outras recomendações, defende-se, em particular, que ela seja ensinada por vias formais.

Palavras-chave: identidade, aculturação, Países Baixos, ‘cabo descendentes’, cabo-verdianidade, Cabo Verde.

Abstract

‘Cabo descendants’ in the Netherlands: A study on sociocultural identity and the consolidation of their Cabo Verdean identity

The study aims to contribute to the clarification of the sociocultural identity of descendants of Cabo Verdean immigrants in the Netherlands, designated here as 'cabo descendants'. Its specific purpose is to clarify if the (re)constructed identity allows for the binding by the various cultural influences and consolidating their Cabo Verdean identity. It is expected that this research will generate new and socially relevant knowledge regarding the subject of this study.

The qualitative methodology was chosen given its more comprehensive characteristics, allowing the obtainment of subjective information. The application of the social constructivist theory helped to understand the meanings attributed to the feelings and actions of the participants, taking into account their own frames of reference. Therefore, semi-structured interviews were used as the main data collection technique.

The findings in this study revealed that the acculturation process of individuals involves exposure to at least two dissimilar cultures, Dutch and Cabo Verdean, with the latter being at a disadvantage. As a result, the study concluded that they developed hybrid identities; not necessarily transnational, but with an inclination to become so, if circumstances are favourable. The influences of the ‘Cabo verdeanness’, a composite, unique and exclusive identity of people who call themselves Cabo Verdeans, are strong. However, in order to generate benefits and endure for future generations, this identity seems to need investment and vigilance, both on the part of 'Cabo descendants' and the Cabo Verdean government. In particular, it is recommended that it should be taught in formal ways.

Key words: identity, acculturation, The Netherlands, ‘Cabo descendants’, Cabo Verdean identity (‘Cabo Verdeanness’), Cabo Verde.

Samenvatting

‘Cabo nakomelingen’ in Nederland: Een onderzoek naar sociaal-culturele identiteit en de versteviging van hun ‘Cabo-verdianiteit’

Het onderzoek beoogt een bijdrage te leveren aan het ophelderen van de sociaal-culturele identiteit van nakomelingen van Kaapverdische immigranten in Nederland, hier aangeduid als 'Cabo-nakomelingen'. Het specifieke doel is om erachter te komen of de geconstrueerde identiteit het mogelijk maakt om de verschillende culturele invloeden te combineren en daarbij de Kaapverdische identiteit te behouden. Van dit onderzoek wordt verwacht dat het nieuwe en maatschappelijk relevante kennis over het onderzoeksobject oplevert.

Er is gekozen voor de kwalitatieve methode, zodat subjectieve informatie kon worden vastgelegd. Hierbij is de sociaal-constructivistische theorie toegepast om de betekenissen te begrijpen die worden toegeschreven aan de gevoelens en acties van de onderzoeksdeelnemers, rekening houdend met hun eigen referentiekaders. Daarom werden semi-gestructureerde interviews gebruikt als de belangrijkste techniek voor het verzamelen van gegevens.

De onderzoeksresultaten tonen aan dat de acculturatie van individuen gepaard gaat met blootstelling aan ten minste twee ongelijksoortige culturen: de Nederlandse en de Kaapverdische waarbij de laatste in het nadeel is. Hierdoor ontwikkelen ‘Cabo-nakomelingen’ hybride identiteiten; niet noodzakelijkerwijs transnationaal, maar met de neiging om dat te worden naar gelang de omstandigheden. Op zijn beurt, blijken de invloeden van de genaamd ‘Cabo Verdianiteit’, een samengestelde, unieke en exclusieve identiteit van mensen die zich Caboverdianen noemen, sterk te zijn. Om voordelen te genereren, zowel voor de nazaten als voor de Kaapverdische overheid lijkt deze identiteit investeringen en waakzaamheid nodig te hebben. Het wordt aanbevolen, onder andere, om het op formele wijze te onderwijzen, zodat het voor toekomstige generaties overleef.

Kernwoorden: identiteit, acculturatie, Nederland, ‘cabo nakomelingen’, Kaapverdische identiteit (‘Cabo verdianiteit’), Cabo Verde.

Índice

Declaração das condições de utilização por terceiros	II
Agradecimentos.....	III
Dedicatória	IV
Declaração de Integridade	V
Resumo.....	VI
Abstract	VII
Samenvatting	VIII
Índice.....	IX
Índice de Tabelas.....	XII
Índice de Figuras	XIII
Lista de siglas, abreviaturas ou acrónimos.....	XIV
Introdução.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO ESTUDO	5
Capítulo 1 – Enquadramento teórico-conceptual	6
1.1 Descendentes de imigrantes <i>versus</i> segunda geração de imigrantes.....	8
1.2 A relevância das redes de contacto.....	10
1.3 A noção de capital social.....	12
1.4 Identidade e aculturação.....	15
1.4.1 Identidade social.....	15
1.4.2 Identidade etnocultural	18
1.4.3 Estratégias de aculturação	21
1.4.4 O recurso ao transnacionalismo	26

1.4.5 A conceção da cabo-verdianidade.....	30
Capítulo 2 – Enquadramento histórico: história, cultura e migração	36
2.1 Resenha da História de Cabo Verde.....	36
2.2 Características gerais das migrações cabo-verdianas	42
2.3 Uma descrição concisa da emigração para os Países Baixos	48
2.4 Breve caracterização da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos	51
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	55
Capítulo 1 – O modelo de investigação científica e os pressupostos teórico- metodológicos.....	56
1.1 A amostragem ou a definição dos participantes.....	57
1.2 A opção pela metodologia qualitativa e o estudo de caso.....	59
1.3 As técnicas e os instrumentos de investigação.....	61
1.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	61
1.3.2 Entrevistas semiestruturadas e entrevistas exploratórias.....	61
1.3.3 Análise de conteúdo	64
1.4 Os pressupostos éticos.....	66
PARTE III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	67
Introdução.....	68
Capítulo 1 – Percursos pessoais e capital social.....	70
1.1 Trajetórias familiares.....	70
1.2 Trajetórias escolares	77
1.3 Redes de contacto nos Países Baixos	81
1.4 Ligações a associações	84
Capítulo 2 – Construindo a identidade etnocultural e social: um processo contínuo..	87

2.1 Consciência étnica e sentimento de pertença	88
2.2 Integração na sociedade neerlandesa.....	92
2.3 Avaliação da identidade etnocultural e social	97
Capítulo 3 – O modo de vida transnacional como estratégia de aculturação.....	100
3.1 Identificação do transnacionalismo simbólico	101
3.2 Identificação do transnacionalismo funcional	104
3.3 Cabo Verde como opção de futuro.....	110
Capítulo 4 – A Cabo-verdianidade como uma identidade cultural plástica	113
4.1 O conhecimento da história e da cultura cabo-verdianas	113
4.2 O interesse pela atualidade cabo-verdiana	116
4.3 A identificação de vivências cabo-verdianas no quotidiano: a língua cabo-verdiana.....	117
4.4 Políticas do governo de Cabo Verde para a sensibilização dos/as descendentes de emigrantes	122
Capítulo 5 – O futuro da cabo-verdianidade nos Países Baixos.....	128
Conclusões e considerações finais	133
Referências bibliográficas	142
ANEXOS	152
Anexo I – Guião de entrevista para ‘cabo descendentes’	153
Anexo II – Grelha de análise das categorias e subcategorias.....	157
Anexo III – Declaração de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação.....	160

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Crescimento da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos.....	51
Tabela 2 - Caracterização dos/as participantes do estudo	69

Índice de Figuras

Figura 1- Guia Geográfico de Cabo Verde	37
-----------------------------------------------	----

Lista de siglas, abreviaturas ou acrónimos

AC	Análise de Conteúdo
CBS	Centraal Bureau voor de Statistiek (Instituto Central de Estatística)
CMC	Comunicação Mediada por Computador
EUA	Estados Unidos da América
HBO	Hoger Beroepsonderwijs (Ensino Superior)
INE-CV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
MPD	Movimento para a Democracia
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
SA	Santo Antão
SN	São Nicolau
ST	Santiago
SV	São Vicente
VWO	Vorbereidend Wetenschappelijk Onderwijs (Ensino Pré-Universitário)

Introdução

Migrar não é uma iniciativa do ser humano (pós-)moderno. O *Homo erectus* e o *Homo sapiens* passaram da África para o continente europeu e, mais tarde, para outras regiões do mundo, entre 1,5 e 5 milhões de anos a.C. (Koser, 2007). A História humana é repleta de expansões, colonizações e viagens aventureiras de longas distâncias. Recentemente, a migração internacional tornou-se um fenômeno complexo e multifacetado, assim classificado pelas suas variadas causas, destinos, intensidades, durações, formas de integração no destino, bem como as suas mais diversas consequências (Ramos, 2014). Neste quadro, os/as descendentes de imigrantes aparecem como agentes preponderantes, uma vez que formam o grupo social responsável pela sedentarização do fenômeno das migrações (Machado & Matias, 2006) e pela introdução de profundas transformações nas sociedades contemporâneas.

O presente estudo inscreve-se na área da Sociologia das Migrações e das Relações Interculturais. Tem como população-alvo os/as descendentes de imigrantes cabo-verdianos/as ou ‘cabo descendentes’, nos Países Baixos. Serão, assim, denominados/as neste trabalho, porque os/as jovens neerlandeses/as de origem cabo-verdiana utilizam, comumente, o termo “cabo”, na sua gíria, para se autoidentificar, para designar Cabo Verde, a sua língua e o seu povo. O termo não tem tanta aceitação entre as gerações mais antigas, porém, será aqui adotado, porque é exclusivo desta comunidade, apresentando a vantagem de sintetizar a expressão “descendentes de imigrantes cabo-verdianos/as nos Países Baixos”.

Para a investigação, considerou-se a categoria de filhos/as, a geração transitória, a que, literalmente, se encontra entre, e convive com dois mundos. Concebeu-se como principal objetivo, contribuir para a clarificação da sua atual identidade sociocultural. Mais especificamente, almeja-se:

- ✓ Conhecer as suas trajetórias pessoais ou condições aculturativas;
- ✓ Compreender os seus posicionamentos, em termos de sentimentos de pertença, que conjuguem as influências culturais incorporadas;
- ✓ Averiguar resultados aculturativos que lhes sejam benéficos e facilitem a consolidação da sua cabo-verdianidade e laços com Cabo Verde. Para a análise,

optou-se por duas possibilidades: um modo de vida transnacional e a predisposição para a cabo-verdianidade. Estas noções serão esclarecidas no quadro teórico.

Como fio condutor da pesquisa, colocou-se a seguinte pergunta que orienta os objetivos: *De que formas o processo identitário dos/as ‘cabo descendentes’ nos Países Baixos contribui para a consolidação da sua cabo-verdianidade e consequente conexão a Cabo Verde?*

Nos dias de hoje, o estudo da identidade comporta um enorme desafio, na medida em que não se pode deixar de considerar as inovadoras facilidades de mobilização e informação, permitidas pelos novos meios de transporte e de comunicação. Em consequência, a “superdiversidade” (Vertovec, 2007, 2010 cit. Van de Vijver et al., 2015, p. 2) do mundo é responsável por identidades cada vez mais complexas e híbridas, que exigem análises profundas de compreensão dos acontecimentos atuais e a possível antecipação dos futuros. A identidade cabo-verdiana, em particular, é objeto de intensos questionamentos, em virtude das ambiguidades e complexidades que encerra (Góis, 2011). Por causa disso, se considerou importante apresentar uma breve resenha da História de Cabo Verde, que dará a conhecer as principais circunstâncias e acontecimentos que fundamentam o ser e o pensar do povo cabo-verdiano.

Na Europa, os maiores fluxos migratórios desencadearam-se após a II Guerra Mundial, daí os estudos sobre descendentes de imigrantes terem ganhado expressão, apenas, nos finais do século passado. Mesmo assim, continua a ser relativamente reduzida a literatura, em especial no que se refere a grupos étnico-sociais com menor expressão numérica e/ou que não suscitam grandes choques culturais. Com efeito, constatou-se uma escassez de dados, sobretudo, atuais, acerca de descendentes de imigrantes cabo-verdianos/as. Parece preocupante, em particular, ao se corroborar com Portes *et al.* (2008) que a história e a cultura das pessoas que tomaram a decisão de sair do seu lugar de origem, para procurar seja o que for noutras paragens, têm repercussões significativas na vida dos/as seus/suas descendentes. Ademais, prevê-se que, pelo seu número, os/as “jovens migrantes e descendentes de imigrantes (ou de origem imigrante) vão influenciar o futuro da Europa nas próximas décadas” (Padilla & Ortiz, 2014, p. 133), acreditando-se, também, que possam ter um papel determinante no desenvolvimento dos países da sua origem ou da dos/as ascendentes.

Apesar dos movimentos sociais e políticos e de inúmeras medidas estatais, desde meados do século passado, contra a discriminação ‘racial’, xenofobia e intolerância, os casos mantêm-se e proliferam. Entende-se que tal se deve ao déficit de conhecimento e informação acerca das minorias culturais, num contexto em que as sociedades se tornam cada vez mais multiculturais. Por este motivo, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, no dia 23 de dezembro de 2013, a Resolução 68/237 que decretou a Década Internacional de Afrodescendentes, para o período 2015-2024. Com esta resolução, a comunidade internacional reconhece os/as descendentes de imigrantes africanos/as como um grupo específico, vítima frequente de injustiças sociais e discriminação, e cujos direitos e liberdades precisam de ser protegidos e promovidos (Gomes, 2019). Com a escolha deste público-alvo pretende-se dar um modesto contributo para esta importante iniciativa.

O objeto de estudo é a identidade sociocultural de ‘cabo descendentes’, nascidos/as nos Países Baixos, numa faixa etária compreendida entre os 20 e os 32 anos. Conversou-se com treze indivíduos, nove do sexo feminino e quatro do masculino, que foram expostos, desde a nascença, a, pelo menos, duas culturas dessemelhantes: a neerlandesa e a cabo-verdiana. Perceber como organizam e gerem estas e outras influências, próprias da atual era global, durante a aculturação e, conseqüente, (re)construção da sua identidade, é a curiosidade que alicerça esta pesquisa.

O trabalho é de cariz exploratório, tendo-se adotado o método qualitativo e a teoria construtivista social, pela necessidade de uma abordagem mais holística, descritiva e interpretativa. Prioriza-se a compreensão da “conduta humana a partir dos pontos de vista daquele que actua” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 195), defendendo que a realidade é uma construção dos sujeitos sociais, fundamentada nos sentidos que atribuem às suas ações. Estes princípios justificam a escolha das técnicas utilizadas. Assim, para a esquematização dos quadros teórico e histórico, e para a contextualização do objeto de estudo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica. Os dados que permitiram elaborar esta dissertação, subjetivos e contextualizados, foram recolhidos, através de entrevistas semiestruturadas a participantes e de entrevistas exploratórias a informantes qualificados. Finalmente, as informações consideradas pertinentes foram submetidas à análise de conteúdo, permitindo auferir algumas ilações e recomendações.

A dissertação inicia com a secção introdutória, em que se apresenta o tema escolhido, o objeto de estudo, a questão central e os objetivos propostos. Seguidamente, foi estruturada em três partes. A primeira parte corresponde ao Enquadramento Geral do Estudo, subdividido em dois capítulos. No capítulo um apresenta-se o Enquadramento Teórico-Conceptual, ou seja, os trabalhos precedentes acerca do objeto de estudo ou do tema, as teorias e os conceitos que sustentam a pesquisa. O segundo capítulo é dedicado ao Enquadramento Histórico, em que se expõem os principais momentos históricos que influenciaram a génese do povo cabo-verdiano e o desenvolvimento das suas cultura e identidade. Neste mesmo ponto, realiza-se uma breve caracterização da emigração para os Países Baixos e da comunidade aí radicada.

A segunda parte do estudo é reservada ao Enquadramento Metodológico, ou seja, à explicitação do método, dos procedimentos e dos instrumentos adotados para conduzir a investigação. Também é, neste lugar, que se faz a caracterização dos/as participantes do estudo e se enunciam os principais aspetos éticos, levados em consideração.

Na terceira e última parte dedica-se à Análise e Discussão dos Resultados, procurando retirar ilações a partir do conhecimento das condições aculturativas a que os/as participantes foram sujeitos/as, da aprendizagem aculturativa experienciada e, ainda, dos resultados aculturativos alcançados. Neste sentido, selecionaram-se alguns temas para análise, que facultam respostas ao pretendido: o conhecimento das trajetórias pessoais dos indivíduos e do capital social adquirido, do processo de aquisição da identidade sociocultural, de eventuais estratégias transnacionais ou especificamente cabo-verdianas e, por fim, das tendências de preservação ou extinção da cabo-verdianidade. Por fim, as principais conclusões, recomendações e limitações do estudo podem ser encontradas nas Conclusões e Considerações Finais.

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO ESTUDO

Capítulo 1 – Enquadramento teórico-conceitual

Este capítulo incide na revisão de literatura e na apresentação das teorias e das definições conceituais, que servirão de alicerce para o tema em epígrafe. Para evitar resultados incompletos ou erróneos, a sua clarificação é indispensável, visto que se trata de teorias e conceitos complexos, a que têm sido atribuídos diferentes significados ao longo do tempo. É esta parte do estudo que facilitará os argumentos para se entender a partir de que ângulo se está a perspetivar os/as ‘cabo-descendentes’, por forma a responder à pergunta central desta investigação e a alcançar os objetivos anteriormente descritos.

Foram encontrados poucos estudos científicos que tenham os/as ‘cabo-descendentes’ como público-alvo e, além disso, não muito recentes. Porém, no âmbito internacional, identificou-se uma vasta literatura acerca de descendentes de imigrantes, explorada a partir de diversas perspetivas (Crul et al., 2012; Levitt & Waters, 2002; Portes et al., 2008; Portes & Rumbaut, 2001; Soehl & Waldinger, 2012). Os trabalhos referem-se, na sua maioria, aos Estados Unidos da América (EUA), enquanto país com a mais antiga tradição migratória, além de líder recetor de migrantes transfronteiriços nos últimos três séculos (Silva, 2013). Debatem temas relacionados com a identidade, a assimilação, a integração, o transnacionalismo e as relações entre estes fenómenos, que são relevantes para a presente pesquisa.

Nos países europeus, as maiores vagas migratórias foram registadas entre os anos 50 e 70 do século passado, com a rápida industrialização, o retorno das ex-colónias, além das migrações internas vindas do Sul e do Leste (Zick et al., 2008). Por este motivo, as consequências das migrações internacionais ficaram mais visíveis e ganharam centralidade nas esferas académicas e políticas, somente nos anos 90, após a Guerra Fria (Castles, 2005). As pesquisas sobre descendentes de imigrantes datam deste período e focam-se, sobretudo, em grupos bem representados, que suscitam discussões acerca dos choques culturais como, por exemplo, o muçulmano na Alemanha, Países Baixos ou França (Crul & Vermeulen, 2003; Hartmann, 2016).

No referente a descendentes de imigrantes de origem cabo-verdiana nas sociedades europeias, Portugal tem sido o país que mais atenção lhes dedica, abordando os mais diversos temas: os processos de integração e de identidade (Delgado, 2013; Herbert, 2012), os percursos escolares (Martins & Duarte, 2019; Seabra & Mateus, 2010), o associativismo ético

(Albuquerque, 2013), entre outros. Nos Países Baixos, seria tarefa laboriosa enunciar todos os livros, artigos e teses que se debruçam sobre as problemáticas referentes a descendentes de imigrantes, mas, igualmente, verifica-se que a maioria se centra nas comunidades demograficamente mais representativas, como, por exemplo, a turca (422.030 pessoas), a marroquina (414.186) ou a surinamesa (358.266) (Crul, 2000; Crul et al., 2012; Ham, 2008; *CBS Statline 2021*, 2021; Westerbeek, 2011). Quanto à população cabo-verdiana, as estatísticas oficiais contabilizam 23.150 indivíduos; números significativamente mais baixos (*CBS Statline*, 2022)¹. Por isso, não é de estranhar que a quantidade de estudos realizados seja inferior.

Especificamente sobre os/as ‘cabo descendentes’, a recolha de dados em páginas *web* oficiais detetou poucas investigações científicas, tendo a maioria sido publicadas há, pelo menos, uma década. Através de informantes qualificados, conseguiu-se tomar conhecimento e aceder a alguns estudos, relacionados com o presente tema, impressos na década de noventa do século XX. De entre eles, considerou-se a pesquisa sobre o estilo de vida e as posições sociais de jovens cabo-verdianos/as em Roterdão e Zaanstad (Naber & Veldman, 1997), cujas conclusões revelaram a necessidade de medidas mais adequadas, da parte do Estado neerlandês, de modo a garantir-lhes uma melhor posição social, bem como perspectivas de futuro mais favoráveis. Os dados foram tratados por investigadores profissionais, mas a iniciativa partiu e foi posta em prática por uma organização de jovens descendentes de cabo-verdianos/as.

Estudos menos remotos investigaram a identidade de descendentes de cabo-verdianos/as, determinando que estes sujeitos, em Roterdão, não podem ser considerados transnacionais, mas tão-somente, habitantes desta cidade e dos Países Baixos (Megens, 2011), onde encontram tudo o que precisam. Nova pesquisa inferiu que o transnacionalismo desempenha um papel importante na vida dos/as imigrantes cabo-verdianos/as e na dos/as seus/suas filhos/as, mas que não domina o seu quotidiano (Slingerland, 2012). Para tal, foi levado em conta o passado migratório desta população e as relações que mantêm com outras comunidades cabo-verdianas, espalhadas pelo mundo. Por outro lado, um estudo sobre o reforço de laços com o país ancestral

¹ Os dados populacionais referem-se ao número registado de imigrantes e a sua descendência mais direta. Para o grupo étnico cabo-verdiano, conseguiu-se dados de 2022 e para os outros, de 2021. A grande diferença quantitativa, porém, é uma constante, por diversas razões: o Suriname partilha um passado histórico com os Países Baixos; a Turquia e o Marrocos são países muito mais populosos do que Cabo Verde, tendo os/as imigrantes pioneiros/as chegado a este país há mais tempo e em maior número.

da “segunda geração de cabo-verdianos na Europa” (Graça, 2013, p. 9) identificou uma simultaneidade do fenómeno de integração no país de residência e o transnacionalismo, entre simbólico e funcional. Pensa-se que a diferença de resultados possa estar relacionada com a adoção de diferentes conceções do termo ‘transnacionalismo’.

Em seguida, abordam-se diferentes conceitos, teorias e temas que sustentarão o estudo, acreditando que o mundo social nunca é independente. As pessoas, as coisas e os saberes formam um ecossistema interconectado e, por isso, espera-se que cada teoria ou conceito fará sobressair um aspeto diferente do objeto de estudo, enriquecendo a sua análise.

1.1 Descendentes de imigrantes *versus* segunda geração de imigrantes

A definição e a denominação das gerações provenientes da imigração tendem a revelar-se controversas, daí que pareça apropriado iniciar por esclarecer a preferência pela designação ‘descendentes de imigrantes’, em detrimento de ‘segunda geração de imigrantes’, amplamente usada nos Países Baixos e não só. Não obstante, se recorreu a esta última expressão, nas buscas *on-line*, por forma a aceder a documentos indispensáveis para sustentar a investigação.

A razão primeira é que se considera que este público não é imigrante, mas sim filhos/as ou gerações sucessivas de pessoas que engendraram prévias travessias de fronteiras nacionais. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) define migrante internacional como o indivíduo “que se desloque para um país diferente do da sua residência habitual por um período de pelo menos um ano (12 meses), de modo que o país de destino se torne efetivamente o seu novo país de residência²”. O investigador e professor da Universidade de Oxford, especialista em estudos sobre a migração, globalização e diásporas, Robin Cohen (2019) defende que, hoje em dia, para abranger as diferentes facetas da migração dever-se-ia definir a pessoa migrante, simplesmente, como aquela que muda de local de residência quando precisa. Ora, os sujeitos em estudo não transpuseram quaisquer fronteiras para residir noutro país que não fosse aquele que os viu nascer.

² Tradução livre da autora. Texto original “who moves to a country other than that of his or her usual residence for a period of at least a year (12 months), so that the country of destination effectively becomes his or her new country of usual residence” (OECD Glossary of statistical terms - Long-term migrants definition, sem data)

Entende-se que a denominação ‘segunda geração de imigrantes’, ao ser assimilada e utilizada no senso comum, não favorece a aceitação da pertença de descendentes de migrantes às sociedades de onde são naturais, mesmo tendo plena consciência de que a distinção entre gerações não se refere, apenas, a uma questão natural (etária) e que seja, também uma construção social, baseada na família e na divisão dos papéis, estipulada pelas culturas (Menezes, 2002). De igual modo, a palavra ‘descendentes’ apresenta desvantagem ao parecer pressupor que todas as linhagens são iguais, o que não corresponde à realidade. Concorda-se com Albuquerque (2013) em como “a noção de descendentes aponta para múltiplos percursos e socializações, onde o fio condutor da ligação ao passado imigratório dos pais não remete para a imutabilidade e a homogeneidade de vivências” (p. 175). Mesmo assim, assume-se que seja fundamental que as pesquisas esclareçam que categorias participam no estudo, se filhos/as, se netos/as e/ou se bisnetos/as, porque o contexto é um fator crucial para a sua caracterização e compreensão. Dependendo de circunstâncias históricas, económicas, culturais, políticas ou sociais e de fatores tanto externos como internos, incluindo o geracional, entre as categorias podem existir grandes diferenças, em termos identitários e de visões do mundo.

Os/as autores/as que optam pela designação “segunda geração de imigrantes” (indivíduos nascidos no país recetor dos/as progenitores/as) solucionam este problema, recorrendo a expressões como “geração 1.25; 1.50 ou 1.75” (Rumbaut, 2004 cit. Gaspar, 2018, p. 113), para designar a faixa etária de chegada de descendentes ao país de imigração (entre os 13 e os 17 anos; entre os 6 e os 12 anos e entre os 0 e os 5 anos, respetivamente). Ou até, “geração 2.5” (Ramakrishnan, 2004 cit. Gaspar, 2018, p. 113) que corresponderia a descendentes com um/a progenitor/a estrangeiro/a e outro/a autóctone. Ciente de que o esclarecimento destes aspetos seja relevante, informa-se que, nesta dissertação, participaram, somente, filhos/as de imigrantes nascidos/as nos Países Baixos. Na secção destinada à sua apresentação esclarecer-se-á a naturalidade dos/as pais/mães.

Contudo, acredita-se que após algumas linhagens e com a intensa mobilidade e diversidade humanas, próprias da atualidade, a dada altura, deixe de ser viável atribuir um número às gerações erroneamente ditas imigrantes ou, mesmo, referir-se a ‘descendentes de imigrantes’. Tal como, por exemplo, não se denomina de descendentes de imigrantes europeus a população branca da América do Norte. Até porque, mesmo entre as categorias referidas-

filhos/as, netos/as, bisnetos/as- podem existir diferentes posicionamentos, inclusive sujeitos que se sintam e se autoelejam nativos do país de recepção da sua ascendência.

1.2 A relevância das redes de contacto

Os/as descendentes de imigrantes são indivíduos complexos, podendo-se, a partir do seu estudo, compreender os efeitos humanos, a longo prazo, das migrações (Portes, 1998; Portes & Rumbaut, 2001). A dinâmica das migrações internacionais pode ter antecedido a sua existência, mas influencia, imensamente, o seu quotidiano. São sujeitos que partilham vivências, normas e valores de duas ou mais culturas, com potencial para funcionar como agentes da interculturalidade no mundo atual. Para o acumular destas competências e consequente construção do seu rico e complexo ‘eu’ social, entende-se que o conjunto de pessoas que compõe a sua rede social desempenha um importante papel. Este trabalho se refere a este grupo como redes de contactos ou redes sociais enquanto, também alude a comunidade/s. De forma breve, esclarece-se estas conceções.

O conceito de rede social não é novo, embora seja muito popular nos dias de hoje, sendo utilizado não só na área científica, como na política e pelo senso comum. Vem sendo empregado desde o século XVII, mas somente após a II Guerra Mundial, com as enormes transformações sociais que caracterizaram este período e a necessidade de explicar as sociedades de relações complexas que se estavam a formar, ganhou um maior destaque (Portugal, 2007). Na ótica de Recuero (2005), a rede social consiste num conjunto de atores e as relações entre si. Estes ‘atores’ podem ser indivíduos, grupos ou instituições e a rede pode ser vista como o espaço, onde interagem e trocam informações, ideias e conhecimentos.

Participa-se que existem relações entre as redes e os comportamentos dos indivíduos que os constituem. Não se possui competências nem tempo suficiente para aplicar a análise dos nós (pessoas) e dos elos (relações) que compõem as redes, restringindo-se a tentar compreender como é que as atitudes e as perceções dos sujeitos, sobre a sua identidade, podem ser influenciadas pelas redes, em que participam. Watts (2003) sugere que as redes “são assinaturas de identidade social – o padrão de relações entre os indivíduos está mapeando as preferências e características dos próprios envolvidos na rede” (cit. Recuero, 2005, p. 4).

Existem dois tipos de redes sociais: formais e informais. As primeiras referem-se “às relações que foram estruturadas e prescritas previamente, enquanto a rede social informal se refere às relações que surgem espontaneamente, por meio da ação voluntária dos próprios participantes” (Andreoli et al., 2019, *on-line*). Este trabalho se debruça mais sobre redes familiares e de amizade pessoal, ou seja, redes informais. Só muito brevemente dedica-se à análise da participação dos sujeitos em associações, entendidas como redes formais.

Por sua vez, o conceito de comunidade, amplamente discutido em Sociologia, para Weber (1987), por exemplo, “funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional” (cit. Recuero, 2001, p. 3), limitada a um território. Com a industrialização e o desenvolvimento das grandes cidades, a noção de comunidade parece perder a sua essência na prática, e transforma-se para se adaptar à nova realidade. Abandona-se a ideia do meramente rural e unido por laços familiares para incluir novos aspetos e, por conseguinte, um maior número de pessoas. No entendimento de Palacios (1998, cit. Recuero, 2001), uma comunidade, além da territorialidade, deve incluir o sentimento de pertença, possuir um caráter de permanência, assim como uma finalidade comum, necessários para o estabelecer de relações e comunicação entre os membros. Outro autor que estudou esta noção é Sennet (1997), que substituiu a exigência de proximidade física (territorialidade) pela ideia de “pessoas com pensamentos semelhantes” (cit. Recuero, 2001, p. 4), ou melhor, pessoas que julgam partilhar interesses, características ou a mesma identidade.

A evolução destes conceitos foi importante, pois a partir dos anos 90 do século passado, o progresso tecnológico, sobretudo nas áreas de comunicação e de informação, aliado às facilidades de circulação pelo globo (viagens rápidas e baratas), originou a chamada “network society” (sociedade em rede) (Castells, 1996 cit. Van de Vijver et al., 2015, p. 2). Neste período, principiou-se a debater uma “nova ciência de rede” (Watts, 2003 cit. Portugal, 2007, p. 2), porque a realidade deixou de se desenrolar, apenas, na presença física das pessoas. Mesmo sem sair das suas casas, os indivíduos logram fazer parte de enormes comunidades, passando a dispor de redes de contacto e de relações que atravessam fronteiras nacionais. Por outras palavras, o mundo virtual é palco de encontros, de trocas, onde circulam, de certa maneira, os mesmos motivos, valores, crenças, hábitos e atividades que no físico.

Esta nova realidade obriga a que se tenha em mente adaptações para compreender as novas interconexões no mundo. No contexto digital, porque se trata de Comunicação Mediada por Computador (CMC), existe a tendência de se desconsiderar que há pessoas envolvidas. A rede digital é um ‘espaço’, onde ocorrem interações, entre indivíduos, grupos ou instituições, com impactos profundos na vida *off-line* (Recuero, 2001). Ante o exposto, julga-se necessário introduzir e definir, sucintamente, as redes sociais digitais, como sendo “[...] sites na internet que permitem a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos pelas pessoas e para as pessoas [...]” (Torres 2009 cit. V. Santos & Santos, 2015, p. 310). No que concerne as comunidades virtuais, são grupos de pessoas que estabelecem laços sociais no ciberespaço (Recuero, 2001).

A adesão a esta forma de comunicação tem ocorrido em massa e os/as participantes deste estudo não constituem exceção. A estrutura em que as relações sociais acontecem não é estática e forma “canais onde circulam fluxos de recursos” (Amaral, 2016, p. 109). A CMC facilita o contacto entre familiares, amizades, outras relações e parceiros/as de negócio, sobretudo entre quem se encontra distante, assim como promove o acesso a informações várias e globais, trazendo vantagens em todos os campos. De igual forma, a CMC dinamiza novas construções de saberes, sociabilidades e identidades (Santos & Cypriano, 2014).

O contexto virtual auxiliará a conhecer os canais e as redes, em que os/as ‘cabo descendentes’ participam, possibilitando perceber onde e como acedem aos recursos que utilizam nas suas negociações identitárias, assim como identificar a existência ou não de laços com Cabo Verde. O que se passa na rede espelha, de certa forma, a sociedade. As experiências e os recursos aí difundidos são

[...] organizados e classificados pelos grupos sociais e pelo próprio indivíduo, de acordo com sua visão de tempo/espaço, de estrutura social e aportes culturais e sociais. É assim que o simbólico ganha força na construção do sujeito através das redes sociais da internet.

(Vieira, 2011, p. 3)

1.3 A noção de capital social

O capital social fundamenta-se na noção de que a organização de pessoas em grupos traz benefícios não só individuais como coletivos. Apesar de a teoria ter obtido mais notoriedade há relativamente pouco tempo, sendo utilizada pelas mais diversas disciplinas, esta ideia já se

encontrava presente nas obras de Durkheim, Marx e Simmel, no século XIX (Pattussi et al., 2006; Portes, 1998). Estes autores defendiam que os indivíduos se completavam, através do envolvimento e da participação na vida social, podendo operar mais eficazmente se se organizassem em grupo, trocando “favores, informações e outros recursos” (Pattussi et al., 2006, p. 1526). Ao contrário de outras formas de capital, como o físico ou o monetário, o capital social é um conceito não tangível e de difícil determinação empírica. Por essa razão, apresentam-se algumas definições e esclarecimentos de autores que o exploraram minuciosamente, procurando evidenciar as propriedades que melhor servem esta pesquisa.

Bourdieu (1986) explicou que capital social é um “conjunto de recursos atuais ou potenciais”, à disposição de indivíduos ou grupos de indivíduos, “[...] ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos”³ (p. 248). Estas relações sociais podem ser do tipo formal (profissional) ou informal (familiar, de amizade) e requerem estabilidade e durabilidade. Ou seja, quanto maior e mais sólida a rede, mais acesso se tem aos recursos e, logo, aos benefícios, importando, até, a sua qualidade. Segundo o autor, neste ambiente, as ações individuais ganham força. Todavia, implicam encargos de inter-reconhecimento (amizade, respeito, dedicação, deveres, gratidão) (Bourdieu, 1986). Nesta lógica, importa conhecer os círculos de relações que os/as ‘cabo descendentes’ dedicam mais atenção, para perceber de onde vêm as maiores contribuições para a sua formação identitária e se, efetivamente, estes lhes granjeiam influências positivas.

Coleman (1988), para quem o capital social deve ser definido pelas suas funções, insiste na importância da sua aquisição, isto é, da escolha racional e individual de adquirir conhecimentos e capacidades. O comportamento dos atores sociais depende do quão imerso estão na estrutura social. Apesar de os recursos estarem, potencialmente, disponíveis para todos os membros, depende-se que não os possuem, de forma equivalente.

Outrossim, Putnam (1996) argumenta que o conceito de capital social se refere “a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (p. 177). A partilha de objetivos comuns motiva as ações sociais conjuntas dos sujeitos, o que torna as sociedades mais

³ Tradução livre da autora. Texto original: “[...]which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition”(Bourdieu, 1986, p. 248)

eficientes como um todo. A maior ou menor quantidade de capital social depende da melhor ou menos boa colaboração entre os seus membros. Assim também, este autor sustenta que quanto mais uso uma comunidade faz deste capital, mais ela o possuirá.

Sendo um “bem público” (Coleman, 1988, p. 188), o capital social pode ser produzido, somente, através de relações interpessoais. Sob outra perspectiva, Putnam (1996) confirma que esta forma de capital não é uma característica individual, nem poderá ser propriedade individual, sendo a ênfase colocada na vida organizada, com um alto nível de participação. Por isso, importa perceber se os/as ‘cabo descendentes’ delegam importância à criação de laços comunitários fortes, em que as pessoas confiam umas nas outras. Dado que, uma vez adquirida a confiança recíproca, espera-se que os indivíduos não desejem perdê-la, cientes do bem-estar e dos benefícios que traz para as suas vidas.

Ainda, este último autor considera que, o capital social é uma herança histórica, sendo gerada e melhorada pela comunidade, ao longo do tempo e conforme a sua experiência. Realmente, é de crucial importância analisar o contexto histórico e cultural, em que o capital social é gerado, pois este traz qualidades positivas, apenas, quando se destina a toda a sociedade. É incontestável que os grupos criminosos ou fanáticos, do mesmo modo, se organizem, criem e partilhem capital social entre os membros, mesmo que os seus propósitos possam não servir o civismo, a democracia ou o bem (Pattussi et al., 2006).

Partindo do pressuposto de que as contribuições dos autores mencionados se complementam, espera-se garantir que este estudo adote uma ampla noção do que seja capital social, podendo este se manifestar de diferentes formas. Assim, ao longo do trabalho poder-se-á referir a vínculos (*bonding*), a conexões (*bridging*) e a ligações (*linking*) (Szreter e Woolcock, 2004 cit. Pattussi et al., 2006, p. 1527). Os vínculos referem-se a relações muito próximas, em que se espera haver apoio e entendimento mútuo (por exemplo, entre familiares e amigos), enquanto as conexões sugerem redes mais amplas, mas, mesmo assim, “vitais” para que os indivíduos tenham maior acesso a oportunidades, bens e capacidades. Por fim, as ligações aludem “às alianças com indivíduos em posições de poder”, e favorecem os recursos que geram, também, a prosperidade e o poder (Pattussi et al., 2006, p. 1527).

Compete reconhecer que a teoria do capital social não está livre de críticas, sendo uma das principais a sua difícil mensurabilidade. Adicionalmente, a literatura é extensa, entendida e

avaliada de diferentes formas, nem sempre cumprindo com o rigor terminológico, falhando muitos estudos a obtenção de “evidências empíricas” (Pattussi et al., 2006, p. 1530). Igualmente, ser-se-á prudente o suficiente para não apresentar as redes comunitárias como entidades ideais, sem conflitos, em que os membros trabalham, em harmonia, para alcançar os objetivos comuns. Mesmo assim, considera-se que, em combinação com as restantes teorias e conceitos, em que este trabalho se fundamenta, os princípios do capital social auxiliarão a clarificar a identidade da população em estudo.

1.4 Identidade e aculturação

Neste lugar, objetiva-se compreender como se processa a construção identitária. Para isso, julga-se fundamental que sejam esclarecidos diversos conceitos, bem como a sua articulação, pois serão basilares ao longo de toda a dissertação. Restringir-se-á aos conceitos de identidade social e de identidade cultural, que implicam a referência à identidade étnica. Estas noções interferem em toda a dinâmica do processo aculturativo, gerando variados resultados. No entanto, dada a complexidade dos conceitos que conhecem várias definições, algumas mesmo divergentes, alerta-se para a impossibilidade de se abordar todas as suas componentes.

1.4.1 Identidade social

Conforme Bradley (1996),

[...] a identidade social se refere ao modo como nós, enquanto indivíduos, nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam.

(Bradley, 1996, p. 24 cit. Tilio, 2009, p. 110)

Tal significa que a identidade se forma a partir de narrativas sociais, situadas e constantes. Apropriadas pelos indivíduos, estas são partilhadas, interpretadas e projetadas nas aparências, ideias, ações e linguagem. Para não haver dúvidas quanto aos sentidos inerentes à definição acima exposta, inicia-se por refletir acerca de um dos conceitos mais polémicos da história das ciências sociais: a cultura. Autores/as vários/as tentaram abranger os campos que ela alcança, sendo que alguns preenchem páginas e páginas. Ainda assim, duvida-se que o consenso quanto ao significado do termo tenha já sido alcançado.

Sem a pretensão de a definir, cultura é aqui entendida como todo o ambiente construído pelo ser humano, na forma de hábitos, normas, valores, representações e práticas sociais, bem como de arte, tecnologia ou arquitetura. Ou seja, é todo o criado, partilhado e assimilado pelos membros de uma comunidade ou grupo social (Geertz, 2008; Laraia, 2007). De imediato se intui que não é geneticamente transmitido.

Geertz cita Goodenough (1981) e reforça que a “[...] cultura de uma sociedade [...] consiste no que quer que seja que alguém tem de saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros” (2008, p. 8). Esta citação vai de encontro a Cuche (1999), para quem a cultura influencia o comportamento humano, não só o seu pensar como a sua ação. Assim se depreende que, a cultura é própria das pessoas, que têm por hábito atribuir nome e significado às coisas.

Concorda-se, mais uma vez, com Geertz (2008), quando manifesta que a cultura não pode ser vista como “uma ciência experimental em busca de leis, mas, como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (p. 4). Ou seja, o termo possui um carácter simbólico, em que os indivíduos recebem e interiorizam um conjunto de significados que vão transformando. Tal implica que os sujeitos não são meros “produto[s] da sua cultura” (Ramos, 2001, p. 165), mas, mesmo seu criador. Este achado permite compreender que cultura é comunicação, porque é “através da influência da cultura que os indivíduos aprendem a comunicar” (Ramos, 2001, p. 162). Ela vai sendo construída e transmitida através do diálogo e assumida de geração em geração, muitas vezes, inconscientemente (Cuche, 1999; Laraia, 2007). Em síntese, a cultura é evolutiva e dinâmica, embora as alterações ocorram de maneira lenta.

Respeitando o facto de, para algumas culturas, o conceito de identidade não ter qualquer significado (Liebkind, 1992; Verkuyten, 2000 cit. Liebkind, 2006), não sendo aqui o caso, participa-se que “cultura e identidade estão associadas” (Cuche, 1999, p. 175). Sem confundir as duas noções, assume-se que a segunda se forma e se transforma, devido a particularidades da primeira, ou seja, devido aos sistemas culturais (Hall, 2020). É um processo multidimensional, que implica que as pessoas, ao envolver-se em relações entre si, vão construindo a sua identidade social. No entanto, esta encontra-se necessariamente inserida numa ou mais culturas (Tilio, 2009). O essencial a reter é que, ao contrário da cultura, a identidade não remete para processos inconscientes.

A identidade se constrói a partir de duas dimensões: por um lado, a pessoal, que abarca os elementos que especificam quem se é (como o nome, a filiação, a data de nascimento) e, por outro, a coletiva, que indica a que comunidade ou grupo se pertence, ou se julga pertencer. Não só o conhecimento da pertença a um grupo, mas também e não menos importante, “o significado emotivo e avaliativo” atribuído a este saber (Sebatier et al., 2002, p. 70 cit. Gomes, 2019, p. 27).

Os indivíduos têm, à disposição, um vasto leque de possibilidades para ‘compor’ a sua identidade. Influências de várias ordens, interdependentes, interseccionadas e não estáticas, porque localizadas no tempo e no espaço, atuam na seleção que cada um faz para formar a sua individualidade (Abranches, 2004; Barros, 2005). Não se pretende passar a ideia de que, a qualquer momento, se possa escolher uma identidade arbitrária. Ou ainda, que a identidade existe à partida e, apenas, aguarda ser resgatada (Mouffe, 2001 cit. Tilio, 2009). Situando numa perspetiva socio construtivista, defende-se que a identidade vai sendo concebida, pouco a pouco, dentro das redes de relações interpessoais e intergrupais. Efetivamente, Cuche confirma que “a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (1999, p. 183), o que faz deduzir que se trata de um processo dinâmico e flexível, embora bastante estável.

Nesta linha de raciocínio, entende-se que a identidade não é um constructo fixo, herdada biologicamente, e sim, produto da interação dos indivíduos com os outros membros da sociedade (Breakwell, 1986 cit. Liebkind, 2006; Taylor, 1994), manifestando-se por meio de práticas sociais e de discurso. Estas encontram-se ancoradas em “critérios culturais, históricos e institucionais” (Tilio, 2009, p. 112). Esta assunção determina que, nesta dissertação, se dê tanta importância ao papel desempenhado pela família e por outros grupos de sociabilidade dos/as ‘cabo descendentes’, à forma como falam de si e do outro e, ainda, ao contexto.

Em ambientes multiculturais e nesta era pós-moderna, tanto mais “complexas e contraditórias” (Castles, 2005, p. 84) se tornam as identidades sociais, podendo assumir formas híbridas. Além de serem fragmentadas, na medida em que contêm diferentes componentes (de género, etnia, classe social, idade e outras); podem ser transitórias, variando com as situações; e contraditórias, porque dois ou mais elementos da identidade podem entrar em conflito, um com o outro. Tal só é possível, porque se presume que a identidade social não é inerente à pessoa. Ademais, se prevê que elas sejam fluídas (Bauman, 2012), ou seja, constantemente (re)construídas, possibilitando a adoção ou o abandono de qualquer dos elementos. Todavia,

julga-se essencial demarcar que, assim como pensa Maalouf (2000), um indivíduo não possui diferentes identidades; apenas uma, composta de vários elementos. A combinação, em maior ou menor grau, de cada um, conforme as escolhas, fidelidades e sujeições dos indivíduos é que determina que cada pessoa seja única no mundo.

É deveras excepcional a série de viabilidades à disposição dos/as ‘cabo descendentes’, nascidos/as num país, cuja cultura não está próxima da do país de origem dos pais ou das mães, sobretudo, encontrando-se incluídos/as numa minoria étnica. Face ao exposto, julga-se, neste ponto, possuir-se uma clara antevisão dos enormes desafios encarados nas negociações identitárias. Os/as descendentes podem assumir diferentes posicionamentos, desde reações ativas contra a identidade difundida pelas instituições dominantes até a aceitação passiva de identidades impostas, mesmo que levem à estigmatização (Hall, 2020).

Finalmente, realça-se que a identidade nunca pode ser dada por completa ou acabada. Admite-se, no entanto, que ela possa chegar a ser considerada madura, quando os/as agentes sociais a reflitam profundamente e experimentem as inúmeras possibilidades de que dispõem (Fridman, 2000 cit. Tilio, 2009). Neste sentido, procurar-se-á intuir se os/as participantes neste estudo possuem a perceção de ter alcançado ou de estar em vias de alcançar uma identidade que os/as satisfaz.

1.4.2 Identidade etnocultural

Quando se trabalha as terminologias de identidade e cultura, assumindo que se formam e se transformam no seio das interações sociais, tendem a ficar muito próximas. Tal acontece, porque muitas das “categorizações que definem culturas também definem identidades (classe social, idade, (...), profissão, gênero, sexualidade, origem, etc.)” (Tilio, 2009, p. 116). Porém, é crucial que se assimile que é possível participar de uma dada cultura sem que os membros partilhem a mesma identidade. Noutros termos, “uma mesma cultura pode ser instrumentalizada de modo diferente e até oposto nas diversas estratégias de identificação” (Cuche, 1999, p. 201). O que acontece é que, a determinado momento, os indivíduos reconhecem diferenças culturais entre os grupos sociais. Identificam-se a um específico, considerando-o o seu grupo de pertença (Merton, 1968 cit. Saint-Maurice, 1997).

Com a globalização e as novas tecnologias, para construir a sua visão da realidade, as pessoas podem, facilmente, ir buscar hábitos, normas e valores a diversas culturas. O grupo de pertença pode não corresponder ao grupo de referência, apropriando-se, neste, dos padrões que ditam a sua conduta social. Assim se percebe que, a identidade cultural é parte da identidade social (Tajfel 1981 cit. Phinney & Ong, 2007), anteriormente definida. A vinculação a um ou a mais grupos culturais resulta de um ato consciente. Contudo, para uma real afiliação, não basta o mero conhecimento do/s grupo/s; são necessárias experiências e ações concretas. Estas escolhas e práticas dos indivíduos vão tendo repercussões, ao longo do tempo e das gerações (Phinney & Ong, 2007).

Não só os/as descendentes de imigrantes, mas, em especial estes/as, têm sido vistos/as como detentores de pertenças e nacionalidades múltiplas e mutáveis (Abranches, 2004; Graça, 2013), responsáveis para que as suas identidades culturais se revelem, identicamente, contraditórias, fragmentadas e fluídas. Neste cenário, por ser uma das variáveis que manipula a identidade, a etnicidade se destaca na análise de como estes indivíduos se autoidentificam ou se distinguem dos membros de outros grupos (Abranches, 2004; Graça, 2013; Lev Ari & Cohen, 2018). Logo, é compreensível que esta noção levante uma série de questões relacionadas com a cultura.

A etnicidade, usada na antiguidade para designar povos ditos bárbaros e incivilizados, tem as suas raízes na antropologia e na etnologia (Liebkind, 2006). Nas ciências sociais, o conceito só foi adotado a partir de 1940, associado a grupos localizados num território específico, partilhando determinados aspetos genéticos e/ou culturais, especialmente, “minorias populacionais, não desejáveis” (Escudero, 2018, p. 118). No senso comum, etnia carrega em si todo o peso da ideia de ‘racionalização’ de seres humanos, o que, para a ciência, é inaceitável. Por possuir este carácter polissémico e ambíguo, o sentido do conceito exige clarificação.

Na literatura consultada, identificaram-se diferentes significados atribuídos à etnicidade ou à identidade étnica, como componente da identidade social: uma forma de autoidentificação; um sentimento de pertença e lealdade; um sentido de valores e atitudes partilhados; uma atitude para adesão a grupos (Liebkind, 2006; Phinney, 2003; Phinney & Ong, 2007). Considera-se que todos estes sentidos se complementam e que o conceito é multifacetado (Phinney & Ong, 2007). Ainda, se esclarece que, com identidade étnica objetiva-se referir ao âmbito cultural e não

biológico do público estudado. Ou seja, leva-se em conta elementos como o parentesco, a nacionalidade, as afinidades a uma língua e/ou a um território (Santos et al., 2010), e não semelhanças genéticas, que nos/as ‘cabo descendentes’ são tão diversas. O motivo desta diversidade genética será mais bem entendido no capítulo delegado ao enquadramento histórico, em que se dará a conhecer a génese da população cabo-verdiana.

Ao contrário do assumido pelo conhecimento vulgar, a etnicidade é uma construção mutável, conforme “os contextos sociais, económicos, demográficos, ideológicos e históricos” (Albuquerque, 2013, p. 32). Todavia, não se pode negligenciar o facto de o sentimento de pertença a um grupo, que possui ou se imagina possuir as mesmas origens e cultura, perdurar por longos períodos temporais, atravessando gerações (Liebkind, 2006). Não se escolhe o grupo étnico em que se nasce. O que varia é o grau de importância que cada indivíduo lhe outorga, como parte da sua identidade. Acresce que, como é uma dimensão ganha na primeira fase da vida (socialização primária), a etnicidade parece alojar-se numa parte marcante da identidade da pessoa (Liebkind, 2006).

Por outro lado, a partilha de uma identidade étnica não implica que o grupo seja homogéneo. Esta convicção é importante e interessante, dada a enorme heterogeneidade dos/as ‘cabo descendentes’, atestada em estudos existentes (Góis, 2008; Graça, 2013). Considera-se que, apesar das inúmeras influências sofridas, a individualidade de cada um/uma pode e deve ser esperada. Ou seja, as combinações identitárias não retiram espaço à singularidade dos indivíduos. Neste seguimento, concorda-se com Maalouf (2000), em como as identidades não podem ser divididas em parcelas, como não é correto denominar uma pessoa de ‘meia neerlandesa e meia cabo-verdiana’. A identidade é um todo, ímpar e original, “feita de todos os elementos que a moldaram, segundo uma «dosagem» particular que nunca é a mesma de pessoa para pessoa” (Maalouf, 1999 cit. Abranches, 2004, p. 24).

A identificação a um grupo cultural pode até ser meramente simbólica, mas resulta de processos sociais que acabam por criar fronteiras étnicas, decorrentes de “critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifesta a pertença e a exclusão” (Barth, 1998, p. 195). Segundo Barth (1998), cada indivíduo decide que critérios valoriza para comunicar que pertence a este e não àquele grupo cultural, sendo possível que duas pessoas não nomeiem os mesmos traços culturais e, mesmo assim, declarem sujeição à mesma cultura. Logo que a

identificação a um grupo cultural é percebida pelos sujeitos, dificilmente deixa de fazer parte da sua auto categorização.

Conforme Phinney e Ong (2007) e na reflexão que se propõe fazer, de modo a garantir um sentido lato à identidade etnocultural, serão consideradas as suas componentes mais importantes. Sucintamente, as seguintes: autocaracterização como membro de um determinado grupo cultural, visto como um elemento básico (*self-categorization and labelling*); compromisso e apego, ou seja, o sentimento de pertença ao grupo (*commitment and attachment*); exploração ou a procura de informações acerca do grupo étnico, seja por leituras, conversas com outras pessoas, participação em eventos (*exploration*); comportamentos étnicos, como por exemplo, falar a língua, apreciar a música, usar os trajes, consumir pratos tradicionais (*ethnic behaviors*); avaliação e atitudes endogrúpicas, que será apreciado pelas atitudes positivas ou negativas percebidas acerca do/s grupo/s a que se pensa pertencer (*evaluation and ingroup attitudes*) e, por último, a importância ou relevância atribuída ao grupo, tentando perceber se influencia o seu quotidiano (*importance and salience*) (p. 272-274).

Estes aspetos serão analisados na parte destinada à pesquisa empírica. A finalidade deste procedimento é apreciar se os/as ‘cabo descendentes’ possuem uma consciência étnica cabo-verdiana, aliada, ou não, a comportamentos. Não serão considerados apenas os casos, em que os/as participantes respondam positivamente a todas e cada uma das componentes, aceitando-se que uma parte das mesmas seja satisfatória. Espera-se que as opiniões partilhadas pelos sujeitos em estudo ajudem a identificar as estratégias de aculturação adotadas.

1.4.3 Estratégias de aculturação

Na Europa do pós-guerra, tanto a classe política como a científica social confiaram no caráter temporário da imigração, ou seja, na ideia de que a partir do momento em que os/as ‘trabalhadores-convidados/as’ não fossem mais necessários/as, voltassem para os seus países de origem. Contudo, o tempo obrigou o reconhecimento deste equívoco. Em primeiro lugar, porque se verificou que, uma vez iniciadas, as redes migratórias ganhavam ‘vida própria’ e continuavam a expandir, sem que as autoridades as conseguissem travar. Também, porque após o nascimento dos/as filhos/as, os/as imigrantes adiavam ou cancelavam os planos de regresso para a terra natal

(Castles, 2005; Pires, 2003; Vala, 2004). É neste contexto que, as estratégias de incorporação de imigrantes nas sociedades europeias passam a fazer parte dos debates políticos e sociais.

Nos Estados Unidos, o fenómeno já vinha sendo estudado, tendo o termo ‘aculturação’ sido cunhado, em 1880, pelo antropólogo J. Powel, para designar as transformações culturais resultantes dos encontros entre indígenas norte-americanos/as e a colonização europeia (Castro, 2014). Outra definição conhecida é de Redfield, Linton e Haerskovits (1936) e caracteriza “grupos de indivíduos com culturas diferentes [e que] entram em contacto próximo e contínuo, com mudanças subsequentes nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos”⁴ (cit. Van De Vijver & Phalet, 2004, p. 216). Esta descrição pressupõe duas culturas, igualmente, dominantes, o que no contexto migratório nem sempre é o caso. Em especial, quando um dos grupos representa uma minoria étnica.

As teorias migratórias clássicas apresentam o conceito de aculturação como um processo unidimensional: a linear aquisição ou adoção da cultura do grupo dominante pelo subalterno (Van De Vijver & Phalet, 2004). Conforme esta perspetiva, a assimilação seria o único modelo de incorporação de sucesso para os/as imigrantes. Após a decisão de fixarem residência num país mais desenvolvido, seria mais vantajoso aprenderem a língua; adotarem os valores, normas e práticas culturais deste país; enquanto, paulatinamente, abandonavam os originários. Nesta lógica, os/as descendentes, ao nascerem nestas sociedades, seriam socializados/as e absorvidos/as, de forma automática pela cultura maioritária.

O tempo e os novos saberes obrigaram a reconhecer as limitações dessa teoria e implicaram a introdução de modelos de aculturação baseados numa conceção mais dinâmica da cultura. Os modelos bidimensionais preveem que os grupos étnicos podem preservar a sua cultura originária, enquanto adaptam-se às sociedades anfitriãs. Uma das suas grandes referências é o psicólogo John W. Berry (2017), para quem a aculturação é um processo dual “[...] de mudança cultural e psicológica que ocorre como resultado do contacto entre dois ou mais grupos culturais e os seus membros individuais”⁵ (p. 15). Para o autor, o fenómeno

⁴ Tradução livre da autora. Texto original: “[...] groups of individuals having different cultures [that] come into continuous first-hand contact, with subsequent changes in the original cultural patterns of either or both groups.” (1936, p. 149 cit. Van De Vijver & Phalet, 2004, p. 216)

⁵ Tradução livre da autora. Texto original: “[...] of cultural and psychological change that take place as a result of contact between two or more cultural groups and their individual members” (2017, p. 15)

ocasiona alterações das normas culturais e da estrutura (instituições), bem como mudanças psicológicas nos indivíduos, notando-se, por exemplo, no comportamento, no vestuário, na gastronomia, nas visões do mundo e na forma como os indivíduos reagem na presença do ‘outro’ (Berry, 2017).

Berry (1990) categoriza as estratégias de adaptação de imigrantes, a partir de duas perguntas: “Devo manter a minha identidade cultural?” e “Devo manter relações culturais com os outros grupos?” (cit. Vala, 2004, p. 51). As respostas possíveis são “sim” e “não”. Responder afirmativamente a ambas as questões tem como resultado a integração, visto como a melhor opção, ou seja, a adoção de normas culturais da cultura dominante ou recetora, mantendo normas da própria cultura. Responder ‘não’ a ambas, leva à marginalização ou rejeição de ambas as culturas, a pior alternativa, segundo o autor e a generalizada opinião. Se a pessoa responde positivamente à primeira pergunta e opõe-se à segunda, o desfecho é a separação (rejeição da cultura dominante a favor da originária). O contrário leva à assimilação, antes definida. Este modelo motiva o multiculturalismo, mas falha ao não analisar o dinâmico processo de aculturação dentro do seu contexto. Por exemplo, não leva em consideração as atitudes do/s grupo/s maioritários/s no tocante à aceitação ou à discriminação de imigrantes e de minorias, como se as estratégias adotadas por estes se regessem pelo livre-arbítrio.

Mais tarde, para colmatar a lacuna, a perspectiva do grupo dominante é introduzida por Bourhis *et al.*, em 1997 (Vala, 2004), que, ainda, introduzem uma nova estratégia, a individuação. Esta é reconhecida e readaptada por Berry, que a denomina individualização. A alternativa se aplica a membros de grupos subalternos que dão uma resposta negativa para ambas as questões, mas experienciando a situação alcançada como favorável (Vala, 2004). Ela incentiva a descategorização dos grupos (Brewer & Miller, 1984 cit. Vala, 2004) e a preferência por relações personalizadas.

No seguimento destes modelos têm aparecido diferentes interpretações, aperfeiçoamentos, críticas e louvores, não só em estudos referentes ao contexto da migração, como da interculturalidade em geral. Na prática, a pura assimilação não acontece para os/as filhos/as de imigrantes (Portes et al., 2008), assim como ela nem sempre é percebida como positiva. Consoante Vala, a assimilação só aparentemente apazigua os medos em relação ao diferente, pois em períodos críticos da vida de um indivíduo ou de uma sociedade, “o medo de

perda da identidade” (2004, p. 56) é imediatamente despertado, com nefastas consequências: discriminações, marginalizações e crises identitárias. Mesmo a integração que, em teoria, incita ao multiculturalismo, muitas vezes, só o aceita em privado, pois muitos governos, instituições e sociedades de países recetores exigem das populações imigrantes, lealdade e pertenças primárias, enquanto ambicionam para os/as descendentes, a total assimilação (Castles, 2005).

Tal parece ser o caso dos Países Baixos, em que a diversidade cultural tem levantado imensos desafios para os/as imigrantes e a sua descendência, que constituem, aproximadamente, um quarto da população (Andriessen et al., 2020). Historicamente, têm sido categorizados/as em grupos, possuindo determinados atributos (Ghorashi, 2006), o que corresponde a uma assunção estática da cultura e unilateral da aculturação. Retira a perceção de individualização às pessoas, que interiorizam a sensação de serem membros de um grupo homogéneo, sem espaço para atuarem como indivíduos.

Nos últimos anos, após imensas críticas, o país tem procurado retirar as “caixas” (*boxes*), em que as pessoas se deveriam inscrever, como por exemplo, a distinção entre autóctones (nativo/as) e alóctones (migrantes ou com ascendência de origem migrante). Neste sentido, tem sido investido em políticas, visando a promoção da diversidade e da inclusão sociais (Snel et al., 2019), cientes da alta multiculturalidade presente na sociedade. É esperado que, a cada geração, os/as descendentes de imigrantes, mais bem informados/as e capacitados/as que a anterior, recuperem as desvantagens existentes e o seu devido e desejado lugar na sociedade. Malgrado isso, Ghorashi revela que, paradoxalmente, as políticas não têm conseguido distanciar-se do “pensamento categórico” (2006, p. 42), tendo passado a distinguir entre ocidentais e não ocidentais. Consoante a autora, pressupõem que os/as cidadãos/ãs de origem migrante, em particular, os/as não ocidentais, desviam-se social e culturalmente do padrão neerlandês, assumindo, ainda, que são desfavorecidos/as em termos económicos. Em função disso, é real o risco de, na prática, as medidas não surtirem o efeito previsto, e os sujeitos continuarem a ser vítimas de discriminações diversas.

Snauwaert *et al.* (2003 cit. Liebkind, 2006), após compararem, empiricamente, diferentes modelos aculturativos, argumentam que a (auto) associação a uma identidade étnica é um elemento independente da integração social. A manutenção da cultura minoritária não é incompatível com uma boa integração na sociedade, em que se reside. Assim também, uma

menor identificação com a cultura dominante não implica a renúncia a contactos interculturais. Com plena consciência de que os/as ‘cabo-descendentes’ não são imigrantes, mas atendendo que, durante a sua trajetória pessoal, duas culturas estiveram em contacto, de forma permanente e ativa, a sua identidade étnica pode ter sido manipulada. Tal porque a aculturação remodela as identidades e gera alterações culturais diversas, o que leva Liebkind a afirmar que “a identidade étnica é uma parte saliente do processo de aculturação” (2006, p. 81).

À face desta exposição, constata-se que não existe uma única teoria de aculturação e sim várias, cada uma destacando um aspeto diferente ou complementar do processo, constituindo encargo impossível nomeá-las todas. De igual modo, não se é capaz de destacar um modelo de aculturação ideal, até porque este conceito é tão complexo e polémico quanto o de cultura. O que se nota é que, no tocante à análise das identidades étnicas ou nacionais, a maior parte dos/as autores/as defende modelos bidimensionais, enquanto alertam para a particularidade dos grupos de imigrantes e dos contextos nacionais (Hutnik, 1991; Phinney et al, 2001 cit. Liebkind, 2006).

Nesta sequência, concorda-se com Liebkind (2006), em como se deve adotar uma noção de aculturação abrangente. Não havendo um modelo ou caso típico, as especificidades das situações de cada indivíduo ou grupo revelam o grau e as diferentes interpretações do processo de adaptação social e cultural. Nos/as descendentes de imigrantes, reconhece-se, com efeito, a complexidade das situações, nem sempre gerando os resultados mais lógicos. A opção pela individualização é vantajosa, na medida em que permite desacreditar e desvalorizar diversos estereótipos. Porém, para a investigação empírica, a análise de tal posição ideológica é complicada, além de receber fortes críticas por “impedir a expressão pública de pertenças identitárias relevantes” (Vala, 2004, p. 59). No que toca à assimilação, desde logo, se distancia desta estratégia, visto que não se a crê possível na geração transitória: os/as filhos/as de imigrantes. Sustenta-se que nas negociações identitárias, seja em que circunstância for, estes/as nunca logram ignorar o legado parental ou comunitário, ou seja, não cortam completamente os elos com a cultura dos/as ascendentes. De igual forma, não lhes é possível negar, totalmente, a sociedade em que são socializados/as.

Define-se a aculturação como um conjunto de fenómenos ou se se preferir, de processos que ocorrem quando culturas diferentes mantêm um contacto contínuo e direto, por um longo período, provocando alterações nos padrões culturais de ambas (Andriessen, 2006; Castro,

2014). Aceita-se que a adoção de uma segunda cultura pode acontecer “total ou incompletamente, correta ou incorretamente, intencional ou inconscientemente, individual ou coletivamente”⁶ (Rudmin, 2009 cit. Rudmin et al., 2017, p. 6). Para compreender a sequência do processo aculturativo e inspirando-se nos vários modelos, julga-se que três componentes essenciais devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, as condições, isto é, o contexto antecedente e atual percebido pelos indivíduos: factos históricos, o capital social acumulado, motivações e atitudes. A seguir, a aprendizagem aculturativa, com a procura de informações, instrução ou imitação. Por fim, os resultados aculturativos (Rudmin, 2009). Estes determinam o sucesso social da pessoa, a sua ‘maturidade’ identitária (satisfação pela identidade assumida) e o seu posicionamento social e, eventualmente, político (ativo ou passivo). Ainda, Rudmin (2009) acautela para duas variáveis, a não negligenciar, que podem influenciar, enormemente, o processo de aculturação. A saber, o estatuto socioeconómico do sujeito e a discriminação sofrida ao longo da vida.

O processo de aculturação pelo qual o público-alvo passou, dada a origem ancestral cabo-verdiana, a socialização neerlandesa e as condições específicas vivenciadas, pressagia a probabilidade de identificação a duas culturas e/ou a dois países, com trocas transfronteiriças de recursos. Por essa razão, entendeu-se que a perspectiva transnacional não podia ser ignorada.

1.4.4 O recurso ao transnacionalismo

A gestão da diversidade étnica tem sido uma constante preocupação dos Estados. Hoje se sabe que, o significado social atribuído à diversidade depende tanto dos grupos étnicos, minoritários e majoritários, como das instituições e das políticas adotadas pelos países (Fonseca, 2004). Na presente conjuntura, não se consegue, de forma alguma, desprezar as transformações radicais (económicas, demográficas, ambientais, políticas e sociais), a curto e a longo prazo, estimulados pela globalização, pela volumosa mobilidade humana internacional e pelas melhorias tecnológicas. O mundo parece ter ficado mais pequeno e o contacto entre culturas mais acessível, se bem que não necessariamente mais simples. Este conjunto de fatores tem

⁶ Tradução livre da autora. Texto original: “completely or incompletely, correctly or incorrectly, intentionally or unconsciously, alone or collectively” (Rudmin, 2009 cit. Rudmin et al., 2017, p. 6)

como resultado o aparecimento de “novas formas de identidade e de pertença [que] vão além do multiculturalismo” (Castles, 2005, p. 68).

De facto, o estudo das migrações e dos seus efeitos implicou mudanças de paradigma, numa tentativa de abarcar toda a diversidade e complexidade, próprias das comunidades, identidades e cidadanias atuais. As análises de fluxos e relações simples e lineares deram lugar a trabalhos multidimensionais, multilaterais e transnacionais (Góis, 2008). As migrações internacionais são vistas como um enorme desafio para a humanidade (Redin, 2020) e mesmo, como um novo modo de vida ou uma nova condição humana (Escudero, 2018).

Em 1992, as antropólogas sociais, Schiller, Basch e Szanton-Blanc chamaram a atenção para um grupo social em crescimento, a que denominaram “transmigrantes”. Ao lado de migrantes tradicionais, movidos pela lógica linear clássica de partida, saudades, perda de raízes e, de vez em quando, uma visita ao país de origem, identificam migrantes que mantêm “[...] uma ampla gama de práticas sociais afetivas e instrumentais que atravessam fronteiras”⁷ (Faist et al., 2013, p. 12). Conforme as autoras, o transnacionalismo corresponde ao processo, através do qual estes indivíduos constroem e mantêm espaços sociais que ligam o seu país de origem ao de residência (Schiller et al., 1992 cit. Faist et al., 2013). Este tipo de relações e práticas consiste em movimentos multifacetados, contínuos e repetitivos, que transpõem fronteiras, em ambas ou múltiplas direções, podendo ocorrer entre pessoas, grupos, organizações ou comunidades. As ligações e atividades são forjadas entre transmigrantes e não-migrantes, durante um tempo significativo (ao longo de gerações) e possuem “objetivos concretos” (Portes, 2006, p. 211).

O fenómeno do transnacionalismo não é novo, na medida em que se podem classificar determinadas situações do passado como tal. A novidade e o mérito de Schiller *et al.* (1992) estão no facto de o conceito e a perspetiva servirem para descrever e compreender criativas estratégias de vida (Castles, 2005), adotadas por um grupo considerável de migrantes contemporâneos/as e pessoas de suas relações, para contornar “os desafios de uma economia globalizada” (Portes, 2006, p. 221). Se estas autoras não tivessem associado o termo ao fenómeno, talvez nunca se reconhecesse a ligação entre determinados eventos históricos e a

⁷ Texto original: “[...] a wide range of affective and instrumental social practices spanning borders” (Faist et al., 2013, p. 12).

realidade atual de imigrantes e outros agentes (Portes, 2006). Pela quantidade de documentos referentes ao transnacionalismo, produzidos nas últimas décadas, nota-se que se tornou uma tendência nos estudos sobre a migração, não se esperando que termine num futuro próximo.

Atesta-se a utilização exacerbada e imprecisa do conceito, demasiadas vezes isolada de evidências empíricas. Adicionalmente, autores afirmam que, o transnacionalismo, com o passar das gerações, diminua e não passe de “uma etapa intermédia do processo de assimilação” (Góis & Marques, 2008, p. 91). Apesar das críticas, como fenómeno social é inquestionável e acredita-se que o debate em torno da crescente diversidade cultural, na Europa, no presente século, (percecionada, por muitos, como uma ameaça), inclua, necessariamente, o transnacionalismo (Grillo, 2001). Segundo Castles (2005), a constituição de comunidades transnacionais, sobrevalorizando o aspeto étnico, pode ser percecionada como positivo, pelos grupos subservientes: uma forma de combater a exclusão social experienciada.

Na mesma lógica que a abordagem dos modelos aculturativos, a perspetiva transnacional pressupõe vários cenários que representam a forma como os/as imigrantes e a sua descendência encaram a coexistência de culturas diferentes. Por um lado, a teoria identifica situações que designa de *staying on* ou de permanência, a saber: *here and the same* (aqui e igual), que corresponde à assimilação; *here but different* (aqui, mas diferente) ou integração e *here but separate* (aqui, mas separado) ou separação (Grillo, 2001, p. 3). Consoante o ponto de vista de Grillo (2001), no primeiro caso, a hipótese de haver ligações transnacionais é muito fraca ou meramente simbólica. No segundo, pressupõe um multiculturalismo fraco, por se manifestar, sobretudo, no campo privado. Por último, a posição de enclave que, surpreendentemente, presume o fortalecimento deste tipo de ligações, pois, nessa condição, os grupos tendem a unir-se, a organizar-se e a reivindicar reconhecimento legal.

Em contrapartida, o autor distingue dois contextos que considera altamente transnacionais, denominados *betwixt and between* (misturado ou entre) (Grillo, 2001, p. 3). Um deles equivale ao *neither here nor there* (nem aqui nem lá) ou migração circular, em que as pessoas pendulam entre os dois países. Utilizam a sua vasta rede de contactos para desenvolver atividades que envolvem ambos os países, gerando recursos e proveitos para si próprias. O outro estado, chamado de *here and there* (aqui e lá), se aplica aos/às cidadãos/ãs que abraçam a sua múltipla identidade e fazem pleno uso dos direitos que possuem em ambos os países. Por serem

permitidas a dupla nacionalidade e a dupla lealdade, as ligações transnacionais são aqui extremamente importantes (Grillo, 2001, p. 3).

Para evitar críticas à ambiguidade do conceito, a abordagem transnacional, na atualidade, sugere que o mesmo seja aplicado, somente, quando o processo acontece entre “actores não-institucionais da sociedade civil” (Portes, 2006, p. 209). Ou seja, grupos de pessoas comuns, mas com capacidade para contornar decisões oficiais. Neste sentido, retira-se o foco do transnacionalismo “de cima” (*from above*), entre Estados, observado nos anos 60, para o transnacionalismo “de baixo” (*from below*), entre atores menores, (ativistas ambientais, iniciativas de caridade privadas ou coletivas a nível global, empresários imigrantes, apenas para citar alguns exemplos) (Faist et al., 2013, p. 12). Castles (2005) assegura que, as comunidades transnacionais não se aplicam exclusivamente a imigrantes e que os seus membros podem não ser leais a um só Estado ou território. Atravessar fronteiras deixou de ser condição *sine qua non* para se ser transnacional, podendo os agentes transnacionais nunca terem saído do seu país de nascimento (Faist, 2013).

Outrossim, o transnacionalismo e uma boa integração social e económica não se contrariam, atendendo, naturalmente, que haja disponibilidade do país anfitrião para criar condições favoráveis. Tem-se notado que as gerações mais novas e educadas, mesmo nos Países Baixos, têm procurado fazer-se ouvir, criando associações e meios de comunicação social, participando na política e mantendo elos sociais, políticos, económicos e humanitários com o país de origem dos/as progenitores/as (Haas, 2004). Assim sendo, os/as descendentes de imigrantes aparentam reunir todas as condições para, se assim o desejarem, desenvolverem um modo de vida transnacional.

Os/as cientistas sociais que se têm debruçado sobre as comunidades diaspóricas cabo-verdianas denunciam um “transnacionalismo de baixa intensidade” (Góis & Marques, 2008, p. 101), do tipo individual ou familiar, caracterizando-o como menos saliente entre os descendentes (Andrade, 2016; Cardoso, 2011; Góis, 2006, 2008; Graça, 2013). A coletividade parece movimentar-se em espaços sociais transnacionais, mantendo múltiplos e estreitos vínculos e conexões tanto com cabo-verdianos/as residentes (não migrantes) como com imigrantes radicados/as noutros países e/ou continentes. Mas, somente uma reduzida fração encontra-se envolvida em práticas transnacionais regulares e coletivas. Segundo a teoria

transnacional, estas devem representar uma parcela importante das suas vidas, para serem classificadas como tal, podendo a participação se manifestar nas esferas política, cívica, económica, sociocultural, de informação ou outras (Góis & Marques, 2008).

Após a apresentação da abordagem transnacional, alguns problemas se levantam, nomeadamente, o de saber como medir o transnacionalismo e a sua consistência. Consta-se que a unidade de análise tanto pode ser indivíduos como grupos, o que dificulta a identificação do número de transmigrantes ou de agentes transnacionais. Além disso, observa-se uma certa falta de clareza para distinguir entre atividades transnacionais e práticas próprias do mundo globalizado vigente. Neste trabalho, almeja-se identificar a potencialidade para o transnacionalismo, mesmo que simbólico, na forma de uma consciência transnacional, ou seja, o entendimento subjetivo de se possuir múltiplas pertenças. Naturalmente que não se excluirá o reconhecimento do transnacionalismo funcional, com práticas concretas.

No próximo tópico, introduz-se a noção de cabo-verdianidade, como uma potencial estratégia identitária ou resultado aculturativo para os/as descendentes de imigrantes cabo-verdianos/as, antecipando a probabilidade de a maior parte não reunir as características necessárias para ser considerado/a transnacional, como alegam estudos anteriores (Góis & Marques, 2008; Megens, 2011; Slingerland, 2012).

1.4.5 A conceção da cabo-verdianidade

Antes de apresentar a noção de cabo-verdianidade, importa esclarecer a definição de cabo-verdiano/a que esta dissertação defende. A resposta não é simples e os critérios podem se revelar demasiado abrangentes e/ou pouco rigorosos. Seguindo o raciocínio de Góis (2006, p. 19), explicita-se que são cabo-verdianas, todas as pessoas que detêm a nacionalidade; que são naturais do país, mas possuem a dupla ou uma nacionalidade estrangeira; que são naturais e nacionais de um país estrangeiro, mas se identificam como tal, porque a sua ascendência é daí oriunda. Por fim, o autor inclui, e corrobora-se, aquelas que, mesmo com uma ancestralidade mais remota (gerações posteriores), “[...] por um processo de auto ou hétero identificação se consideram etnicamente cabo-verdianas” (2006, p. 19).

Em Cabo Verde, a inexistência de uma população residente, aliada à situação insular resultou que tanto os indivíduos europeus como os africanos encontraram-se isolados dos seus

territórios e das suas culturas de origem, não podendo seguir a evolução dos mesmos (Lopes Filho, 2003). As circunstâncias favoreceram o surgimento de um novo elemento, o mestiço, entendido como um grupo social oriundo de relações sexuais entre colonos portugueses (era comum não estarem acompanhados das esposas quando partiam para os ‘novos’ territórios) e mulheres africanas escravizadas. Com o nascimento dos/as filhos/as, muitas destas mulheres ganhavam o estatuto de libertas, ascendendo, assim como a sua descendência, a uma escala social ligeiramente superior (Lopes Filho, 2003). Com o decorrer do tempo, e devido ao insuficiente número de portugueses/as nas ilhas, o grupo mestiço destaca-se como o motor da sociedade. É-lhe delegado um estatuto social mais elevado do que as pessoas africanas negras e cativas, passando a ocupar importantes posições na administração.

Na nova realidade, que era de desfavoráveis condições climáticas e extremas vulnerabilidades, os/as habitantes, para tirar o máximo proveito do pouco existente e sobreviver, viram-se obrigados/as a adaptar-se e a cooperar. Viver em estado de beligerância significaria o fim da aventura cabo-verdiana. Cabo Verde é reconhecido como um dos primeiros centros de ladinização, ou seja, de ensino da civilização europeia aos povos escravizados, o que faz do território uma espécie de “laboratório” de língua e aculturação (Lopes Filho, 2003, p. 81). Do encontro de etnias e culturas parece não acontecer, ao longo dos séculos, o mero somatório de valores, crenças e manifestações, mas a sua “interpenetração” (Lopes Filho, 2011, p. 133).

Se, por um lado, a classe mestiça assume o papel de grupo originário e passa a “simbolizar a luta pela afirmação cultural e conquista de direitos na sociedade cabo-verdiana” (Madeira, 2014, p. 9), por outra perspetiva, não percebe ou não quis perceber, por força das circunstâncias, a manipulação por trás do estatuto, servindo como um “instrumento da colonização portuguesa” (Furtado, 2013, p. 7). Ao mesmo tempo que faz parte do grupo colonizado e usufrui de uma posição que o aproxima das gentes do ‘reino’, afasta-se das do continente africano, porque convinha ao grupo colonizador e, afinal, também a ela.

Os/as autores/as que têm dedicado atenção à análise dos indivíduos que se sentem e se denominam cabo-verdianos, denotam a formação de uma identidade cultural singular, que “decorre de factos históricos e de movimentos culturais, bem como da construção da consciência nacional e da Nação e a ideia de ser cabo-verdiano” (Madeira, 2015). Enquanto uns/umas defendem uma cabo-verdianidade ou ‘crioulidade’ mais próxima do mundo ocidental, outros/as

procuram aproximá-la da África, criando ambivalências e contradições que dificultam a verdadeira leitura do fenómeno. Não se pode menosprezar que na construção da cabo-verdianidade, o valor dos elementos culturais africanos tenha sido diminuído (Furtado, 2013). Tal, porque, apesar de o povo africano estar em vantagem numérica, possuía diferentes origens étnicas e regionais. Não houve a reunião de um suficiente número de pessoas da mesma etnia para significar uma imposição cultural. Além disso e quiçá o mais importante, mesmo que fosse o caso, este grupo não era o detentor do poder e logo, não dispunha das ferramentas necessárias para criar e estabelecer uma cultura dominante.

Sem pretender classificar o lado europeu como positivo e o lado africano como negativo, assume-se que a sua coabitação tenha gerado uma identidade complexa e peculiar. É uma identidade que se baseia, antes de mais, num sentimento de dupla pertença, europeia e africana, fruto da génese e do percurso histórico dos/as habitantes das ilhas (Mourão, 2011). A cabo-verdianidade parece nascer de uma miscelânea de fatores e dimensões, objetivos e subjetivos, que produz o que se pode designar de traços característicos do povo cabo-verdiano (Madeira, 2016a).

Um conjunto de indicadores é considerado provas essenciais do surgimento deste fenómeno. A título de exemplo, o território, mas logo de seguida, a língua cabo-verdiana ou o ‘crioulo’ (*kriol, kriolu*) cabo-verdiano⁸, como um dos elementos mais representativos da fusão cultural. O ‘crioulo’ cabo-verdiano surge da necessidade de comunicação para sobreviver em território agreste. Apesar do grande esforço, através da Igreja Católica, durante o período colonial, para restringir ou até proibir o seu uso, esta forma criativa de comunicação robusteceu e continua a ser falado em todas as ilhas e nas comunidades cabo-verdianas no exterior, afirmando-se cada dia mais como uma língua legítima (Lopes Filho, 2011; Madeira, 2014). Os demais indicadores apontados são:

- ✓ A gastronomia, baseada na introdução do milho proveniente da América, bem como de outros produtos, que se adaptaram ao clima seco, tornando-se parte do regime alimentar local;

⁸ Apesar de, oficialmente, o crioulo cabo-verdiano ser um dialeto, será, neste trabalho, designado de ‘língua cabo-verdiana’ pela sua importância para este povo, como língua nacional e comum às comunidades diaspóricas cabo-verdianas.

- ✓ A música e a dança, refletindo influências culturais diversas e passando a ideia de terem sido adotadas por todas as classes da população, como forma de aliviar a árdua realidade vivida nas ilhas;
- ✓ A religião, traduzida num cristianismo combinado com rituais e crenças (animismo) africanos;
- ✓ Os costumes e as tradições, resultado da africanização da cultura europeia, e não tanto o contrário, devido às proibições do grupo dominante;
- ✓ A literatura que surge nos finais do século XIX, com a classe mestiça educada, e se consolida no século XX (Lopes Filho, 2011; Madeira, 2014, 2016a).

Estes parâmetros são palpáveis, porém, nota-se que, em simultâneo, concorrem outras dimensões, não menos importantes, mas, pela sua subjetividade, difíceis de serem verificadas empiricamente. Como se determinou, a identidade possui este caráter figurativo, que inclui um conjunto de “estratégias contextualmente accionadas, de selecção simbólica de determinados traços sociais” (Costa, 2002 cit. Abranches, 2004, p. 27). No caso cabo-verdiano, trata-se de sentimentos que as pessoas associam à construção da identidade. Por exemplo, a *morabeza*, correspondente à hospitalidade e à convivência familiar e social, consideradas típicas de Cabo Verde, e uma consciência nacional, ancorada na “ideia da posse comum de um legado histórico que se caracteriza pela vontade de perpetuar o valor da herança que se tenha recebido” (Madeira, 2016, p. 52).

Ainda, se constata que, a mobilidade “contínua e continuada” (Góis, 2006, p. 12) do povo cabo-verdiano, ao longo dos séculos, tenha agravado e afirmado o hibridismo na identidade sociocultural que foi sendo construída. Através da emigração, novas contribuições foram adicionadas a esta identidade sociocultural, sem afetar a sua singularidade. Por exemplo, o valor que os/as imigrantes e a sua descendência, em qualquer parte do mundo, lhe atribuem, o que perpetua a sua subsistência. Mesmo que, muitas vezes, criem uma realidade própria, com referência à origem comum (Cabo Verde), que não é vista como um espaço físico, mas simbólico (Góis, 2011). Esta afirmação se justifica, porque muitos destes indivíduos passam longos anos sem visitar o país ou tenham, sequer, algum dia, aí estado; não participam ativamente na comunidade do país, onde residem e nem seguem a atualidade de Cabo Verde.

Todavia, vários elementos da cabo-verdianidade estão presentes no seu quotidiano, como a culinária, a música, as tradições e os hábitos.

Em compensação, os que visitam o país regularmente, sobretudo da Europa e dos EUA, levam novos estilos de vida, gostos, valores, ideias e comportamentos que atraem a atenção de residentes e são incorporados à ideia de cabo-verdianidade (Lopes Filho, 2011). Mais recentemente, com a presença numerosa de imigrantes oriundos/as de outros países da África Ocidental, notam-se influências mais africanas na sociedade cabo-verdiana: nos vestuários, nos penteados, nas composições musicais, nas danças e até mesmo, na difusão de outras religiões, como o Islamismo (Rocha, 2017). Acresce que, no presente, em que fácil é o acesso a novas informações e sociabilidades, dadas as modernas ferramentas digitais e a expansão de redes sociais, o contacto entre os vários espaços, onde a cabo-verdianidade ‘vive’, é maior.

Desta forma, pode-se deduzir que o hibridismo existente na identidade sociocultural cabo-verdiana é um “lugar dinâmico, [...] em que os significados são constantemente reconstruídos” (Bhabha, 2007 cit. Mourão, 2011, p. 62). Ou como alega Góis (2011), a cabo-verdianidade é

Um fenómeno social construído por acumulação, mas, também, um fenómeno social inacabado (open-ended). Arriscaríamos mesmo a afirmar que é um fenómeno social total, ou seja, é um fenómeno complexo e pluridimensional que pode ser apreendido a partir de ângulos distintos, acentuando cada um destes apenas certas dimensões (2011, p. 597).

O autor vai mais além ao defender que, a cabo-verdianidade é uma identidade étnica transnacional, ou seja, um modelo absolutamente híbrido, que não se submete à idealização de fronteiras identitárias. Mantém a essência, mas está aberta a “novas formas de compreensão das identidades de origem (ou das raízes) [...]” (Góis, 2011, p. 593), enquanto o ‘mundo’ cabo-verdiano não se cinge ao território físico. A cabo-verdianidade pode ser construída e reconstruída em qualquer lugar, onde exista um coletivo que a procure preservar (Góis, 2011), o que inclusive engloba a facilidade do homem e da mulher das ilhas para se adaptar ao meio em que está inserido/a, convivendo com as culturas e os povos presentes.

Em virtude da complexidade do objeto do estudo e a abordagem qualitativa que se propõe levar a cabo, entende-se que o seu conhecimento holístico é indispensável, isto é, que múltiplas perspetivas de análise sejam consideradas. Não sendo migrantes, os/as ‘cabo-descendentes’ são, sem dúvida, o produto ou o resultado da emigração cabo-verdiana para os Países Baixos. Assim, ao lado de ouvir os seus testemunhos, em primeira pessoa, sustenta-se que grande parte das

respostas possa ser encontrada no contexto. “Os contextos sociais são sistemas abertos vivos” (Brandão & Ribeiro, 2018, p. 169), que mudam conforme a ação humana, intencional ou não, e por meio das interpretações que lhes são conferidas. Quer se queira ou não, os contextos, que se inscrevem num período histórico e social, encerram parte do entendimento acerca de quem se é, como se pensa e se age. Perante o exposto, acredita-se ter interesse a elaboração de um enquadramento histórico.

Capítulo 2 – Enquadramento histórico: história, cultura e migração

O recuo no tempo que se propõe fazer é um pré-requisito para se entender o percurso histórico de Cabo Verde, que propiciou o surgimento do povo, da cultura e das representações que determinaram essa identidade. Porque a formação identitária dos/as ‘cabo descendentes’ está imbuída destes valores, tradições e processos migratórios, procurar-se-á, a partir de documentos bibliográficos, apresentar um breve resumo da história de Cabo Verde, bem como conhecer o percurso dos/as imigrantes cabo-verdianos/as para os Países Baixos. Mesmo que só se compare as comunidades existentes na Europa, em virtude das circunstâncias, cada uma parece ter desenvolvido as suas especificidades (Góis, 2006; Graça, 2013). Nesta busca pela compreensão da identidade dos/as ‘cabo descendentes’, a seguir, distingue-se, de forma breve, as particularidades da comunidade, em que estão inseridos/as.

2.1 Resenha da História de Cabo Verde

Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, situa-se a sensivelmente 500 km da costa ocidental africana (Figura 1), apropriando-se de uma área do Oceano Atlântico superior a 600.000 km². Todavia, o quinto menor país africano ocupa uma superfície emersa de, apenas, 4033 km² (Brito & Semedo, 1995). O arquipélago é formado por dez ilhas vulcânicas (vários ilhéus), divididas em dois grupos, conforme a sua posição em relação aos ventos alísios de nordeste. Ao norte, o grupo Barlavento a que pertencem Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e ao sul, Sotavento que integra Maio, Santiago, Fogo e Brava. A ilha de Santa Luzia e os ilhéus são desabitados. O país tem uma população residente de 491.233 habitantes, segundo dados do Censo 2021 (INE-CV, 2021).



Figura 1- Guia Geográfico de Cabo Verde

Fonte: Mapas da África. <http://www.africa-turismo.com/mapas/cabo-verde.htm>

A localização geográfica estratégica, por se encontrar entre os continentes africano, americano e europeu, colocou-o, desde o século XV, na encruzilhada das rotas de navegação e do comércio mundial. Além de ter servido o comércio transatlântico de pessoas escravizadas que, em primeira instância, foram trazidas, pelos colonos portugueses, da costa da Guiné⁹ para a ilha de Santiago, Cabo Verde se tornou um importante ponto de paragem para abastecimento de água, víveres e para a reparação das armadas e dos navios mercantes das mais diversas proveniências. Sem este porto, os caminhos marítimos no Atlântico poderiam ficar comprometidos, atendendo que por aí transitaram navegadores, como Vasco da Gama, em 1497, em viagem para a Índia, Cristóvão Colombo, em 1498 e Pedro Álvares Cabral, em 1500, rumo ao Brasil (Neiva, 2010)

Não havendo provas concretas de anterior fixação populacional, apesar de as ilhas aparecerem ilustradas em mapas mais antigos (Cortesão, 1962) e de, pelo menos, a Boa Vista ter sido pisada pelo navegador Cá da Mosto em 1456, a versão oficial inicia a História de Cabo Verde em 1460, ano em que destacamentos, ao serviço da Coroa Portuguesa, para aí se

⁹ Região que vai “aproximadamente desde a margem sul do rio Senegal ao rio Orange, no limite norte da Serra Leoa” (Semedo, 1998, p. 22). Os colonos fixados em Cabo Verde só eram autorizados a fazer negócio nesta região.

deslocaram, com ordens expressas de ocupação (Carvalho, 1998, p. 16). O povoamento, iniciado em 1462, revelou-se um empreendimento complicado e desmotivante, tendo demorado cerca de quatro séculos. As razões invocadas prendem-se com a condição arquipelágica do território, a distância em relação à metrópole, a inexistência de população residente e as adversidades do ecossistema, nomeadamente o clima subsaheliano, quente e seco, com ilhas semiáridas ou, mesmo, muito áridas (Semedo, 1998).

O país possui, apenas, duas estações: a seca (tempo das brisas), que vai de dezembro a junho e a ‘azágua’¹⁰ (época das chuvas), que vai de agosto a outubro¹¹. Esta é caracterizada por chuvas escassas e irregulares, sendo usual que, ciclicamente, não chova durante anos seguidos, devido à relativa proximidade ao deserto de Saara. A temperatura em Cabo Verde é, contudo, amena, graças aos ventos alísios e à brisa do oceano Atlântico. As condições climatéricas terão, eventualmente, desencorajado os primeiros colonos, na sua maioria comerciantes, que só com a concessão de regalias temporárias concordariam em se estabelecer nas ilhas (Carreira, 1983b).

Devido à falta de recursos naturais, a economia, extremamente frágil, baseada numa agricultura rudimentar e de mera subsistência, era mantida pela população europeia (uma minoria) e africana (entre escravizada e livre), que permaneceu no arquipélago. A despeito da ocupação portuguesa, os/as africanos/as sempre estiveram em maior número, suportando melhor o clima e as privações. A miscigenação, iniciada muito cedo, devido à ausência de mulheres brancas, é um fenómeno marcante no arquipélago. Como consequência verifica-se que os/as residentes perdem, paulatinamente, as referências étnicas originárias e constroem uma cultura híbrida e peculiar, assente em elementos determinantes, como antes se expôs.

Cabo Verde conhece um período privilegiado, como paragem obrigatória das rotas comerciais na região, o que granjeia à Ribeira Grande de Santiago o estatuto de primeira cidade europeia na África Subsariana. Porém, a partir dos meados do século XVIII, perde importância, em detrimento de portos vizinhos. Entre as principais razões estão as pressões para a abolição da escravatura (embora esta tenha perdurado, clandestinamente, para além do período documentado); as frequentes pilhagens por parte de piratas neerlandeses, ingleses e franceses (registados entre o século XVI e o XVIII); as prolongadas crises de ausência de chuva, que

¹⁰ Língua cabo-verdiana para “as águas”.

¹¹ Os meses de novembro e julho são considerados de transição.

sabotavam as plantações de algodão existentes em Santiago e no Fogo; e, ainda, o total abandono, das ilhas, por parte de Portugal (Carreira, 1983a; Santos et al., 2007).

O século XIX vai encontrar as ilhas de Cabo Verde em franca decadência. Graves períodos de estiagem, miséria, fome e mortandade atingem brancos/as e negros/as, livres e escravizados/as, levantando enormes dificuldades à permanência no arquipélago. Nos anos 50 do século XIX é inaugurado o porto de São Vicente, que atrai para o país uma temporária prosperidade económica, ao servir de escala náutica de apoio a navios de pesca da baleia, das companhias carvoeiras ou de outros combustíveis e a navios mercantes de todo o mundo. No entanto, foi êxito de pouca dura, devido aos portos de Dacar e Las Palmas, mais bem apetrechados e apoiados pela França e pela Espanha, respetivamente (Carreira, 1983a; Neiva, 2010; Semedo, 1998). Pode-se adiantar que o porto do Mindelo desempenhará um papel crucial na emigração da população cabo-verdiana no século XX.

A dada altura, a população mostra-se insatisfeita com a falta de ação por parte de Portugal para resolver os seus problemas básicos, chegando mesmo a organizar algumas revoltas, entre 1822 e 1910 (Madeira, 2016b). Como os/as cabo-verdianos/as não eram abrangidos/as pelo estatuto de indigenato, tinham acesso à educação, usufruindo, assim, de uma condição diferente da dos/as cidadãos/ãs das demais colónias portuguesas, em África. Como consequência, cedo formou-se “uma elite intelectual e burocrática nestas ilhas” (Lopes, 2003, p. 20), constituída por mestiços/as, substituindo a falta da presença portuguesa. Esta classe mais culta toma consciência da necessidade de reivindicar direitos para o povo cabo-verdiano, não obstante ser fortemente influenciada pela matriz cultural europeia. A partir do século XVIII, fazendo uso de textos literários (romances, poemas, composições musicais), ela consegue expor a preocupante realidade vivenciada, procurando valorizar os costumes, as tradições e o idioma de Cabo Verde.

Brito Semedo (2006 cit. Madeira, 2016b, p. 62) identifica três gerações da ‘elite’ que, a partir de diferentes perspetivas, apresentam-se em defesa do povo cabo-verdiano. Entre 1856 e 1932, predomina um pensamento assimilacionista, que reconhece Portugal como ‘pátria-mãe’ e, por isso, reivindica, para a população das ilhas, o mesmo estatuto que qualquer cidadão/ã português/sa. Este grupo, denominado, pelo autor, de ‘Nativistas’, mostra-se consciente da necessidade de defender a identidade cabo-verdiana, mas concebe-a como muito próxima da portuguesa. A segunda geração, conhecida por ‘Claridosos’, por terem fundado, em 1936, a

revista *Clareza*, aspira à autonomia de Cabo Verde, mas permanecendo este uma região portuguesa. Entre 1932 e 1958, procuram encontrar, na abordagem teórica regionalista, a solução para a miséria do povo, cuja identidade e cultura eram vistas como especial, a ser valorizada, mas coexistindo bem com a cultura europeia, pela sua suposta proximidade.

Atendendo ao facto de Portugal continuar a ignorar os apelos para que o sofrimento da população cabo-verdiana fosse aliviado, nos anos 50, um novo grupo de intelectuais se destaca, defendendo ideias radicais relativamente às primeiras duas gerações. Inspirado pelos movimentos de democratização e tomadas de independência a nível mundial, este grupo ousa pensar a mesma solução para as ilhas, o que nos olhos de muitos/as era “um acto tresloucado” (Lopes, 2002, p. 22). Entre os anos 1958 e 1975, os/as ‘Nacionalistas’ alegam a necessidade de libertar Cabo Verde da “alienação cultural” europeia (Cabral, 1978, cit. Madeira, 2016b, p. 64). Do seu ponto de vista, a identidade cabo-verdiana precisava de ser resgatada e africanizada.

Encabeçado por Amílcar Cabral (1924-1973), surge um movimento que reivindica a total independência das ilhas e da Guiné Portuguesa. Consciente da condição insular de Cabo Verde, sem vegetação e, portanto, inviável para a luta armada, Cabral incentiva e convence o combate conjunto dos dois povos, em solo guineense, mais apropriado. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956, alcança o seu objetivo, após anos de duros e sangrentos conflitos. A independência da Guiné foi, unilateralmente, proclamada pelo PAIGC em 1963, embora reconhecida, apenas, em 1974. Cabo Verde, por sua vez, alcançaria a independência a 5 de julho de 1975. Cabral não assistiria a estes acontecimentos, ao ser assassinado, em Conacri, a 20 de janeiro de 1973 (Lopes, 2002).

A História mais recente de Cabo Verde envolve, de igual modo, importantes momentos políticos e sociais, que se crê terem fortes influências na maneira como os/as cabo-verdianos/as, atualmente, se sentem e se comportam. Cinco anos após a proclamação da independência conjunta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, o comandante guineense João Bernardo Vieira (1939-2009) encabeça um golpe de estado em Bissau e assume a presidência da Guiné. Este acontecimento impele a separação definitiva das duas alas do partido, o que leva à criação, em 1981, do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Este lideraria Cabo Verde por quinze anos, em regime de partido único, baseado em ideais socialistas. O novo Estado é soberano e independente do sistema colonial, mantendo algumas “linhas de

continuidade na administração pública” (Madeira, 2016b, p. 69), assim como boas relações com o mundo lusófono, tanto com Portugal como com os restantes países de expressão portuguesa.

Mais tarde, a nova conjuntura mundial, com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria (1989), aliada a uma nova onda de democratização em países africanos, exercerá pressão sobre o país, no sentido de abertura democrática. Ainda, razões de natureza económica, como a recetividade, em 1986, ao investimento privado e externo poderão ter favorecido o processo. Surge, então, um novo partido político, o Movimento Para a Democracia (MPD), fundado em 1990 (Furtado, 2016), que promove a transição para o pluripartidarismo.

Nas eleições de 1991, o PAICV perde a favor do MPD¹². A partir desta data, Cabo Verde se torna um Estado de Direito Democrático, regido em sistema multipartidário. Em 1992, é elaborado uma nova Constituição e inicia-se um processo de reorientação da identidade regional do país. Investe-se no reforço das relações com as restantes ilhas da Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias) e com a União Europeia. Adotam-se modelos administrativos muito próximos dos portugueses e são modificados a bandeira, o hino e o brasão de armas nacionais, representando um ousado e decisivo corte com o passado (Madeira, 2016b).

Entretanto, em todos os momentos descritos, um grande número de cabo-verdianos/as enveredaria pelo caminho da emigração, por iniciativa própria ou organizada pelas autoridades coloniais. A fugir às adversidades climáticas, à falta de recursos, à guerra colonial ou por mero espírito aventureiro, sempre que a oportunidade se proporcionou, sobretudo, rapazes e homens e mais tarde, também, mulheres partiriam para os mais variados destinos.

Ao descrever o caminho percorrido pelo povo cabo-verdiano até à atualidade e ao realçar os acontecimentos que têm influenciado a sua formação identitária, constata-se que, desde os primórdios, esta população não conhece outra realidade que não a coexistência de culturas no território e a precoce necessidade de procurar subsistência além-fronteiras. Na cultura híbrida e, por consequência, singular que acabou por moldar a personalidade das gentes, a partida, a saudade e o regresso passaram a fazer parte do património cultural e estão impressos na sua

¹² Não obstante a existência de outros pequenos partidos políticos, até à presente data, o poder tem sido revezado, somente, entre o PAICV e o MPD. O MPD governou dois mandatos, entre 1991 e 2001, seguido pelo PAICV com três mandatos, entre 2001 e 2016 (Andrade, 2016, pp. 90–91). Desde então, rege o MPD, encontrando-se no segundo mandato, correspondente à décima legislatura de Cabo Verde soberano e independente.

mentalidade, modo de ser, de estar e de ‘fazer’ cultura. Na ótica de Góis, “[...] a emigração é um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana” (2006, p. 23). À vista disso, porque é pertinente para a contextualização dos sujeitos em estudo, apresentam-se, de seguida, breves notas sobre a história da emigração, focalizando na direcionada aos Países Baixos.

2.2 Características gerais das migrações cabo-verdianas

Embora conste como um dos mais pequenos países de África e a população experienciar carências de toda a ordem, Cabo Verde não se encontra entre os mais pobres (Góis, 2006). Tal, deve-se à emigração ter funcionado, muitas vezes, como o único recurso para as suas gentes. Não no sentido de um privilégio, mas como uma imposição do meio. Mudar-se para outra ilha ou, mesmo, para outro país ou continente significou, desde sempre, uma estratégia de sobrevivência, o que faz de Cabo Verde um “caso extremo no âmbito dos países de emigração sub-sahariana”(Góis, 2006, p. 11). O especialista em migrações, Jørgen Carling¹³, afirma, mesmo, que Cabo Verde se encontra “entre os países do mundo que mais dependem da emigração” (2004, p. 113).

Os/as primeiros/as moradores/as das ilhas, não sendo daí originários/as, entravam e saíam, logo, os/as viajantes foram, desde sempre, uma constante. Pode-se afirmar que o novo elemento social aí nascido, o mestiço, presenciou e interiorizou a mobilidade como algo quase natural. A emigração revestiu-se de uma importância social e coletiva tal, que se ousa declarar que constitui, para uma grande parte da sociedade cabo-verdiana, um modo de ser e de estar na vida.

Não considerando o tráfico de pessoas escravizadas, para a descrição do fenómeno migratório cabo-verdiano, entendido como a procura de melhores condições de vida ou como a fuga à insalubridade e à falta de recursos, interessam, somente, os fluxos mais significativos registados entre o século XVIII e o corrente. Estes deslocamentos seguiram diferentes destinos e motivações, alguns lógicos, outros nem tanto, acabando por tecer uma vasta teia que parece cobrir todo o planeta. Deveras mais intensa sobre os EUA e Portugal, seguido de países europeus, como a França, os Países Baixos e a Itália, e de países africanos, como o Senegal, São

¹³ Professor e investigador da Universidade de Oslo.

Tomé e Príncipe e Angola. Contudo, há cabo-verdianos/as na América do Sul, Ásia, Oceânia e Médio Oriente. Ou como indica a expressão, eternizada por Góis (2006, p. 23), “té na Lua ten Káb-verdianu¹⁴”.

Da análise dos fluxos, algumas considerações podem, desde já, ser determinadas. Em primeiro lugar, verifica-se que a migração cabo-verdiana se centra no Atlântico e, a princípio, nas viagens por meio marítimo, seja entre as ilhas, seja para mais longe. Outra interessante particularidade é o facto de algumas rotas estarem mais ligadas a certas ilhas do que a outras, conforme atesta Carling (2001) na seguinte declaração: “A emigração cabo-verdiana é caracterizada por relações complexas e cruzadas entre ilhas específicas e destinos”¹⁵ (2001, p. 8). Ainda, pode-se dividi-la em dois eixos: a espontânea e a forçada pelas autoridades coloniais. Os processos de decisão voluntária são sempre familiares ou apoiados por pessoas conhecidas, que facultam os recursos financeiros, os contactos, as informações e, até mesmo, o acolhimento. Por fim, é notório que é uma emigração, muitas vezes, organizada por fases, o que significa que os/as migrantes não se deslocam diretamente ao seu destino final. Dirigem-se a um país, intencionando uma estadia temporária, mas onde acreditam ser mais fácil ganhar as bases e os recursos necessários para a prossecução de condições económicas e sociais melhores. Dependendo das circunstâncias, podem permanecer largos anos nesse país ou, inclusive, nunca lograr prosseguir viagem.

A partir do século XVIII, um número considerável de homens e rapazes embarcaram, clandestinamente, como marinheiros nos navios baleeiros americanos, que aportavam em São Vicente e na Brava. Depressa, as cifras atingiram níveis elevados, sendo a atividade da pesca da baleia, vista como a grande oportunidade para os membros de famílias pobres, das ilhas mencionadas, de São Nicolau, do Fogo e, em menor grau, das outras ilhas, para fugirem às privações. A maioria acaba por se instalar em cidades estadunidenses, ocupando empregos pouco qualificados, tanto rurais (ligados à agricultura) como urbanos (em fábricas). A reunificação familiar inicia no final do século XIX, consistindo a comunidade cabo-verdiana emigrada nos EUA, sem margem para dúvidas, na maior e na mais antiga. No presente, os/as

¹⁴ Língua cabo-verdiana. Significa: ‘até na Lua existem Cabo-verdianos’.

¹⁵ Tradução livre da autora. Texto original: “Cape verdean emigration is characterized by complex criss-crossing relations between specific islands and destination”

descendentes destes/as emigrantes pioneiros/as encontram-se bem integrados/as na sociedade, tendo, uma boa parte, perdido os elos à terra dos/as ancestrais. Por este motivo, várias associações étnico-culturais têm procurado atenuar esta desvinculação (Góis, 2006).

Simultaneamente, o sistema colonialista português organizou fluxos de emigração forçada em direção ao continente africano, para substituir a mão-de-obra escravizada, então liberta. A partir da segunda metade do século XVIII, o destino era a Guiné Portuguesa, mas, em finais do século XIX, em elevado número para Angola, Moçambique e, sobretudo, para as roças de São Tomé e Príncipe. É de referir que, a fome em Cabo Verde, entre 1863 e 1866, encontrava-se em níveis insustentáveis. Todavia, este último destino não representou qualquer benefício para as famílias cabo-verdianas, que se sentiram enganadas, dadas as condições de trabalho e de vida serem tão más quanto as da época da escravatura. Recordar que, ao povo cabo-verdiano não se aplicava a lei do indigenato e não aceitavam, sem reclamação ou violência, os maus tratos que recebiam dos donos das plantações (Nascimento, 2008).

Autores como António Carreira (1983b) e Pedro Góis (2006) dividem o fenómeno migratório cabo-verdiano em três fases, embora não utilizando as mesmas datas. Carreira (1983b) determina o seu faseamento da seguinte forma: de 1900 a 1920, de 1921 a 1946 e por fim, de 1947 a 1973. Já, Góis (2006), além de opinar que se deve iniciar o primeiro ciclo mais cedo, entende que a análise deve ser estendida até ao presente. Os dois fluxos acima descritos, nos sentidos Cabo Verde - Norte (América) e Cabo Verde - Sul (África, mais propriamente, São Tomé e Príncipe) são considerados, por ambos, como fazendo parte da primeira fase. O segundo ciclo é mais curto e vai dos anos 20 até aos anos 40 do século passado, correspondendo ao período entre as duas grandes guerras. Caracteriza-se por uma clara diminuição do número de saídas, que não se deve somente à instabilidade política no mundo, como à entrada em vigor, nos EUA, da lei da imigração, de 1917, reforçado pela “lei das quotas”, implementado pelo governo português, em 1924, para regular as saídas do seu ‘império’ (Góis, 2006, p. 53).

Os aventureiros apostam noutros destinos como Uruguai, Argentina, Senegal, Gâmbia e em especial, Brasil. Aqueles se reuniam no Mindelo e esperavam aí os barcos ingleses que os transportavam para os portos sul-americanos (França et al., 1992 cit. Góis, 2006). Por esta razão, não é de estranhar que a grande maioria destes emigrantes tenham partido de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau. No caso do Senegal é interessante salientar que um significativo número

de cabo-verdianos/as aproveitou as melhores condições oferecidas pelos colonos franceses para se organizar financeiramente e daí, emigrar para a Europa. A emigração para territórios ‘portugueses’ manteve-se, não só de trabalhadores/as pouco qualificados/as, como de letrados/as, para ocupar funções administrativas. Em períodos críticos, a emigração clandestina tende a ganhar maior expressão e os registos oficiais a perder o rasto aos verdadeiros números. Sendo assim, desconfia-se que a emigração pode não ter diminuído tanto como é documentada. Até porque, como mencionado anteriormente, a seca e a fome, nestes anos, assolaram Cabo Verde sem piedade, sendo natural que as pessoas tenham ousado correr grandes riscos.

A terceira fase inicia com o fim da II Guerra Mundial, acompanhando o movimento global de transformação das migrações internacionais. Estas intensificam um pouco por todo o mundo e ganham novas características, o que as torna mais complexas. A diversidade de atores, de interesses, de motivos e de pertenças tem levantado grandes desafios, não só para os/as e/imigrantes como para os Estados envolvidos. O término da guerra na Europa exige mão-de-obra estrangeira e barata, para apoio na reconstrução das cidades bombardeadas, bem como, no acelerado desenvolvimento industrial. Neste período, verifica-se uma emigração em massa do povo português para ocupar postos pouco qualificados, bem remunerados em países europeus mais nórdicos. Este fenómeno desencadeia uma forte mobilidade de cabo-verdianos/as e de cidadãos/ãs das outras ‘províncias ultramarinas’, para preencher estes mesmos cargos em Portugal. Em consequência, desde meados do século passado, uma “corrente emigratória muito forte” (Góis, 2006, p. 12) marca o panorama cabo-verdiano, intensificando-se os destinos europeus.

Pelo facto de a população cabo-verdiana possuir a nacionalidade portuguesa, este era o país de eleição mais evidente. No entanto, Portugal acaba por funcionar não só como destino final, mas também como uma plataforma de transição, em direção a outros países europeus como os Países Baixos, a Itália, a Suíça, a França, o Luxemburgo e outros. De todas as ilhas partem indivíduos, sobretudo, do sexo masculino, para Portugal, permanecendo a maior fração em Lisboa. Importa salientar que o grosso desses/as imigrantes provém de Santiago, a ilha mais povoada. Trabalham nas áreas de construção civil, limpeza, indústrias navais e outras. Os/as originais de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau encontram, rapidamente, as rotas que levam a Roterdão (a desenvolver no subcapítulo seguinte). Representando uma exceção à regra,

destaca-se a emigração para a Itália, mais propriamente, para as cidades de Roma e Nápoles, iniciada por centenas de mulheres, na sua maioria, das ilhas do Sal, Boa Vista e São Nicolau. Estas descobrem a possibilidade de trabalhar como empregadas domésticas para famílias italianas das classes média e alta (Góis, 2006).

A dimensão da diáspora cabo-verdiana é difícil de ser estimada. Na atualidade, calcula-se que, em todos os países europeus, existam pessoas que se consideram cabo-verdianas, concebendo-se arriscado precisar números. Não só pelo caráter circular da emigração cabo-verdiana, em que as pessoas adquirem outras nacionalidades. Também, porque ocorre, às vezes, por vias clandestinas ou, simplesmente, porque cada país possui uma forma diferente de contabilizar os/as imigrantes e a sua descendência. Apesar de ser comumente enunciado, pelas comunidades política e académica que, fora das ilhas, o número de cabo-verdianos/as ultrapasse, em dobro, o número de residentes (Góis, 2008), não existem evidências numéricas assertivas, que permitam realizar comparações entre os países. Estimativas de postos consulares e de associações cabo-verdianas informam que, na Europa, a comunidade de Portugal seja a maior, seguida da de França que, nos últimos anos, ultrapassou a dos Países Baixos (Graça, 2013).

Existe um comum acordo em como a terceira vaga da emigração cabo-verdiana, iniciada nos anos 50, continua a vigorar (Góis, 2006). Não obstante, pensa-se que se deveria reconsiderar traçar o ponto de partida de uma nova vaga, a partir dos finais do século passado ou do virar do milénio. A proposta surge, porque este período está, claramente, marcado por novas circunstâncias, o que tem dificultado a análise dos fluxos, cada vez mais heterogéneos e complexos. Em virtude da globalização e, em específico, das facilidades dos meios de transporte e comunicação, mesmo que os principais destinos continuem a ser os onde se concentra o maior número de compatriotas, na realidade, o palco destes atores é o globo.

Outro pormenor a destacar é que, na escolha de qual membro da família deverá migrar, o género já não influi na decisão, tanto homens como mulheres podem sair do país para trabalhar e sustentar a família. Os motivos para migrar não são estritamente económicos ou políticos, mas também sociais e pessoais. A emigração de mão-de-obra qualificada, designada, na literatura de “brain drain” (fuga de cérebros), parece ser um facto marcante em Cabo Verde, embora não existam estudos quantitativos para a provar (Ferreira, 2011). Verifica-se que muitos/as estudantes que saem do país para frequentar universidades, seja na Europa, na América, em

África ou na Ásia, não regressam, receosos/as do desemprego, da instabilidade nos locais de trabalho e da escassez de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional (Mourão, 2016). Estes indivíduos procuram garantir o investimento realizado em si próprios, permanecendo nos países onde estudam e que oferecem melhores perspetivas. Na análise do nexo migração-desenvolvimento, deve-se assumir que este último não pode ser pensado somente em termos económicos. As remessas sociais, na forma de transferência de conhecimento, competências e experiências deveriam receber igual atenção que as financeiras.

Importa, ainda, considerar que as políticas da imigração nos países recetores, a partir dos anos 90, tornaram-se mais limitativas, bloqueando muitos/as cabo-verdianos/as, com aspirações migratórias (Carling, 2004). No mundo globalizado e interdependente, em que se vive atualmente, as várias crises (energéticas, ambientais, sanitárias ou de refugiados) têm feito com que as populações dos países mais desenvolvidos se sintam ameaçadas por quem chega. Esta verdade pode ser confirmada pelo incremento e fortalecimento de partidos da extrema-direita e pela manifestação de racismo e de xenofobia em novos moldes (Cabecinhas, 2010; Halsema, 2017). Para se ‘proteger’ e manter os seus eleitores, os governos têm optado por políticas de encerramento de fronteiras e de desencorajamento de certas formas de migração. De entre elas, a de natureza económica, que é a que mais impele os/as cabo-verdianos/as. Carling (2001) alerta para que se seja crítico quanto à opinião generalizada de que se vive a era da migração em massa, pois que países há a vivenciar, exatamente, o oposto: a “era da imobilidade involuntária” (p. 1). A aspiração para migrar existe, mas não se concretiza, por múltiplos impedimentos.

O último recenseamento geral da população cabo-verdiana contrariou todas as expectativas e a tendência de crescimento demográfico vivenciado desde meados do século passado. O Censo de 2010 informou que residiam no país 491.683 habitantes, enquanto o de 2021 divulgou a presença de 483.628 indivíduos (INE-CV, 2021). Entre os novos dados apresentados, pela primeira vez na história do país, se contabilizaram mais homens do que mulheres e uma tendência de envelhecimento da população. Este último facto poderá se justificar pelo regresso de emigrantes na reforma. De qualquer modo, como anteriormente salientado, em momentos instáveis, como os vividos com a recente pandemia, a migração clandestina tende a intensificar-se, sem que possa ser provada. Apesar das restrições dos países recetores, pode ser que muitos/as cidadãos/ãs tenham deixado o país, sem que as autoridades se tenham apercebido. Espera-se que

os resultados preliminares do Censo sejam alvo de futuras investigações, para que estas dinâmicas sociais possam ser explanadas, protegendo-se de especulações.

2.3 Uma descrição concisa da emigração para os Países Baixos

Os informantes qualificados notificaram ter conhecimento de cabo-verdianos que chegaram aos Países Baixos na década de 40 do século passado, supondo-se que sejam os pioneiros. A escolha por este país não é óbvia à primeira vista, uma vez que os dois países não partilham um passado colonial nem, tão pouco, semelhanças culturais ou linguísticas. A cidade de Roterdão revelou-se particularmente atrativa para homens cabo-verdianos que possuíam experiência na marinha mercante. Muitos já haviam desempenhado funções de marinheiros nos navios que haviam seguido para os EUA, Senegal, Angola e outros destinos. Da cidade portuária do Mindelo para a de Roterdão, o maior porto europeu, a decisão parece fazer sentido. Além disso, a partir dos anos 60, no período pós-guerra, devido ao florescimento económico, os Países Baixos recebiam de braços abertos ‘trabalhadores convidados’ (*gastarbeiders*) para ajudar na reconstrução e no progresso do país (Lucassen & Lucassen, 2018).

Conforme Freitas (2016), a emigração para os Países Baixos pode ser esquematizada em três fases, sendo que, a mudança de uma para outra tenha sido provocada por momentos históricos importantes em Cabo Verde e/ou alterações na política de imigração neste país recetor. A primeira fase, que vai dos anos 50 aos primeiros anos da década de 70, é caracterizada pela chegada de jovens do sexo masculino, sobretudo, originários das ilhas de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente. Neste período, o porto de Roterdão encontrava-se em franca expansão, assim como toda a indústria naval europeia. Estes jovens eram, facilmente, contratados pela marinha mercante neerlandesa ou de outras bandeiras. Dados oficiais apontam para uma grande subida do registo de marinheiros cabo-verdianos em Roterdão entre os finais da década de 50 e os finais da de 60, mais especificamente, de 20 para 700 homens (Arquivo da Câmara de Roterdão, 2002 cit. Freitas, 2016, p. 143).

Apesar de os salários serem mais elevados do que estavam acostumados e da abundância de emprego, estas pessoas não pensaram, de imediato, fixar residência nos Países Baixos, o que originou um interessante fenómeno: a proliferação de pensões, com proprietários cabo-

verdianos. Estas residenciais, que na década de 60 já haviam atingido duas dezenas (Choenni, 2004), desempenharam um notável papel no aumento da imigração cabo-verdiana no país, pois não só serviam como alojamento como eram verdadeiros pontos de encontro. Podia-se aceder a todo o tipo de apoio, desde a partilha de informações sobre onde ser recrutados; receber notícias e ‘encomendas’ (embrulhos, presentes) de familiares; conseguir empréstimos quando se encontravam desempregados; entre outros. O espírito de solidariedade e de *morabeza* vivido nestas pensões é reconhecido como a base para a comunidade que, mais tarde, se formaria (Freitas, 2016). Do mesmo modo, pode-se citar como ponto de encontro emblemático, havendo outros, o *Heemraadsplein* ou *Pracinha de Quêbrod*¹⁶, praça onde os marinheiros desempregados (e não só) passavam o dia e trocavam informações úteis.

Se, nos anos 60, os Países Baixos encontravam-se relativamente abertos à entrada de imigrantes, a partir dos anos 70, a situação alterou-se. Neste período, que se identifica como o início da segunda fase, são introduzidas medidas mais rígidas de controlo de entrada e permanência de imigrantes, como consequência da recessão económica e da crise do petróleo de 1973 (Carling, 2008). Esta situação afetou, sobremaneira, a indústria naval, colocando muitos marinheiros em terra e sem recursos. Simultaneamente, a independência de Cabo Verde, em 1975, vem dificultar a mobilidade e a permanência destas pessoas, que passaram a dispor de um passaporte não europeu.

No entanto, a reputação dos Países Baixos e as boas condições laborais que oferecia já se propagara e continuou a atrair os/as cabo-verdianos/as. Mesmo com as restrições, a população cabo-verdiana no país diversifica-se com o afluxo de indivíduos provenientes de Portugal, grande parte naturais da ilha de Santiago. A diversificação acontece, também em termos de género, com a chegada de mulheres cabo-verdianas, que se encontravam a trabalhar como empregadas domésticas na Itália, França e Portugal (Freitas, 2016). Não só os rumores sobre o propício quadro económico e de oportunidades, identicamente razões sociais pesaram na sua decisão, como o facto de a rainha Juliana ser reconhecida pela sua preocupação com questões de bem-estar e coesão social.¹⁷

16 Tradução da língua cabo-verdiana: pracinha dos sem dinheiro ou sem emprego. Uma praça com o mesmo nome existe na ilha do Sal. Como tributo à população imigrante cabo-verdiana, a designação foi reconhecida pelo município de Roterdão, mediante a colocação de uma placa, em 2001.

¹⁷ Dado fornecido pelos informantes qualificados.

Igualmente, interferiu a amnistia ou perdão geral, concedido, em 1976, pelos Países Baixos a imigrantes em situação irregular (Graça, 1999 cit. Freitas, 2016). De facto, muitos/as cabo-verdianos/as adquiriram, nesta altura, a residência permanente ou a nacionalidade neerlandesa, podendo, a partir daí, instalar-se numa moradia e trazer as suas famílias. Apesar das dificuldades, esta fase fica assinalada por uma intensa reunificação familiar (Carling, 2008).

De uma forma geral, pode-se caracterizar os/as imigrantes mais antigos/as como possuindo baixas qualificações, que os delegaram a postos de trabalho e estatutos sociais de igual calibre, pelas dificuldades de domínio da língua neerlandesa. Contudo, no período pós-independência, pessoas com qualificações mais elevadas, insatisfeitas com a situação política no país e/ou descrentes no novo governo, emigram para os Países Baixos.

A perspetiva de Freitas (2016) principia a terceira fase entre 1990 e 1991, com as primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde, persistindo até agora. Ao lado dos/as tradicionais migrantes, puramente económicos, e das reunificações familiares, esta onda é caracterizada pela entrada de indivíduos qualificados, inclusive estudantes internacionais. No entanto, os dados estatísticos neerlandeses revelam um decréscimo anual considerável de entrada de cabo-verdianos/as no país. Tal deve-se à introdução, nos anos 90, de leis imigratórias mais limitativas, sobretudo para os/as recém-chegados/as, a *Newcomers Integration Law (Immigrant Policy, 1990)*. Com efeito, na expectativa de atrair imigrantes com mais habilitações e com maior poder económico, o governo neerlandês adicionou novas exigências às existentes (*Immigrant Policy, 1990*). Uma das estratégias encontradas para contornar esta lei são os casamentos arranjados, cuja prática é dificultada, a partir de 1994, com o aumento do valor de rendimento que um requerente de reunificação familiar deveria possuir. Este valor foi sendo acrescido ao longo dos anos e com a introdução da nova lei de imigração, de 2006, a Lei de Integração Cívica¹⁸, convertera-se já no dobro do exigido em 1993 (Freitas, 2016).

Além destes, outros obstáculos foram sendo acrescentados como, por exemplo, a dificuldade para trabalhar em modo irregular ou a aprovação ao exame de língua neerlandesa antes do/a imigrante entrar no país. Desde então a curva migratória no sentido Cabo Verde –

¹⁸ Esta lei estipula que todas as pessoas, oriundas de países não pertencentes à União Europeia (UE), devem aprender o neerlandês e conhecer as regras da sociedade. O *inburgering*, i.é, a integração cívica tem como principal objetivo garantir o envolvimento destes/as estrangeiros/as na sociedade neerlandesa, independentemente de onde venham ou do que acreditam.

Países Baixos tem declinado consideravelmente (Carling, 2004, 2008), enquanto se nota que o número de descendentes aumenta (Tabela 1). Por outro prisma, a estagnação do número de entradas no país não advém somente das políticas restritivas à imigração, como do envelhecimento e do regresso definitivo de migrantes em idade de reforma (Ferreira, 2011). Certos/as idosos/as pendulam entre os dois países, tendo adotado um modo de vida absolutamente transnacional.

2.4 Breve caracterização da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos

Segundo dados oficiais, a comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos contabilizava 23.150 indivíduos em 2022, dos quais 11.799 são imigrantes e 11.351, seus/suas filhos/as (CBS *Statline*, 2022). Há que salientar que o governo neerlandês desconfia que o número de cabo-verdianos/as no país seja mais elevado do que o documentado, conscientes da existência das vias clandestinas, apoiadas e protegidas pela unida comunidade e, também, de alguns/algumas pessoas possuírem outras nacionalidades (Choenni, 2004).

Tabela 1 - Crescimento da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos.

Ano	Imigrantes	Filhos/as
1996	10.521	6.141
2000	11.007	7.235
2010	11.703	9.303
2019	11.781	10.851
2021	11.790	11.190
2022	11.799	11.351

Dados recolhidos na página digital do CBS (www.opendata.cbs.nl).

Os/as filhos/as de imigrantes, em que, pelo menos, um/a ascendente seja natural estrangeiro/a, são rastreados/as pelo Instituto Central de Estatísticas neerlandês (CBS)¹⁹ e acede-se à informação utilizando os termos de busca ‘segunda geração’ (*tweede generatie*). As linhagens seguintes, em que tanto o pai como a mãe tenham nascido nos Países Baixos,

¹⁹ Centraal Bureau voor de Statistiek (CBS)

encontram-se diluídas na população nativa. À vista disso, infere-se que os estudos que tenham como público-alvo os/as descendentes a partir da categoria de netos/as, só podem ser de cariz qualitativo, uma vez que não é possível aceder a dados estatísticos oficiais e fiáveis acerca deles/as.

Informa-se que, pelo menos, 75 % dos indivíduos que se dizem cabo-verdianos/as vivem na cidade de Roterdão. Destes, uma boa fração continua a residir nos bairros do distrito de Delfshaven, onde os imigrantes pioneiros se fixaram. Entretanto, nos últimos anos, nota-se que várias famílias se mudaram para cidades vizinhas, com melhores condições habitacionais. Mais afastados de Roterdão existem aglomerados de cabo-verdianos/as, especialmente em Amsterdão, Haia, Zaandam e Delfzijl. Em Amsterdão encontram-se entre as mais pequenas comunidades de imigrantes da cidade (Choenni, 2004; Freitas, 2016).

Os/as cabo-verdianos/as nos Países Baixos consistem numa minoria étnica, cuja presença parece ter passado despercebida, durante muito tempo, na sociedade, mesmo encontrando-se entre os maiores grupos de migrantes da zona subsaariana (Heelsum, 2005). Os debates políticos e mediáticos sobre as comunidades migrantes e a sua integração quase nunca os/as mencionam. Daí, a generalização, nos média neerlandeses, da denominação “migrantes silenciosos” (*stille migranten*²⁰) quando a esta comunidade se referem. A designação encerra diferentes significados: trabalhadores/as árdus/as e cooperativos/as, que não causam conflitos, não reivindicam os seus direitos, contentando-se com uma posição social predominantemente baixa e mal remunerada; migrantes inativos/as, que nada organizam (Slingerland, 2012).

Vários membros da comunidade cabo-verdiana não concordam com a alcunha, alegando ter, desde sempre, sido dinâmicos. De facto, Graça (2010) demonstra a grande proliferação de organizações cabo-verdianas de cariz cultural, social, religioso, desportivo, recreativo, mediático e de cooperação para o desenvolvimento, entre os anos 70 e o fim do século passado. Estas promoviam eventos, frequentados por cabo-verdianos/as de todas as ilhas. Adicionalmente, abriram-se diversos estabelecimentos comerciais e de restauração, discotecas, estúdios musicais, salões de cabeleireiro/a e outras pequenas empresas. Nota-se, com o decorrer do tempo, uma clara diminuição do número de organizações oficialmente registadas (Graça,

²⁰ Esta denominação foi utilizada, pela primeira vez, pela Associação de Trabalhadores Estrangeiros Rijnmond (“Stichting Buitenlandse Werknemers Rijnmond”), em 1988 (Freitas, 2016, p. 157).

2010), sendo que os efeitos para a comunidade ou para a relação entre esta e Cabo Verde não tenham sido investigados, até à data.

A verdade é que, desde a chegada dos primeiros imigrantes, os/as cabo-verdianos/as adotaram um modo de vida virado para dentro da própria comunidade, ainda que alguns homens tenham contraído matrimónio com senhoras neerlandesas. Porque a coletividade não era extensa, foi possível reproduzir a tradição de *morabeza* cabo-verdiana, em que as pessoas mantêm estreitas relações entre si. Optaram por viver perto umas das outras, entreajudar-se e, muitas vezes, encobrir as dificuldades com que se deparavam. Por esta razão, durante muito tempo, a comunidade não soube usufruir de todas as facilidades e benefícios que os Países Baixos colocavam ao seu dispor. Por volta do ano 2000, ou seja, tardiamente, estudos acusaram o fraco uso, pela comunidade, dos serviços sociais e de saúde. De entre outros motivos, destacaram, por exemplo, a barreira linguística, a falta de informações e, a consequente, falta de confiança nas instituições (Freitas, 2016; Groot et al., 2004).

Paralelamente, no país de origem, estes/as imigrantes desempenharam um papel decisivo na luta pela independência, envolvendo-se politicamente, e sustentando os primeiros anos do país recém-formado com avultadas remessas financeiras e de bens materiais (Carling, 2008). Importa referir que, no país de imigração, se preocuparam com a educação das crianças, esperando que, no futuro, se posicionassem mais favoravelmente nos degraus sociais. Efetivamente, a educação parece fazer parte do *ethos* coletivo das ilhas, considerada como uma estratégia para alcançar melhores condições de vida e para ascender na sociedade. Este ideal nem sempre foi atingido, por força das circunstâncias sociais e económicas (o não domínio da língua neerlandesa, o débil conhecimento do funcionamento do sistema de ensino, instabilidades familiares pela frequente ausência de pais, entre outras razões), mas não por falta de incentivo e uma educação rigorosa, rica em valores e normas (Butte, 2003).

Pela ação dos/as descendentes, a comunidade tem marcado presença nas esferas profissionais mais valorizadas da sociedade neerlandesa, inclusive na política. Em simultâneo, pela negativa, vem sendo associada a casos de delinquência e criminalidade juvenil, embora não tanto se comparada a outros grupos étnicos socialmente visíveis. Este comportamento é justificado pela posição vulnerável de crescer em bairros periféricos desfavorecidos, com pouco contacto com pessoas da etnia neerlandesa e, muitas vezes, sujeita à discriminação. (Choenni,

2004; Freitas, 2016). No entanto, com o avançar da idade, verifica-se que a maioria dos/as jovens de origem cabo-verdiana opta por uma vida estável, de trabalho honesto, pressionados/as, talvez, pela firme educação recebida na infância (Butte, 2003).

Como se pôde constatar no Tabela 1 (p. 50) o número de ‘cabo descendentes’ está em franco crescimento, calculando-se que em pouco tempo ultrapasse o de imigrantes. Se se considerar que a soma não inclui as linhagens posteriores a filhos/as, é-se obrigado/a a depreender que esta categoria social é muito maior do que, oficialmente, se prevê. Entretanto, ela se revela mais jovem, diversificada e bem integrada na sociedade neerlandesa (Freitas, 2016). Sendo responsável por assegurar a continuidade da comunidade cabo-verdiana, pode-se concluir que esta está em transformação. Encontrando-se os/as ‘cabo descendentes’ noutro contexto temporal, a sua mentalidade é outra e a abordagem ao grupo deverá, obrigatoriamente, ser diferente. Tal conclusão engrandece a importância de mais se saber acerca dele.

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Capítulo 1 – O modelo de investigação científica e os pressupostos teórico-metodológicos

“Um projeto científico é [...] uma *tentativa* de objetivação do mundo submetida a um certo controlo empírico e social [...]” (Lessard-Hébert et al., 1994, p. 67). O mundo social encontra-se em constante mutação, não se submetendo ao conceito de objetividade absoluta, fazendo com que o saber tenha um ciclo de vida curto. Não presumindo que a sociedade seja um sistema estático, o ser social, de igual forma, está em constante modificação, apresentando-se em toda a sua complexidade, multiplicidade e, simultânea, singularidade. Daí a importância e a permanente necessidade de realização de pesquisas. Para que estas mereçam validade científica, devem ser conduzidas com método, o qual consiste na conjugação da Epistemologia e da Metodologia. A primeira é a ciência do conhecimento, que garante o constante confronto entre as teorias e a realidade, no sentido de tentar validar factos. A segunda é a disciplina que propicia as condições e os instrumentos, para que os objetivos traçados sejam alcançados (Graça, 2013). Neste capítulo, procurar-se-á explicitar o percurso metodológico adotado para dirigir a investigação.

Para sustentar a reflexão crítica do objeto de estudo, fundamenta-se o trabalho na teoria construtivista, que defende que o conhecimento humano não é unicamente inato e externo, mas que se forma através da interação entre a experiência que o indivíduo ganha, ao longo da vida, e as suas próprias capacidades (Treviso & Almeida, 2014). A partir desta premissa, desenvolveram-se diversos tipos de construtivismo, sendo um deles, o que a este trabalho interessa, o construtivismo social. Considera-se que o real é uma construção social dos sujeitos, moldado durante as interações que mantêm com os indivíduos, grupos e instituições com que lidam. Ao reconhecer esta participação ativa das pessoas, necessariamente, conclui-se que as realidades se formam através de um processo interpretativo do quotidiano, sendo, portanto, múltiplas (Augusto, 2014). Em outros termos, as diferentes formas de traduzir e interpretar os eventos sociais são o produto da experiência vivida e contribuem para o que as pessoas entendem por conhecimento.

O construtivismo social centra-se nos sentidos construídos pelos sujeitos, dentro dos seus contextos particulares. A verdade, ou melhor, as verdades são polissémicas (Pérez, 2005), significando que não existem respostas permanentes e universais, para explicar os eventos

sociais ou para resolver os problemas, que daí possam emergir. Estas dependem do contexto histórico/cultural/local e dos pontos de vista dos atores envolvidos. “Quando construímos conhecimento, construímos os nossos mundos²¹” (Camargo-Borges & McNamee, 2022, p. 51). Neste sentido, importa realizar observações localizadas, pois que os diferentes valores, crenças e visões existentes dentro de uma mesma sociedade ou entre povos e culturas distintos, inclusive os percecionados como estranhos, não podem ser rotulados de ‘errados’ e sem fundamento (Camargo-Borges & McNamee, 2022). Os sentidos socialmente/localmente construídos são sempre coerentes para os indivíduos que os defendem.

Ancorada nestes princípios, esta dissertação dirige-se, diretamente, aos/às ‘cabo descendentes’, aos quais reconhece uma participação ativa, através das informações facultadas. Acredita-se que a conversa é uma forma privilegiada de interação social, em que se pode criar e transmitir conhecimento. Portanto, assume-se que o conhecimento não é uma produção exclusiva de sábios/as, mas, também do sujeito comum, que vive e inventa o seu quotidiano. Deste modo, os/as ‘cabo descendentes’, melhor do que qualquer cientista social, encontram-se em posição de facultar o que se deseja conhecer: as perceções, opiniões e experiências, com que justificam a sua identidade em construção.

1.1 A amostragem ou a definição dos participantes

De fulcral importância numa pesquisa é a identificação de um grupo de indivíduos que reúnam as características e as experiências necessárias para ajudar a responder à/às questão/questões de investigação. Dada a complexidade do público-alvo, considerou-se importante criar uma certa diversificação entre os/as participantes, mas, com cautela, pois alguma homogeneidade é requerida para possibilitar a identificação de padrões e a realização de inferências, durante a análise dos depoimentos.

Para a definição dos/as respondentes, recorreu-se à amostragem não-probabilística, uma vez que não existe uma lista completa do universo em estudo (os/as ‘cabo descendentes’ nos Países Baixos), facultando uma probabilidade real a cada elemento de participar. Foram

²¹ Tradução livre da autora. Texto original: “When we construct knowledge, we construct our worlds” (Camargo-Borges & McNamee, 2022, p. 51).

utilizadas duas técnicas de amostragem: a por conveniência, que significa que se recorreu a voluntários, dispostos, no momento pedido, a responder às perguntas; e em bola de neve, que quer dizer que os/as primeiros/as entrevistados/as apontaram os/as seguintes (Carmo & Ferreira, 2008). A segunda técnica foi empregue para evitar de dar voz, somente, a pessoas conhecidas, dado que a investigadora faz parte da comunidade cabo-verdiana no país. Ademais, assegurou-se a diversidade dos contactos iniciais, solicitando a outras pessoas que apontassem alguns dos/as participantes, como foi o caso em Amsterdão.

Este estudo envolveu treze descendentes: nove do sexo feminino (+/- 70%) e quatro do sexo masculino (+/- 30%), com idades compreendidas entre os 20 e os 32 anos. Atendeu-se a que ambos os géneros estivessem representados, embora se verifique uma desajustada percentagem, fruto do efeito de bola de neve. A faixa etária selecionada foi deliberada, correspondendo a indivíduos que se espera que tenham maturidade para ter refletido acerca da sua identidade, mas suficientemente jovem para diminuir a probabilidade de terem participado nos estudos sobre a identidade de descendentes cabo-verdianos/as, identificados na revisão bibliográfica. Também calcula-se que, não tenham experienciado, em idade adulta, os ‘anos dourados’ dos movimentos associativos cabo-verdianos, devido à extinção, nos últimos anos, de grande parte deles (Graça, 2013). Trata-se, assim, de uma amostra relativamente jovem, sendo quatro elementos, estudantes, enquanto os restantes encontram-se inseridos no mercado de trabalho. Duas das entrevistadas já são mães.

Além da atenção pela faixa etária, elegeram-se os seguintes critérios de inclusão: que fossem naturais e residentes de diferentes cidades dos Países Baixos, com, pelo menos, um/a ascendente oriundo/a de uma das ilhas mais representadas na comunidade cabo-verdiana radicada neste país. Ainda, verificou-se que eram detentores da nacionalidade neerlandesa, não possuindo ninguém a dupla nacionalidade. Quanto ao local de residência, seis pessoas vivem em Roterdão (46%), a cidade com maior concentração de cabo-verdianos/as; uma em Schiedam (8%); três em Haia (23%) e as restantes em Amsterdão (23%). No que toca à representatividade das ilhas de origem dos/as pais/mães: três entrevistas correspondem a Santiago (23.1%), quatro a Santo Antão (30,8%), duas a São Nicolau (15.4%) e quatro a São Vicente (30.8%). Em Amsterdão, coincidiu que os/as três participantes, trazidos/as pelo efeito da bola de neve, identificaram-se como descendentes de são-vicentinos/as.

Como produto das migrações, da globalização e de uma era, cada vez mais, digital, deduz-se que este público sente e pensa diferentemente dos/as seus/suas ascendentes e, até mesmo, dos/as ‘cabo descendentes’ noutra faixa etária. Assim sendo, poderá atribuir diferentes significados à sua realidade. A afirmação outorga a este estudo um carácter exploratório (Carmo & Ferreira, 2008, p. 49), por se debruçar sobre uma população insuficientemente conhecida, esperando-se poder desvendar novas pistas de investigação. Com as precauções tomadas, espera-se ter reunido um leque diversificado de visões e de vivências. Todavia, esta amostra não pode ser considerada representativa. Pela sua reduzida dimensão, não garante que outros/as ‘cabo descendentes’, na mesma faixa etária, facultem respostas iguais ou similares perante as perguntas colocadas.

1.2 A opção pela metodologia qualitativa e o estudo de caso

Em ciências sociais, as investigações ancoram-se em paradigmas, que consistem em “conjuntos básicos de crenças que guiam a ação [...e...] definem a visão de mundo do pesquisador” (Mendonça, 2002, p. 3). Assim, as investigações podem ser quantitativas, se se almejam resultados mais numéricos, controlados e generalizáveis; ou qualitativas, se os dados se querem mais descritivos, subjetivos, indutivos e naturalistas (Carmo & Ferreira, 2008). Pela complexidade e dinâmica das realidades sociais e, conseqüente, dificuldade em abarcá-las e compreendê-las bem (ou na medida do possível), o recurso à triangulação, ou seja, à combinação dos dois métodos, tem inspirado inovativas práticas e técnicas, que aproveitam as potencialidades de ambos.

A escolha da metodologia não pode ser fundamentada no facto de se ser simpatizante de uma ou de outra, ditando o tipo de pesquisa, a natureza do objeto e os objetivos do estudo qual a mais adequada (Augusto, 2014). Considerando esta premissa, optou-se pela metodologia qualitativa, pelas suas características mais amplas. De entre todas, pesou, antes de mais, a aceitação de verdades múltiplas, em que se pressupõe que exista uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” (Silva & Menezes, 2005, p. 20). Não se parte de nenhuma hipótese e nem interessa a criação de leis generalizáveis a toda e qualquer situação. Ambiciona-se sim, captar de fonte direta, dentro do seu contexto natural, informação subjetiva e especificada, cujos

significados atribuídos possam ser descritos, decodificados e interpretados (Carmo & Ferreira, 2008). Em suma, este estudo realça o processo humanístico, indutivo, descritivo e naturalista da abordagem qualificada, encontrando o foco da investigação na “fidelidade ao universo de vida cotidiana dos sujeitos” (Alves & Silva, 1992, p. 61).

Nessa sequência, a escolha pela abordagem empírica do estudo de caso aparenta ser a mais acertada, na medida em que permite delimitar um objeto de estudo complexo, cuja compreensão na totalidade é inviável. Esta modalidade, usada em várias áreas científicas, tanto em estudos quantitativos como qualitativos, permite investigar acerca de “um fenómeno actual no seu contexto real”, particularmente tratando-se de pesquisas de natureza exploratória, que pretendam reagir a situações, em que se questiona o “como” ou o “porquê” de ocorrerem (Carmo & Ferreira, 2008, p. 234). A terminologia adotada para elaborar a pergunta de partida deste trabalho vai de encontro a este enunciado: “de que formas”.

A opção pela metodologia qualitativa e pelo estudo de caso justificam o recurso a “amostras relativamente pequenas [...], selecionadas intencionalmente” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 209), em que a partir da exploração intensiva de alguns casos, durante um delimitado período, procura-se adquirir conhecimento acerca de uma situação ou fenómeno. Por isso, se restringiu à formulação de, apenas, algumas questões e à análise de um restrito número de variáveis, procurando aprofundá-las. Cada caso é particular, mesmo que se assemelhe a outros e faculte informação detalhada e contextualizada, conquanto complexa. Entende-se que este modelo de investigação serve o propósito do estudo, uma vez que incita à interpretação da diversidade de posições recolhidas e à apresentação de perspetivas alternativas.

Pretende-se ajudar a clarificar a identidade sociocultural dos/as ‘cabo descendentes’ nos Países Baixos, na faixa etária compreendida entre os 20 e os 32 anos e, em específico, averiguar se esta identidade incentiva a consolidação de laços à cultura e ao país de origem dos/as progenitores/as. Na eventualidade da inexistência de laços, tentar-se-á compreender o porquê da desvinculação. Antevendo um complexo processo de formação identitária, devido à leitura de trabalhos anteriores acerca de descendentes de imigrantes, para a análise, subdividiu-se o objetivo específico em diferentes temas, seguindo o esquema de Rudmin (2009). Desta feita, consideraram-se três elementos: as condições aculturativas prévias, a aprendizagem aculturativa experienciada e, finalmente, os resultados aculturativos. Os temas, explorados na terceira parte

desta pesquisa, são conceituados como relevantes, para responder à questão central, que se recorda: *De que formas o processo identitário dos ‘cabo-descendentes’ nos Países Baixos contribui para a consolidação da sua cabo-verdianidade e consequente conexão a Cabo Verde?*

1.3 As técnicas e os instrumentos de investigação

1.3.1 Pesquisa bibliográfica

Quanto às técnicas de investigação recorreu-se, em primeiro lugar, à pesquisa bibliográfica que, numa dissertação, é imprescindível como fonte de conhecimento. Esta consiste na seleção rigorosa de documentos científicos (estudos precedentes e literatura pertinente acerca do tema), que merecem uma leitura cuidada, viabilizando, não só o ampliar do conhecimento acerca do objeto de estudo como auxiliar a organização do trabalho. O uso de documentos, em Ciências Sociais e Humanas, é valorizado, como sendo um dos suportes mais fiáveis para se conhecer e compreender a história e a evolução do pensamento e das atividades dos seres humanos (Sá-Silva et al., 2009).

Esta técnica permite adquirir, através de fontes secundárias, ou seja, de textos já trabalhados por outros/as pesquisadores/as, dados, os mais objetivos possíveis. Porém, requer cautela, no sentido de assegurar que provenham de fontes fidedignas, que se conheça os/as autores/as, a quem se destinam e o contexto histórico e sociopolítico, em que foram produzidos. Tal, porque estas informações podem influenciar os sentidos atribuídos aos conceitos, aos grupos de indivíduos e aos fenómenos debatidos. É-se consciente que esta etapa, identicamente, não está livre do envolvimento da subjetividade, visto que a investigadora foi quem escolheu e interpretou os documentos. Em defesa, garante-se que toda a documentação consultada e citada foi produzida em contexto académico-científico.

1.3.2 Entrevistas semiestruturadas e entrevistas exploratórias

Em pesquisas empíricas qualitativas, a entrevista semiestruturada é uma das técnicas mais utilizadas, o que não quer dizer que seja, sempre, a mais adequada. Neste caso, pensa-se que o seja, uma vez que os dados que se pretendem obter são as perceções, as experiências e as interpretações dos/as ‘cabo descendentes’ acerca da sua identidade, ou seja, informação

autêntica, e pormenorizada (Quivy & Campenhoudt, 1998). Conforme Moré (2015), esta modalidade de entrevistas é aconselhável, “quando o pesquisador, diante de uma temática norteadora, e tendo a narrativa como referência principal, realiza outras indagações, na busca da compreensão do que o participante está narrando” (p. 128).

Tratando-se de uma pesquisa exploratória, a recolha de dados implica a interação direta com os sujeitos, tomando em consideração os seus próprios “quadros de referência” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 198). Porque a principal finalidade seja a apreensão do “sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados (...)” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 193), torna-se evidente que esta informação é subjetiva, não podendo ser encontrada em documentos. Por esta razão, recorreu-se à realização de entrevistas individuais, considerando-se importante que os/as participantes tivessem liberdade para expressar a sua opinião sincera e sem reservas, partilhando realidades contextualizadas, ou seja, tal qual vivenciadas.

Realizaram-se treze (13) entrevistas, sendo que a primeira teve lugar a 31 de maio de 2022 e a última a 28 de setembro de 2022. Este grande intervalo temporal deveu-se a imprevistos: entrevistas adiadas por motivos de saúde ou de férias e pelo prolongado efeito surtido pela técnica de amostragem de bola de neve. A duração das entrevistas variou entre os 25 e os 45 minutos, tendo sido gravadas e transcritas na íntegra, após expressa permissão dos sujeitos. Como decorreram em neerlandês, já que os/as intervenientes não dominavam a língua portuguesa para responder, de forma satisfatória, às perguntas, tiveram de ser traduzidas.

Previamente à marcação das entrevistas, elaborou-se um guião (Anexo I), dividido em seis partes, sendo que a primeira corresponde a catorze perguntas fechadas, cujo objetivo foi de recolher alguns dados sociodemográficos acerca dos/as participantes. Esta primeira parte foi incorporada na conversa, de modo que as pessoas tiveram liberdade para facultar informação mais detalhada, se assim o desejassem. Efetivamente, muitas vezes, aconteceu. De resto, o guião é composto por trinta e cinco perguntas, suficientemente flexíveis, viabilizando abordar os diferentes assuntos, conforme as respostas de cada entrevistado/a. Por vezes, não se colocaram algumas questões, pois ficavam respondidas em pontos anteriores, ou avançou-se com outras que, embora não constassem do guião, permitiram a partilha de experiência singular.

Para testar e ajustar o guião, realizou-se uma entrevista que não foi contemplada nesta pesquisa. Das treze entrevistas consideradas válidas, as primeiras três decorreram em contexto presencial e as dez seguintes por telefone: uma chamada normal e as restantes por videochamada, através da plataforma de comunicação *WhatsApp*. A princípio, planearam-se entrevistas presenciais, entendendo que permitem uma melhor perceção das pessoas, da sua linguagem corporal, dos silêncios, das hesitações e das emoções (Muylaert et al., 2014). Contudo, as dificuldades para conciliar agendas e/ou encontrar locais calmos para conversar, sem interrupção, ditaram que se fizesse uso das facilidades que as novas tecnologias colocam à disposição das pessoas, com quase o mesmo efeito. Embora mediada por aparelhos eletrónicos, a comunicação, com imagem e som, foi eficiente, encontrando-se tanto a investigadora como os/as participantes no seu próprio lar. Desta maneira, foi possível criar um ambiente cómodo, em que compartilharam as suas perceções, de forma tranquila e sem impedimentos. Ao mesmo tempo, o distanciamento pode ter beneficiado a criação de uma aura de profissionalismo. A atual pandemia do Covid19 regularizou as reuniões de trabalho virtuais, de modo que as propostas de entrevistas por este meio foram aceites, de forma natural e positiva.

Além destas, é importante salientar que, durante o período de pesquisa bibliográfica, realizaram-se quatro entrevistas exploratórias a membros proeminentes na comunidade cabo-verdiana, em Roterdão, destinadas a auxiliar “a constituir a problemática de investigação” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 69). Trata-se de informantes qualificados, que são ou foram membros associativos ou que, devido à sua profissão, possuem larga experiência e conhecimento da comunidade. As conversas, ocorridas em fevereiro/março de 2022, não seguiram um guião, nem foram gravadas e transcritas; simplesmente tomou-se nota de palavras ou ideias-chaves, que enriqueceram a pesquisa bibliográfica. Foram profícuas, pois confirmaram a importância de se retomar o tema da identidade dos/as ‘cabo descendentes’, forneceram pistas úteis de investigação e partilharam literatura não publicada em suporte digital.

Ainda, em março de 2022, realizou-se uma quinta entrevista exploratória a um membro do governo cabo-verdiano, que facultou informações sobre os planos do Ministério das Comunidades, para a sensibilização de descendentes de emigrantes a participar na sociedade cabo-verdiana. A entrevista não seguiu um guião formalmente elaborado, mas foi gravada, após

permissão oral da pessoa. Assim, a conversa pôde ser escutada, mais uma vez, na fase de análise dos dados, permitindo cruzar informações oficiais com os desejos dos/as ‘cabo descendentes’.

1.3.3 Análise de conteúdo

Entende-se que os dados recolhidos se encontram no seu estado bruto. Para desvendar o conhecimento que encerram, deverão ser transformados, ou seja, interpretados pela investigadora. Para isso, se recorreu à técnica da análise de conteúdo (AC).

Uma das maiores referências do desenvolvimento desta ferramenta é Laurence Bardin (2000), que a descreve como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens” (p. 42). Por outras palavras, são um conjunto de estratégias, mais ou menos, precisos e que tornam possível a sistematização, a categorização e a interpretação de dados. A AC pode ser usada de forma circular, ou seja, em constante aperfeiçoamento, conforme o tipo e os objetivos de investigação, exigindo do/a investigador/a “uma minúcia e uma paciência de santo” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 227). Desta forma, se depreende que é uma técnica interativa e progressiva.

A AC, tanto pode ser quantitativa, se se pretende verificar, por exemplo, a frequência com que uma dada palavra, característica ou evento aparece numa narrativa, sendo, nestes casos, denominada por Quivy e Campenhoudt de “extensiva” (1998, p. 227), como pode ser qualitativa e intensiva, se o principal propósito do seu uso é, tão-somente, detetar a ausência ou a presença de uma particularidade. Neste trabalho, optou-se por aplicá-la segundo a última modalidade, com o intuito de desvendar os significados centrais, expressos (manifestos) ou por trás (latentes) das perceções e opiniões dos/as ‘cabo descendentes’, acerca da sua identidade sociocultural, em permanente construção. Neste sentido, valeu-se das treze entrevistas realizadas, que, após transcritas, se transformaram em textos complexos, a serem explorados, utilizando competências de intuição.

Parece não existir um procedimento exato ou ideal de implementação da AC. No entanto, os/as autores/as avançam com recomendações ou se se quiser, regras de base, sendo crucial manter-se próximo aos dados (Cappelle et al., 2003). Esta pesquisa procurou seguir os “três

polos cronológicos” de Bardin (2000, p. 95), ciente de que a AC, em larga escala, se aprende e se faz pela prática. Assim sendo, iniciou-se pela pré-análise dos treze documentos. Esta é uma fase indispensável, que consiste em selecionar e organizar os dados, evitando que se parta para a codificação de informação inútil. Esta operação, denominada de constituição do *Corpus*, permite a redução do volume de informação, obedecendo “a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência” (Cappelle et al., 2003, p. 6).

Com o auxílio do guião elaborado e uma leitura “flutuante” (Bardin, 2000, p. 95) das entrevistas, procurou-se identificar os temas emergentes. Uma vez preparado o material, passou-se ao processo gradual de exploração do mesmo, que engloba a codificação. Atribuiu-se uma cor a cada categoria e foram sendo destacadas. Sucederam-se várias leituras de excertos, classificados como importantes ou recorrentes e apoiou-se no quadro teórico e nos objetivos do estudo para estipular as unidades de análise (as categorias e as subcategorias) e as unidades de registo (os excertos). Consultar a grelha apresentada em Anexo II.

A predefinição de categorias acusa uma AC mais tradicional, a análise temática ou categorial. Embora seja muito aplicada em estudos quantitativos por possibilitar o registo da frequência numérica de um fenómeno ou tema, facilita, igualmente, constatar a sua presença ou ausência, sem os quantificar. Assumindo que “a linguagem representa e reflete diretamente aquele que o utiliza” (Cappelle et al., 2003, p. 8), procurou-se desvendar as visões e as atitudes dos/as ‘cabo descendentes’ em relação às temáticas destacadas. Mais uma vez, vai-se de encontro à teoria construtivista social, que entende que a linguagem não é um mero veículo de transmissão de informações; através dela, se constrói, efetivamente, a realidade (Camargo-Borges & McNamee, 2022).

O recurso a estas técnicas interpretativas permite encontrar “os núcleos de sentido que compõem uma comunicação” (Cappelle et al., 2003, p. 8). Assim, completou-se o procedimento com a profunda reflexão da informação recolhida, procurando interpretar e inferir significados, mantendo o quadro teórico e os objetivos, sempre, em mente. Esta fase corresponde à última, a de tratamento dos resultados, proposta por Bardin (2000). Espera-se que, apoiando nas orientações disponibilizadas pela AC, seja possível evidenciar os sentidos que os sujeitos pretenderam transmitir, apresentar novos entendimentos e pontos de vista acerca do assunto em estudo, bem como sugerir recomendações socialmente benéficas.

1.4 Os pressupostos éticos

Em pesquisas sociais, os aspetos éticos são fundamentais e, não se pode, de modo algum, descuidá-los, sob pena de se pôr em perigo o rigor científico. A ética nunca pode ser entendida como uma limitação para a pesquisa académica e deve ancorar-se em valores universais, “como são os direitos humanos, a proteção às populações vulneráveis e a promoção da ciência como um bem público” (Diniz, 2008).

Cada entrevista foi precedida por uma conversa telefónica, em que os/as participantes foram devidamente informados/as quanto ao tema e ao propósito da investigação, não se omitindo quaisquer razões que os/as pudessem desencorajar. A decisão para participar foi tomada de forma voluntária e consciente.

Mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado para o efeito (Anexo III), foram facultadas expressas permissões à investigadora, mas, mais importante, garantiram-se direitos e liberdades aos/às intervenientes. O documento faculta a autorização para a gravação das entrevistas, para o uso de dados pessoais e manifesta a disponibilidade para salvaguardar os seguintes princípios básicos (Conceição, 2012):

- ✓ O anonimato. Embora nenhum/a participante se opôs ao uso do seu verdadeiro nome, considerou-se prudente salvaguardá-lo, recorrendo ao uso de pseudónimos.
- ✓ A autonomia. A participação foi absolutamente voluntária, sendo do conhecimento dos sujeitos o direito de não responder a questões que considerassem impróprias ou demasiado pessoais, e de desistir de colaborar, a qualquer momento.
- ✓ A não-maleficência ou a garantia de que não sofrerão quaisquer danos, sejam eles morais, físicos, financeiros ou de outra ordem.
- ✓ A beneficência e a justiça, ou seja, a crença de que a pesquisa possui relevância social e que os resultados inspirem benefícios e oportunidades, no presente ou no futuro.

Assegura-se que os/as participantes foram tratados/as com igual respeito, mostrando sensibilidade para com as suas motivações, sem perder de vista o profissionalismo. Além de tudo, compromete-se a apresentar os resultados, com fidelidade, mesmo que vão contra eventuais convicções da investigadora, e ambiciona-se apresentar um estudo bem elaborado, seguindo o rigor dos métodos científicos, referenciando, de maneira fidedigna, todas as fontes consultadas e utilizadas (Carmo & Ferreira, 2008).

PARTE III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Introdução

Nesta secção da dissertação procurar-se-á implementar a análise de conteúdo. As respostas às entrevistas, depois de transcritas, constituíram o *Corpus* da investigação. Como na exposição da técnica se informou, para a análise, foram escolhidos alguns temas (categorias) e dentro destes, subcategorias, a serem explorados, para dar uma resposta coerente à pergunta de partida.

Em específico, busca-se conhecer:

- ✓ Os percursos pessoais dos/as ‘cabo descendentes’ e a aquisição do capital social, a partir das trajetórias familiares, escolares, dos círculos de amizades/colegas e, eventuais, ligações com associações, étnicas ou não.
- ✓ O processo contínuo de construção da identidade etnocultural e social dos indivíduos, em específico, as percepções e atitudes quanto à formação da consciência étnica, sentimentos de pertença, de integração e de aceitação social.
- ✓ As estratégias aculturativas assumidas para gerir as pertenças múltiplas, em que se optou pela análise do transnacionalismo simbólico e funcional e pela valorização da cabo-verdianidade. Estes resultados são vistos como favoráveis para os sujeitos conciliarem as suas culturas de referência.
- ✓ O futuro da cabo-verdianidade nos Países Baixos, para captar a percepção dos/as ‘cabo descendentes’ acerca das tendências para a sua preservação ou extinção.

Dado o carácter qualitativo desta pesquisa, informa-se que na análise que, de seguida, se inicia, far-se-á abundantemente uso de citações. Estas consistem em trechos das entrevistas, tal qual pronunciados, identificando-se o pseudónimo e a idade do/a participante. Na tabela seguinte apresentam-se os dados sociodemográficos das pessoas inquiridas e algumas curiosidades, que auxiliam a contextualização.

Tabela 2 - Caracterização dos/as participantes do estudo

Número	Nome/Género	Idade	Nível Escolaridade	Cidade	Naturalidade pai/mãe (ilha*)	Nível Ensino pai/mãe	Fala a língua Cabo-verdiana	Vezes que visitou Cabo Verde	Agregado familiar no presente
1	Cristina (F)	21	Estudante Licenciatura	Haia	SA/SA	Médio/Médio	Bem	Muitas vezes	Pai; Mãe
2	Stef (M)	26	Licenciatura	Haia	SA/SA	Médio/Médio	Pouco	2 vezes	Pai; Mãe; Irmã
3	Andreia (F)	23	Estudante Licenciatura	Haia	SN/SN	Básico/Básico	Bem	"2 ou 3 vezes"	Pai; Mãe; Irmão
4	Nick (M)	28	Licenciatura	Roterdão	P. Baixos/SA	Médio/Básico	Não fala	"3 ou 4 vezes"	Com um amigo
5	Sabrina (F)	30	Licenciatura	Amsterdão	SV/SV	Superior/Médio	Bem	Muitas vezes	Noivo; Filha
6	Roberto (M)	21	Estudante Licenciatura	Amsterdão	SV/SV	Secundário/Secundário	Bem	Muitas vezes	Pai
7	Jenny (F)	27	Licenciatura	Roterdão	SA/P. Baixos	Secundário/Médio	Pouco	2 vezes	Filha
8	Alice (F)	30	Licenciatura	Amsterdão	SV/ Portugal	Médio/Secundário	Bem	Muitas vezes	Sozinha
9	Emília (F)	20	Curso Médio	Roterdão	ST/ST	Médio/Básico	Bem	Muitas vezes	Pai; Mãe; Irmão
10	Rafaela (F)	20	Estudante Licenciatura	Roterdão	SV/SV	Superior/Superior	Bem	Muitas vezes	Mãe; Irmão
11	Miriam (F)	21	Curso Médio	Roterdão	ST/SV	Secundário/Médio	Bem	Muitas vezes	Mãe
12	Duca (F)	28	Mestrado	Roterdão	S.Tomé/SN	Secundário/Básico	Bem	Muitas vezes	Sozinha
13	Décio (M)	32	Licenciatura	Roterdão	ST/ST	Básico/Básico	Bem	"16 vezes"	Namorada

* Ilhas representadas: SA - Santo Antão; SN - São Nicolau; SV - São Vicente; ST - Santiago

Capítulo 1 – Percursos pessoais e capital social

O contexto é um elemento indispensável para a compreensão do processo de construção identitário da pessoa. Reitera-se que a identidade é uma construção social (Taylor, 1994), moldada nas interações sociais. Apoiado nestes princípios, defende-se que não se pode discernir as opiniões, as percepções e os significados partilhados pelos/as ‘cabo descendentes’, se não se conhecer as suas condições aculturativas. Ou seja, o ambiente em que cresceram e foram educados/as, bem como as pessoas e as situações que constituem referência nas suas vidas, responsáveis pela socialização recebida nos primeiros anos de vida. O exercício que se propõe fazer é, a partir dos dados facultados pelas pessoas, tentar perceber o capital social adquirido, ou melhor, as competências e os recursos de que dispõem, que utilizam e valorizam, e os faz sentir e comportar-se de maneira distinta.

1.1 Trajetórias familiares

A literatura consultada explica que o capital social é transmitido via redes de contacto e de comunicação, formais e informais, digitais ou não, entre indivíduos ou grupos de indivíduos (Bourdieu, 1986). A família é a mais básica instância de socialização (Andreoli et al., 2019), daí ter-se considerado pertinente iniciar por analisar o seu papel no percurso dos sujeitos em estudo. Sendo os/as seus/as ascendentes imigrantes, presume-se que cresceram ouvindo narrativas de percursos migratórios e de como era a vida em Cabo Verde antes da migração. Imagina-se, ainda, que há a exposição a uma certa mentalidade e forma de encarar o mundo, que explica em que cultura/s vão buscar os principais valores e normas, por trás da construção da sua identidade sociocultural. Para confirmar estas suposições, solicitou-se aos/às ‘cabo descendentes’ que partilhassem um pouco das suas experiências no ambiente familiar.

Os/as treze participantes nasceram, cresceram e residem nos Países Baixos. Foi possível verificar que foram educados/as por ambos os/as progenitores/as. Embora, a dada altura, alguns casais tenham separado, os pais mantiveram-se por perto, exceto para um dos entrevistados, cujo pai faleceu. Há um caso em que a mãe faleceu recentemente. Regra geral, cresceram todos/as em agregados familiares pequenos, possuindo uma pessoa três irmãos. Não sendo

intencional, a amostra é composta, sobretudo, por filhos/as únicos/as ou com, apenas, uma irmã ou um irmão. Em contrapartida, muitos pais e mães vêm de famílias numerosas, como é comum em Cabo Verde. Para a contextualização, informa-se que os/as sete inquiridos/as mais jovens continuam a viver em casa dos pais/mães, enquanto os/as restantes residem em casa própria, sozinhos/as ou com a sua família.

Pode-se dizer que cresceram no seio de famílias imigrantes, ouvindo estórias de percursos migratórios, mesmo o caso em que um dos progenitores é de origem neerlandesa. Apesar da amostra reduzida, esta traduz, de forma clara, os principais aspetos do fenómeno migratório cabo-verdiano, conforme o quadro histórico apresentado anteriormente. A partir dos depoimentos, recolhidos em entrevista, atesta-se a utilização da via marítima no início das migrações e o seu carácter circular; a decisão de emigrar apoiada numa rede de contactos prévios; a emigração feminina para a Itália e os variados destinos e condições, nem sempre lógicos. Por exemplo, o caso de uma mãe que antes de chegar aos Países Baixos viveu e trabalhou na Grécia.

Os relatos comprovam que muitos avôs e pais encontraram o seu primeiro emprego em navios que atracavam nos portos de Roterdão, além de que se constatou que os Países Baixos não foram o primeiro destino de uma parte dos migrantes. As razões para os/as progenitores/as ou avós e avôs terem deixado o país de origem vão de encontro às apontadas no quadro histórico, como típicas na migração cabo-verdiana. Conforme testemunham os/as filhos/as foram, predominantemente, económicas (“*oportunidade de emprego*”; “*economia*”; “*para trabalhar, puramente para trabalhar*”; “*para uma vida melhor*”; “*melhor futuro, melhor perspectiva de vida*”), ou reunificações familiares. Os seguintes excertos esclarecem melhor o que se resumiu:

Acho que ela [a mãe] nem veio diretamente para os Países Baixos, mas acho que foi a Portugal primeiro. (Nick, 28 anos).

E claro que a minha mãe nasceu aqui, na Europa. Quando a minha avó saiu de Cabo Verde de barco, ela estava grávida da minha mãe. Então primeiro foi para Portugal e só depois para Amsterdão. (Sabrina, 30 anos).

A minha família emigrou para os Países Baixos, porque o meu avô encontrou um emprego aqui. Provavelmente porque pagavam bem, então ele veio para cá. Depois trouxe algumas filhas e por fim, quase toda a gente. (Roberto, 20 anos).

(...) então o meu avô, ele era um marinheiro, ele viajava muito pelo mundo todo, incluindo os Países Baixos. (...) ele também trouxe o meu pai para os Países Baixos. (Cristina, 21 anos);

A minha mãe pode ter vindo aqui por amor, por causa do meu pai, mas, principalmente pelo trabalho. (Andreia, 23 anos).

Igualmente, duas mães de São Nicolau trabalharam na Itália antes de chegarem aos Países Baixos e existe um caso em que o pai da jovem nasceu e cresceu em São Tomé e Príncipe, tendo regressado a Cabo Verde na juventude e só depois, emigrado para os Países Baixos. Sobressai, assim, a migração feminina para a Itália e o facto de muitos/as cabo-verdianos/as terem sido enviados/as para trabalhar nas roças de São Tomé e Príncipe. Para além destes resultados, apuraram-se três situações, em que jovens imigrantes encontraram os/as parceiros/as de visita a Cabo Verde.

E meu pai veio depois (...) Também porque, claro, ele estava apaixonado pela minha mãe [sua vizinha em Cabo Verde]. (Roberto, 20 anos).

O meu pai (...) de férias em Cabo Verde, lá conheceu a minha mãe e apaixonaram-se perdidamente. (...) Aí, ele regressou para os Países Baixos e depois ele trouxe a minha mãe (...). (Cristina, 21 anos).

Do [lado do] meu pai (...) a mãe dele emigrou para cá porque o irmão dela morava aqui. E acho que o irmão dela trabalhava nos barcos. Não sei dizer porquê ele veio, mas ela veio aqui por ele. O meu pai vivia então em Cabo Verde, depois ele foi para Portugal e só depois veio para cá. O meu pai e a minha mãe viviam um ao lado do outro e o meu pai apaixonou-se pela minha mãe, de férias em Cabo Verde. Eles eram simplesmente vizinhos e o meu pai ia frequentemente a Cabo Verde. Então a minha mãe veio aqui para o meu pai, e eles se casaram. (Alice, 30 anos).

É de referir que a decisão de emigrar foi, muitas vezes, facilitada pela existência de redes de contacto próximas, que garantiam as informações úteis, os recursos financeiros e o acolhimento, como parece ser muito comum entre os/as migrantes cabo-verdianos/as.

(...) o seu irmão [irmão do pai] tinha um desses... qual é a palavra em neerlandês para... pensão? Uma espécie de ponto de encontro dos cabo-verdianos, por assim dizer, na altura. Hum. Sim, o meu tio, ele tinha montado algo assim, então o meu pai tinha tipo que um lugar garantido, de modo a poder emigrar para os Países Baixos. (Décio, 32 anos).

As famílias constituem redes sociais informais, em que os indivíduos, em princípio, não são obrigados a seguir as orientações (Andreoli et al., 2019). Os/as entrevistados/as esclarecem que a família desempenhou, e desempenha, um importante papel na sua vida. Julgam ter recebido, através da educação, as normas e os valores que ditam a sua conduta. Como é normal nas redes sociais informais, copiam e reproduzem, de maneira espontânea e voluntária, as atitudes e os comportamentos que observaram, pela percepção de segurança e confiança que representam (Portugal, 2011). Constata-se que onze elementos da amostra associam, explicitamente, a educação recebida no seio familiar à cultura cabo-verdiana.

(...) em termos de língua, cultura, comida, música, esse tipo de coisas. Na verdade, herdei tudo isso dos meus pais. (Emília, 20 anos).

De qualquer modo, recebi a língua, com isso já tens uma parte da educação cabo-verdiana. Depois tem a comida que também, bem, remonta à educação cabo-verdiana. (Duca, 28 anos).

Um participante é mais explícito:

Os meus pais podem ser descritos como a geração clássica que veio para os Países Baixos. (...) tudo o que eles próprios viveram em Cabo Verde, inculcaram de forma ativa em mim. (Décio, 32 anos).

Na perceção dos/as entrevistados/as, essa educação, se comparada à de amigos/as e colegas de origem étnica neerlandesa foi muito diferente.

Vê-se em certas coisas, que são tipicamente neerlandesas e tu pensas: eu não conheço isto. (Duca, 28 anos).

Sim. Sim. Eu realmente acho que existem diferenças em termos de educação, em termos de... Se eu reparar... Eu tive amigas neerlandesas e é simplesmente diferente. (Rafaela, 20 anos).

De modo geral, classificaram-na como mais rigorosa, com mais restrições, como ilustram os seguintes depoimentos:

Olhe, se eu comparar com a educação neerlandesa, acho que recebi uma educação cabo-verdiana. (...) quando eu ouço como os pais costumavam ser rígidos... Bem, os meus pais eram rígidos. (Jenny, 27 anos).

Conosco [cabo-verdianos/as] é diferente, em comparação com as famílias neerlandesas. Por exemplo, eu não podia partilhar com a minha mãe que ia beber álcool pela primeira vez. Enquanto com famílias neerlandesas podes realmente fazer qualquer coisa, por assim dizer. Eu nunca poderia, digamos, trazer um namorado para casa, porque isso era um tabu, sabes? (Alice, 30 anos).

Por exemplo, se eu falar com um neerlandês sobre... Bem, vou apenas citar um exemplo: sair [à noite] aos 16 anos, isso é normal. Na educação cabo-verdiana, nem todos deixam. Para a maioria é simplesmente *not done* [não aceitável]. (Andreia, 23 anos).

Bom, em primeiro lugar, pelo que eu passei, pareceu-me bem mais rigorosa do que...ya, uma educação tradicional neerlandesa, como eu a concebo. (Roberto, 21 anos).

A despeito de terem crescido com menos liberdade, os/as ‘cabo descendentes’ não parecem experienciar a sua educação como injusta ou tendo repercussões negativas na sua vida adulta. Nas palavras de uma participante é até, “*como educação deve ser*” (Jenny, 27 anos). Adiante observar-se-á que se aproximam mais de pessoas que receberam uma formação semelhante. No entanto, Miriam (21 anos) garante que a educação rigorosa “*depende da geração a que os teus pais pertencem, porque tens as gerações mais antigas, em que são mais rígidos, mas tens também as um pouco mais jovens, relativamente a pais, que agora estão mais atualizados e muito mais fáceis do que antes*”. Uma única verdadeira crítica foi apontada como

diferença entre as duas formas de educar. Embora não possa ser generalizada a todos os casos, considerou-se interessante a sua partilha.

Olha, uma coisa que eu noto muito é que nos Países Baixos, por exemplo, é muito normal ou óbvio que expresses as tuas emoções. ‘Eu estou triste’. Isto simplesmente não é o caso dos cabo-verdianos. “M sabe k'bu ta trist²²”, mas tens de seguir e reprimir isso. Isso é muito mau! (...) costuma-se ouvir as pessoas dizerem que somos [os cabo-verdianos] muito trabalhadores, muito esforçados, perseverantes e por um lado penso que seja positivo, e por vezes, é menos positivo. Porque ultrapassas-te a ti próprio e ei, nem sempre podes admitir que as coisas estão a correr menos bem. (Andreia, 23 anos).

As pessoas tidas como referência encontram-se, geralmente, nos círculos mais privados e ditam os padrões que se segue (Liebkind, 2006). Segundo Liebkind (2006), as normas e os valores, incutidos dentro das redes de contacto mais próximas deixam marcas permanentes, que, mais tarde, desempenham um papel central nas escolhas identitárias. É extraordinário que diferentes respondentes destaquem os mesmos valores e normas, classificando-os como próprios da educação “*cabo-verdiana, diferente*” recebida. Como elementar, sobressai o respeito.

E então aquele bocadinho de respeito e ... eu realmente acho que somos [os/as cabo-verdianos/as] muito... bastante respeitosos com as pessoas, por exemplo, sempre ‘você’ [e não “tu”] e sempre ajudar as pessoas quando necessário (...). (Cristina, 21 anos).

A [educação] cabo-verdiana é (...) com muito mais respeito pelos mais velhos, eu acho, do que se olharmos para a cultura neerlandesa, em que os neerlandeses muito rapidamente chamam os pais pelo nome (...). (Stef, 26 anos).

Toma como exemplo o respeito, é uma coisa mesmo de ‘cabos’. Sério. Tens de ser respeitoso, mesmo que discordes ou algo assim. É realmente uma coisa de ‘cabos’. E os neerlandeses são um pouco mais soltos, quanto a isso... eu acho. (Rafaela, 20 anos).

Igualmente, realçam o facto de acharem o povo cabo-verdiano mais hospitaleiro, em que o saber receber e cuidar das pessoas implica convidar para comer. A *morabeza* é distinguida como um traço peculiar da cultura cabo-verdiana e os/as ‘cabo descendentes’ revelam apreciar e procurar reproduzir este costume. Demonstra que os/as filhos/as se espelham, muitas vezes, nos/as progenitores/as, confirmando, de antemão, a importância de se analisar as trajetórias familiares.

Os cabo-verdianos são muito calorosos, muito (...) ‘close’ uns dos outros. E os neerlandeses são muito profissionais, eu acho, e um pouco mais frios. (...) Há sempre um prato de comida quando alguém vem nos visitar. E o que eu experienciei com os neerlandeses [risos], é que eles cozinham exatamente para o número de pessoas que vêm à sua casa. (Alice, 30 anos).

²² Tradução livre da língua cabo-verdiana para o português: “Eu sei que estás triste”.

Por exemplo, somos muito, somos muito hospitaleiros. Não que os neerlandeses não o sejam, mas eles têm isso um pouco menos. E nós, em termos de comida e tal, a gente sempre tem muita comida e estás convidado... Eles [os neerlandeses] têm menos disso. E ainda aquela parte de ser abertos, por exemplo. Quando eu olho para a minha mãe (...) A casa dela está sempre aberta para as pessoas, tipo ei, anda comer, ou venha conviver connosco. E agora que sou maior, também noto que assumi isso. (Cristina, 21 anos).

(...) da nossa cultura cozinhas para ti mesmo, mas também para alguém que pode chegar, por acaso. E, eu sempre digo à minha mãe, talvez devesse fazer menos, mas quando sou eu a cozinhar, faço exatamente igual. (Stef, 26 anos).

Não obstante os agregados familiares pequenos, os/as ‘cabos descendentes’ testemunham que, desde a infância, estiveram cercados/as por muitos membros da família, assegurando ser esta outra particularidade da vivência cabo-verdiana, quando comparada à neerlandesa. Conforme os depoimentos, na cultura cabo-verdiana, a noção de família abrange mais elementos do que na neerlandesa, incluindo membros que não partilham laços sanguíneos. Tal, não altera a boa relação dos/as descendentes com eles. Nem sequer demonstram a necessidade de esclarecer se são ou não parentes.

(...) porque somos muito próximos. E com eles [neerlandeses] não é assim, digamos. (...) porque claro que nós temos um monte de primos, primos de primos, sobrinhos e tudo mais, todos nós, sim, todos nós temos tanta família e eles não têm assim, percebes? (Emília, 20 anos).

(...) quando olhas para os laços com a família: os cabo-verdianos são... se tu... mesmo que sejas primo de segundo grau, continuas a ser família. Com os neerlandeses, nota-se que é diferente, um pouco mais distante. (...) E claro que também temos alguns amigos que não são parentes, mas de alguma forma talvez o sejam, mas tu nunca sabes [risos] (Alice, 30 anos).

Nos Países Baixos, o teu primo em primeiro grau é teu primo e duas gerações depois, já não é mais família, mas connosco sim: se for primo de primo de primo, sim, em princípio é família, e é assim que o vemos. Talvez tenhas mais não-família do que família, mas tu não sabes exatamente. A família é grande, né? Tenho primos que acho que chamo de primos, mas na verdade não são meus primos. E eu ainda, todos os dias, conheço novos membros da família (Nick, 28 anos).

A maioria dos ‘cabos’ que eu conheço são família ou eu os vejo como família. (Roberto, 21 anos).

(...) Eu sou a primeira geração que nasceu aqui, então tens de descobrir muita coisa sozinha. Mas em princípio, com a ajuda dos outros (...) Se penso no passado, havia sempre alguém ou amigos dos meus pais... então, nós realmente tivemos muita ajuda (...). (Duca, 30 anos).

O contacto com a comunidade cabo-verdiana no país pauta-se muito por este tipo de relações. Na caracterização da comunidade cabo-verdiana antes apresentada, informou-se que se trata de um grupo cooperante, que muito se entreja. A família, no sentido lato, ou seja, incluindo amigos/as (da família) e vizinhos/as, esteve sempre presente durante a sua infância e crescimento, cuidando e ditando as regras e a moral. Este enunciado remete para a noção mais

clássica de comunidade, em que se pressupõe um agrupamento partilhando laços de parentesco e/ou tradicionais e portanto, mais coeso e solidário (Recuero, 2001). Estas circunstâncias servem de base para relacionamentos mais consistentes, permitindo acrescentar conhecimentos e habilidades aos indivíduos, de forma consciente ou inconsciente.

A totalidade dos/as participantes frequentou, em criança, com certa regularidade, eventos culturais e recreativos, organizados por cabo-verdianos/as, assim como comemorações familiares: festas de aniversário, casamentos e outras. Três participantes mencionam, também, a igreja. Agora, na idade adulta, porque já não acompanham tanto os pais e as mães, e por razões profissionais, por possuírem o seu próprio grupo de amigas e interesses mais diversificados, os/as inquiridos/as manifestam estar um pouco mais afastados/as deste ambiente. Ainda assim, informam que, “*os contactos existem com a comunidade, tanto com a família como com a comunidade com quem não se tem parentesco*” (Nick, 28 anos). Mesmo que declarem estar ocupados/as com os estudos, profissões e o bom desempenho na sociedade neerlandesa, estes sujeitos investem nas suas redes sociais ‘étnicas’, mantendo próximos os membros da comunidade cabo-verdiana.

O meu tio foi um dos organizadores pioneiros das festas de "rabecada"²³. Sim, por isso estávamos no centro disso. Como criança... assim que conseguias, hã?, carregar alguma coisa, participavas, ajudando a montar [a festa]. (...) Além disso, morei no Oeste²⁴ até os meus 8 anos e enfim, ...sempre estivemos, por exemplo, sempre no San Jon (São João), na Pracinha d'Quêbrod. Se houvesse qualquer coisa [evento] na Pracinha d'Quêbrod, nós estávamos lá. (Duca, 28 anos)

Tenho quase toda a minha família em Roterdão e nós íamos à igreja cabo-verdiana. Agora eu não vou à igreja com frequência, mas antes íamos à igreja todos os domingos, então também tens isso contigo [faz parte de ti]. (Emília, 20 anos).

A maioria [imigrantes cabo-verdianos/as] vive no Sudeste [da cidade de Amsterdão], mas também havia alguns no Este e alguns no Oeste, e eles sempre se encontravam. (...) Sempre se viam aos domingos. Ou se conheciam ou eram parentes. O membro de uma família tinha filhos com o de outra família. Assim, é tudo.... Ficamos tão próximos, principalmente a primeira geração... parece que todos tiveram filhos uns com os outros, por assim dizer [risos]. (Alice, 30 anos).

Sim com certeza, sim com certeza. Estávamos... todos os fins de semana, íamos para Roterdão e sim, estávamos todos os fins de semana entre a 'cabo community'. (Jenny, 27 anos).

Nem sempre fica claro se há uma estratégia consciente dos/as pais/mães para transmitir aos/às filhos/as a sua cultura de origem, mas, os discursos apresentados, neste tópico, levam a

²³ Rabeca, instrumento musical, designação popular para violino.

²⁴ Zona Oeste da cidade de Roterdão, onde a concentração da comunidade é elevada, como antes referido.

concluir que estes/as cresceram com relações fortes, não só à família, como a outros membros da comunidade cabo-verdiana. Continuam a apreciar e a frequentar o ambiente, embora uns/umas mais do que outros/as. Se o fazem, é porque reconhecem que estas relações lhes granjeiam influências positivas e enriquecedoras, constituindo potenciais recursos (capital social) a que poderão valer-se, em caso de necessidade. Caso contrário, não lhes dedicariam atenção.

Segundo os autores referenciados no enquadramento teórico, o capital social consiste num bem coletivo durável, que não se desvaloriza com o uso; muito pelo contrário (Bourdieu, 1986). Pode ser melhorado e ampliado pelos grupos e as gerações, tornando-se uma herança histórica (Putnam, 1996). As relações implicam compromissos, expectativas, investimento de tempo, preocupações e até, obrigatoriedades entre as pessoas, enquanto, fortalecem a ação individual e a de todo o grupo, gerando mais e mais capital social. Os testemunhos recolhidos confirmam estas premissas e vão de encontro ao raciocínio de Recuero (2005), em como, no interior das redes de contacto das pessoas, o capital social e cultural influencia as suas atitudes e percepções.

1.2 Trajetórias escolares

Como é notável, os/as intervenientes receberam, no seio familiar, maioritariamente, normas e valores que associam à cultura cabo-verdiana. Contudo, observa-se um certo cuidado em prepará-los/as para ajustar à sociedade, em que foram socializados/as, como atestam as respostas quando foram questionados/as sobre que cultura ou culturas receberam, através da educação.

Definitivamente uma mistura [das duas culturas], com certeza. (Nick, 28 anos).

Recebi uma educação cabo-verdiana. Mas, claro que misturada com a cultura ocidental (...). (Jenny, 27 anos).

Repara, na verdade foi-me dada um pouco das duas culturas, a cultura neerlandesa e a cultura cabo-verdiana, e o que eu noto com a neerlandesa é que sim, nós somos muito diferentes, por exemplo em termos de hábitos. (Cristina, 20 anos).

A par com a família, é nas instituições escolares que as crianças desenvolvem as primeiras competências, necessárias para (saber) viver em sociedade. Nas escolas têm, geralmente, o primeiro contacto com a sociedade em geral e, no caso de descendentes de imigrantes, é, muitas

vezes, quando convivem, pela primeira vez, diretamente, com a cultura do país de residência escolhido pelos/as pais/mães (Martins & Duarte, 2019). Por isso, entendeu-se importante conhecer um pouco os seus percursos escolares.

Não se colocaram questões sobre a sua relação com professores/as, o desempenho escolar ou vivências de discriminação nestas instituições. Para a análise desta subcategoria, limitou-se a interpelar os/as participantes quanto ao nível de escolaridade alcançado, comparando-o ao dos/as progenitores/as. Com esta pergunta, objetivou-se depreender se houve uma valorização deste aspeto, conceituado como uma forma de ascensão social pelo povo cabo-verdiano. Ainda, procurou-se inteirar da composição étnica das escolas, para perceber a que culturas os/as entrevistados/as foram expostos/as, através de colegas. Mais exatamente, para entender como as experiências escolares possam ter influenciado o processo de aculturação e a consequente formação da consciência étnica e dos sentimentos de pertença.

No que se refere à escolaridade, constatou-se que os/as inquiridos/as possuem ou encontram-se em vias de alcançar um nível igual ou superior à sua ascendência. Esta informação pode ser conferida na Tabela 2, p. 68. Além de ter havido um investimento financeiro e em termos motivacionais, da parte dos/as pais/mães, para esta geração dedicar-se aos estudos, ela domina a língua neerlandesa e encontra-se, *a priori*, em posição de aceder a melhores oportunidades do que aqueles/as. Estes dados corroboram estudos recentes que sustentam que os/as descendentes de imigrantes, nos Países Baixos, estão a recuperar rapidamente os atrasos no ensino, ocupando os/as cabo-verdianos/as um lugar intermediário, quando comparados/as aos seus pares com origem neerlandesa ou origens migrantes distintas. (Choenni, 2004; Freitas, 2016; Snel et al., 2019).

O sistema educativo neerlandês é complexo e um robusto apoio parental revela-se essencial. Supondo-se que os/as progenitores/as dos/as respondentes não tenham alcançado, pela educação, o nível ideal de capital social, como os estudos citados concluem, o que transmitiram, pode não ter sido tão potente como seria desejado. Por outro lado, acredita-se que pelo facto de os/as ‘cabo descendentes’ terem nascido e recebido a socialização nos Países Baixos, estão mais familiarizados/as com esta cultura. Sendo assim, é natural que tenham conseguido melhores habilitações. Como explica a Miriam (21 anos):

(...) porque eu nasci aqui, então na verdade eu aqui sou... sim... como posso dizer, sou neerlandesa, embora seja também ‘cabo’, mas eu sei fazer tudo aqui, entendo tudo (...).

Em consequência, espera-se que, com o tempo, ocupem postos de trabalho mais diversificados, com um nível de rendimento maior e posições sociais mais elevadas na sociedade neerlandesa do que a sua ascendência (Freitas, 2016). Na verdade, os sujeitos de mais idade já demonstram ter realizado esta expectativa.

Compete informar que Snel *et al.* (2019) declaram que os/as ‘cabo descendentes’ continuam sub-representados nos níveis académicos mais elevados, como consequência do baixo grau de capital económico e social possuído. Este resultado é, igualmente, percecionado nesta investigação. Segundo Duca (28 anos), quanto mais elevado o nível, menor é o número de estudantes cabo-verdianos/as ou, mesmo, de origem migrante. Tendo alcançado o nível secundário mais alto, ela experienciou que, “(...) *a certa altura, principalmente o ensino pré-universitário [VWO²⁵] é muito branco*”. Na descrição do seu percurso escolar, também Stef (26 anos) notificou que “*O ensino superior [HBO²⁶] reparei que havia muitos mais neerlandeses (...)*”.

Como é comum nas grandes cidades europeias, como Roterdão e Amsterdão, as instituições escolares situadas nos bairros, predominantemente, imigrantes apresentam uma grande diversidade cultural, com baixa percentagem de estudantes da etnia dominante do país em causa (Snel *et al.*, 2019). No guião foram incluídas questões que permitissem captar esta situação, porque se entende que pode incitar ao desenvolvimento de identidades híbridas e, mesmo, gerar repercussões desvantajosas, no referente à integração social.

Na escolha das instituições escolares, os/as descendentes garantem que não era um critério, para os/as pais/mães, que tivessem colegas de origem cabo-verdiana. Basicamente, priorizaram escolas primárias situadas perto da residência ou dos empregos, por uma questão de acessibilidade. As escolas secundárias foram escolhidas conforme o nível aconselhado²⁷ ou

²⁵ Voorbereidend wetenschappelijk onderwijs (ensino pré-universitário).

²⁶ Hoger beroepsonderwijs (ensino superior).

²⁷ O sistema escolar neerlandês conhece diferentes níveis para as escolas secundárias e este é baseado num teste nacional, associado à opinião de professores/as sobre o desenvolvimento da criança. Entre os 11 e os 12 anos, as crianças são colocadas em escolas que oferecem desde uma educação mais prática ou profissionalizante até ao ensino secundário superior ou pré-universitário, e os níveis intermediários.

as consideradas mais adequadas. Por fim, para a frequência do ensino médios e superiores, a instituição foi escolhida pelos/as próprios/as intervenientes.

Quanto à composição étnica das escolas, a maioria declara ter frequentado escolas multiculturais. Salienta-se que as pessoas que cresceram em Roterdão, nos bairros historicamente identificados como os centros de concentração de cabo-verdianos/as, como Delfshaven e imediações, comprovaram a presença de muitos/as colegas de origem cabo-verdiana, nas suas turmas e escolas.

Nasci perto de Marconiplein, assim fui automaticamente para a ‘Maria school’, como quase a maioria deles [os/as ‘cabo descendentes’]” (Décio, 32 anos).

Sim, especialmente na minha escola primária que era aqui no Oeste [Delfshaven]. Então sim, estive com muita gente [‘cabo descendentes’] ... e ainda mantenho contacto com muita gente, [porque] eles moram por aqui. Mas no secundário, por exemplo, quase não havia ‘cabos’. (Miriam, 21 anos).

Já os/as participantes que cresceram fora desses bairros, por exemplo, no sul de Roterdão, onde a presença da comunidade cabo-verdiana é consideravelmente inferior, declaram não ter tido tantos/as colegas da mesma origem étnica que a deles/as. A percentagem revela-se menor ou, mesmo, nula para as pessoas oriundas das outras cidades. Fora do meio familiar, os contactos com colegas de origem cabo-verdiana eram mínimos.

Na verdade, há muito poucos cabo-verdianos a viver em Haia e é por isso que eu não estudei com ninguém que fosse de Cabo Verde, então não. Também na escola secundária, eventualmente um ou dois cabo-verdianos que lá estavam. (Jenny, 27 anos).

Nunca, nunca. E nem no secundário. Somente uma das minhas primas lá estava. Mas só a vi uma vez ou assim. Mas foi só por um ano e quase não a vi. Por isso respondi não. (Roberto, 21 anos).

Cresci num bairro neerlandês [Spijkenisse]. Havia muitas crianças neerlandesas e, de vez em quando, uma do Suriname ou isso. Não, não havia cabo-verdianas. (Nick, 28 anos).

Os/as residentes de bairros predominantemente imigrantes, mencionam, sobretudo, colegas marroquinos/as, turcos/as, antilhanos/as e surinameses/as, que representavam os grupos imigrantes mais expressivos, na altura. Os/as restantes inquiridos/as, também os/as referem, ao lado de colegas de origem neerlandesa. Assim se constata que, a sociedade neerlandesa é altamente multicultural (Andriessen et al., 2020) e, que os/as ‘cabo descendentes’ não foram expostos, somente, às culturas cabo-verdiana e neerlandesa. Através de colegas e amizades tiveram contacto direto com outras culturas, tornando o processo de aculturação mais complexo do que à partida se imagina. Daí a importância de se analisar estas redes.

1.3 Redes de contacto nos Países Baixos

Previamente, percebeu-se que a relação dos/as ‘cabo descendentes’ com a família é próxima, calorosa e positivamente valorizada. Ao contrário da família, as amizades escolhem-se. Mais do que os tipos de bairros e de escolas frequentados, conhecer os seus círculos de amizade poderá evidenciar o processo aculturativo percorrido e a identidade que foram abraçando ao longo da vida. Neste ponto, pretende-se examinar que origens culturais possuem as pessoas que integram o seu atual e mais restrito círculo.

Para dois dos sujeitos, na escolha dos melhores amigos, a etnicidade ou a origem cultural nunca foi decisiva, uma vez que, como expõem: “*eu dou-me bem com toda a gente*” (Roberto, 21 anos); “*deve-se sempre partir da pessoa e não necessariamente do seu ‘background’ cultural*” (Stef, 26 anos). Outros/as respondentes fizeram questão de frisar que, se dão bem com qualquer cultura, mas, mesmo assim, admitiram sentir-se mais próximos/as ou mais atraídos/as por colegas com origens culturais que não fosse a neerlandesa.

Na infância e na adolescência, passa-se muito tempo com os/as colegas da escola. Expostos a um ambiente escolar multicultural, os indivíduos demonstram a predisposição para se aproximar de colegas com origens culturais diferentes da neerlandesa. Os que frequentaram instituições, cuja composição étnica era maioritariamente neerlandesa, tiveram a oportunidade de conviver com estas crianças e, similarmente, manifestam privilegiar amizades com colegas de outras ascendências.

Sim, eu tinha mais amigos na comunidade estrangeira, com diferentes culturas. (Jenny, 27 anos).

Eu me sentia mais atraído por eles de qualquer maneira. Eu sempre senti que... qualquer um com uma... com uma cor diferente, isto é, que não era branco, era mais próximo por isso. Essa distinção foi-me deixada clara na época. (Nick, 28 anos).

A Duca (28 anos) que, no secundário tinha, apenas, quatro colegas de origem cultural estrangeira vivenciou o mesmo, assim como outros/as participantes. Ao questionar-se o porquê dessa predileção, as respostas revelam-se semelhantes:

(...) éramos o clube que não era neerlandês. E sempre passávamos mais tempo juntas (...). Acho que porque também tens normas e valores diferentes em casa ou algo assim. (...) São todas culturas diferentes, mas ainda assim é como se... algures na educação, houvesse as mesmas coisas. (Duca, 28 anos).

Tivemos mais ou menos a mesma educação (...), as mesmas normas e valores, digamos assim. Consegues travar uma conversa mais rapidamente, entendemo-nos mais facilmente do que, por exemplo, um neerlandês puro, que vem de uma aldeia, digamos... (Rafaela, 20 anos).

Não sei, mas temos um pouco mais de semelhanças do que, digamos, com as crianças neerlandesas, tanto em termos de comportamento como modo de pensar, por exemplo, porque foi-nos transmitido o mesmo, seja o que for. (Cristina, 21 anos).

Tendo em conta as amizades cultivadas, indagou-se os/as ‘cabo descendentes’ sobre a composição étnica das atuais redes de contacto. Verificou-se que continuam a consistir, maiormente, em familiares e membros da comunidade cabo-verdiana.

Eu sempre digo, a minha família são os meus amigos, mas nem tudo é família de sangue. É mais que crescemos juntos, porque as nossas mães também andavam juntas. (Alice, 30 anos).

(...) na verdade a maioria são cabo-verdianos, [mas,] são pessoas que conheço há muito tempo... Ou são da família ou são quase, digamos. (Duca, 28 anos).

À medida que foram crescendo e seleccionando as amizades, nota-se que o seu círculo de relações próximas comporta uma pluralidade de origens culturais: ganesa, eritreia, colombiana, brasileira, palestiniana, indonésia, as mais variadas, ao lado, naturalmente, da marroquina, turca, antilhana e surinamesa, antes nomeadas. Foi surpreendente verificar que o número de amizades de origem neerlandesa é baixo ou inexistente.

(...) Isso alterou, realmente, ao longo dos anos. Eu, agora, lido com muitos mais estrangeiros e, na verdade, até mesmo, com poucos holandeses. Enquanto, no começo [na escola primária], era o contrário. Mas agora percebo que para mim... que gosto mais de lidar com estrangeiros. (Andreia, 23 anos).

A maioria deles são cabo-verdianos e de resto são libaneses, marroquinos, eritreus... Portanto, sim, na verdade, eu não tenho amigos e amigas neerlandeses (Cristina, 21 anos).

Se eu comparar, no secundário eram, na verdade, principalmente, crianças mesmo neerlandesas que eu realmente tinha no meu círculo de amigos e quando fui para a faculdade e eu me juntei a uma associação de estudantes que se foca na comunidade africana, passei através deles a fazer muitos mais amigos. Agora (...) alguns cabos e alguns ganenses e sim, na verdade, de todos os cantos do continente africano. (Stef, 26 anos).

Dos/as treze participantes, somente duas explicitam ter “*melhores amigas neerlandesas*”, dentro do seu “*muito diverso*” círculo. No entanto, como todos/as trabalham e estudam com pessoas que, aparentemente, não possuem uma origem migrante, imagina-se que outros/as, também, tenham essas amizades. Extraordinário é que quando especificamente inquiridos/as, duas explanaram que estas pessoas “*não são realmente ‘amigos, amigos’, que eu possa dizer, vêm, ao acaso, à minha casa*” (Duca, 28 anos); “*é mais tipo ‘olá, adeus’; é mesmo assim*” (Rafaela, 20 anos).

Em simultâneo, observa-se um aumento do número de amizades de origem cabo-verdiana, quando se compara o seu círculo atual ao da infância. Tal não é só válido para os/as respondentes que já tinham colegas ou amigos/as cabo-verdiano/as, mas mesmo entre os/as que, em idade escolar, não os/as possuíam.

Na verdade, agora, principalmente cabo-verdianos (...) Eu tenho uma amiga antilhana, amiga colombiana (...), mas realmente no meu círculo íntimo de amigos são maioritariamente cabo-verdianos. (Jenny, 27 anos).

Diferentes [origens culturais], mas muitos cabo-verdianos (...) e depois também tenho amigos de outras origens e na verdade, a maioria deles são outra coisa [que não neerlandeses]: ou brasileiros ou antilhanos. (Duca, 28 anos).

Tenho dominicanos, somalianos, surinameses, cabos, 80 % é mesmo cabos. (Rafaela, 20 anos).

Acho que uns 60, 70 % é mesmo cabo-verdianos. E então, o resto é uma mistura de todas as outras origens. (Décio, 32 anos).

A identidade social dos/as ‘cabo descendentes’ forma-se, em larga escala, a partir das relações que mantêm dentro das suas redes: pais, mães, demais familiares, amizades e colegas. O facto de, nesta altura da sua vida, escolherem cercar-se destas amizades particulares, faz inferir que reconhecem valor ao que estes grupos culturais lhes acrescentam. Ousa-se declarar que se sentem mais à vontade na presença das pessoas descritas, porque percecionam que não têm de fugir tanto aos seus próprios padrões (hábitos e comportamentos).

Não sendo a identidade estática, mas, mutável, no tempo e conforme o contexto (Cuche, 1999; Liebkind, 2006), esta investigação revela uma tendência de aproximação dos/as participantes a pessoas que julgam que sentem e pensam de maneira semelhante à sua. Pode ser visto como uma estratégia para se sentirem bem e aceites numa sociedade, em que experienciam uma certa distinção, por conta da origem étnica, da educação e da cultura diferentes, recebidas no seio familiar. Não esquecer que os contactos interculturais provocam sempre alterações nos padrões culturais das pessoas, remodelando as suas identidades (Liebkind, 2006). Este tema será retomado e desenvolvido no capítulo 2. Por ora, analisa-se, brevemente, a existência de redes sociais formais, na forma de ligações a organizações.

1.4 Ligações a associações

A teoria do capital social tem sido utilizada pela Sociologia das Migrações para analisar, em especial, o associativismo étnico dos/as descendentes, defendendo que ser membro de uma associação ajuda os indivíduos a desenvolver capacidades que as colocam em melhor posição para alcançar sucesso social no país em que residem. Os benefícios deste capital são maiores, quando os indivíduos se organizam em grupo e quanto maior o envolvimento, visto que, nestas estruturas, eles se completam e progridem (Pattussi et al., 2006). No caso de descendentes de imigrantes, a manutenção de laços com o país de origem dos/as progenitores/as pode influenciar o desenvolvimento social e económico daquele (Albuquerque, 2013; Graça, 2010). Embora não seja o foco deste trabalho, não se deixou de indagar sobre eventuais atividades no campo do associativismo e, em especial, dentro da comunidade cabo-verdiana.

A grande maioria (10 dos/as 13 entrevistados/as) não é, nem foi no passado, membro de uma associação. Deste grupo fazem parte três membros associativos ativos, representando o grupo de Carnaval “Cabo Verde Chegou”, a organização da Festa de São João e a associação de estudantes africanos da Escola Superior de Haia (*Haagse Hogeschool*). A organização cabo-verdiana mais mencionada pelos sujeitos é o “FC Maense” de Roterdão, clube de futebol, fundado em 1984, cujos jogos e torneios, sobretudo no verão, são muito frequentados. Igualmente, foi diversas vezes referida a comemoração do São João, festejada na Pracinha d’Quêbrod ou *Heemraadsplein*, em Roterdão, desde os anos 70 do século passado. Em 2020, esta festa religiosa foi oficialmente designada património cultural de Roterdão, o que demonstra o reconhecimento e o respeito pelas tradições e pela herança cultural da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos (*São João Baptista Rotterdam*, 2020), enquanto notabiliza o evento.

Quanto a saberem da existência de associações cabo-verdianas, salvo uma pessoa que não pôde enumerar nenhuma, os/as restantes garantem ter tido conhecimento ou participado, como visitantes, em várias iniciativas e eventos. Contudo, demonstram uma certa dificuldade em nomeá-las, sobretudo, os/as que cresceram e residem fora de Roterdão. Puderam, somente, avançar algumas organizações mais conhecidas, alegando não se lembrar dos nomes de outras. Nota-se que, graças aos/às pais/mães, as pessoas que cresceram mais próximas da comunidade possuem maiores conhecimentos neste campo, frequentando mais eventos e festas cabo-verdianas. Uma participante confirma, expressamente, este resultado, ao se justificar:

(...) nunca fui, digamos, levada pelos meus pais, por isso nunca me interessei muito. Acho que por esta razão o meu conhecimento é muito limitado” (Andreia, 23 anos).

Mesmo que o número de associações cabo-verdianas tenha diminuído consideravelmente, nos últimos anos (Graça, 2010), há diferentes grupos ativos. O pouco conhecimento por parte dos/as ‘cabo descendentes’ pode derivar do facto de as associações serem dirigidas mais por imigrantes ou gerações menos jovens. De igual forma, é possível que a reduzida dimensão da amostra não permita captar a realidade. Porém, um estudo sobre a contribuição de descendentes de surinameses/as para o desenvolvimento do Suriname, realizado nos Países Baixos, concluiu que estes/as estão menos interessados/as e envolvidos/as no associativismo étnico do que os/as pais/mães (Ham, 2008). Este achado e as respostas aqui conseguidas levam esta pesquisa a apresentar a probabilidade de se passar o mesmo, relativamente ao grupo em estudo. Simultaneamente, percebeu-se que, a maior parte não é e nem deseja tornar-se membro associativo ativo, mas os eventos, em que participam, como visitantes ou espectadores/as, são apreciados e, positivamente avaliados:

É um pouco de cultura. Um pouco de estar juntos. Sabes... Cabo é pequeno. Não somos muitos cabos. Conheces [nos eventos] mais pessoas. Vês muitos familiares ou amigos, por assim dizer. É um bom acontecimento. (Rafaela, 20 anos).

(...) é assim que, uma vez de vez em quando, juntamos todos os Cabos. Isso é sempre divertido. Sim, como devo dizer, é uma boa experiência na verdade, sempre que se está lá. (Miriam, 21 anos).

Os/as três participantes de Amsterdão citaram a “União Cabo-Verdiana” que, desde a pandemia (2020), ficou praticamente inativa, mas advertiram que a comunidade não está, de modo algum, parada. As relações entre os membros desta comunidade foram, desde sempre, estreitas, continuando a unir esforços para estar juntos. Embora não seja uma associação oficial, um grupo de jovens de origem cabo-verdiana, do qual fazem parte a Alice e a Sabrina, organiza, informalmente, no verão, churrascos em parques, reunindo todas as gerações, imigrantes e descendentes. Estes encontros são muito apreciados, permitindo reencontrar amigos/as e familiares, e recordar os tempos de outrora. Ainda, apontam outras iniciativas como jantares e jogos de futebol, além de visitas aos eventos “*em Roterdão [onde] se nota que a cultura cabo-verdiana está muito mais viva*” (Alice, 30 anos). Este tipo de iniciativas informais estão na génese de várias associações. De facto, “o associativismo tem (...) os seus alicerces nas

sociabilidades quotidianas” (Albuquerque, 2013, p. 101). Pela afinidade e proximidade, as pessoas identificam uma vontade comum, que poderá ser oficializada.

Regra geral, os/as intervenientes nesta pesquisa não sabem dizer se as associações cabo-verdianas, no passado, organizavam mais atividades. Porque integram círculos multiculturais, visitam eventos doutros grupos étnicos existentes na sociedade. Mesmo assim, “*quando, por exemplo, vamos a festivais, carregamos sempre a nossa bandeira [a de Cabo Verde]*” (Sabrina, 30 anos). Dizem sentir-se mais motivados/as para frequentar eventos cabo-verdianos, quando conhecem a organização, quando os eventos são, amplamente, promovidos (*on-line*) e quando parecem atrair jovens como eles/as.

Pôde-se captar que, para o grupo entrevistado, é desejado que as associações continuem a existir, pretendendo continuar a participar nas suas atividades. Declaram gostar e sentir-se bem nesse ambiente, o que pode ser interpretado como oportunidades para viver a cultura cabo-verdiana e conviver com a comunidade. Como afirma Rosana Albuquerque (2013), as “associações de imigrantes exercem um papel de (re)criação cultural e identitária e de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento (...)” (p. 100). Os/as descendentes não as utilizam tanto para questões de integração social, mas no que toca à vivência e à (re)construção das suas cultura e identidade, estas podem ser cruciais. Neste cenário, entende-se que as associações étnicas são estruturas importantes, onde se pode ganhar robusto capital social e que, através das suas atividades, estimulam e fortalecem as conexões dos indivíduos com a cultura e com o país que representam ou se identificam. Finalmente, parece haver a necessidade de tornar as associações cabo-verdianas mais atrativas para os/as ‘cabo descendentes’, dada a baixa adesão.

Capítulo 2 – Construindo a identidade etnocultural e social: um processo contínuo

Neste capítulo, procura-se apreender como os/as ‘cabo descendentes’ vivenciam a sua identidade e o/s sentimento/s de pertença que delegam a um ou mais grupos étnicos. Assume-se que a identidade social é definida por práticas sociais e discursivas, ou seja, não só pelas suas ações, como pela forma como os indivíduos falam de si e dos outros, como se veem a si próprios e aos outros, enquanto reflete como os outros os veem. Tal concilia com o princípio de que a identidade é construída em sociedade, pelas diferenças percecionadas entre os indivíduos e os grupos (Cuche, 1999).

Esta investigação entende que é necessária uma certa maturidade para que se possa decidir e agir de forma consciente, nas negociações identitárias. Por isso, estabeleceu-se a idade mínima para participar em 20 anos. Sabendo que estas pessoas nasceram, foram socializadas e vivem nos Países Baixos, iniciou-se as entrevistas com a pergunta “Refletes ou já refletiste acerca da tua origem cabo-verdiana?”. As restantes perguntas do guião só fariam sentido após uma resposta afirmativa a esta. Efetivamente, os/as treze intervenientes assentiram ter anteriormente refletido a origem cultural (“*quem sou e de onde venho*”) e no que consiste (porque “*é parte integrante da minha vida*”).

Na escolha de participantes, não se teve como critério encontrar, somente, posicionamentos identitários ativos de reação às instituições dominantes, sendo, inclusivamente, válida, a atitude passiva de aceitação de uma identidade imposta pela cultura da classe dominante. Quando uma identidade é percecionada como imposta, as pessoas tendem a querer rejeitá-la ou a mostrar o seu desagrado, afastando-se dos indivíduos que o procuram incutir. Com efeito, as experiências positivas asseguram a aceitação e a assunção de uma determinada identidade, enquanto as negativas suscitam resistência (Hall, 2020). De igual modo, se admite a possibilidade de iniciativas de criação de identidades inovadoras ou híbridas, sem fronteiras definidas.

Para responder ao objetivo de compreender o processo de aquisição da consciência étnica dos/as ‘cabo-descendentes’, responsável pela forma como se veem e aos outros, colocaram-se perguntas sobre as suas auto e hétero identificações sociais e culturais. Em seguida, procurou-

se captar a sua percepção quanto ao nível de integração ou ajuste, e de aceitação na/pela sociedade neerlandesa.

2.1 Consciência étnica e sentimento de pertença

O conceito de identidade, amplamente discutido anteriormente, remete a construções sociais, situadas no tempo e no espaço, que vão sendo assumidas e transmitidas conscientemente. Assume-se a definição pós-estruturalista que o expõe como um constructo mutável, que se forma através das relações entre grupos e entre indivíduos (Cuche, 1999). Ainda, apurou-se que a etnicidade é um importante fator de reconhecimento de semelhanças e/ou diferenças entre grupos, podendo estimular a identificação de interesses comuns (Weber, 1970 cit. Escudero, 2018). Estes interesses reforçam e motivam mais a consciência étnica e a coesão entre os membros.

A pergunta a se os/as ‘cabo descendentes’ se consideram cabo-verdianos/as ou neerlandeses/as gerou respostas divergentes.

100% Cabo. Sim, simplesmente pela forma como fui criada e como tudo me foi transmitido. Eu realmente não me vejo como neerlandesa. (Miriam, 21 anos).

Sinto-me cabo-verdiana, mas de uma forma neerlandesa. (Jenny, 27 anos).

Eu digo sempre que sou Cabo. Acho importante distinguir as minhas raízes de... repara, de onde eu venho originalmente é que conta. Mesmo tendo nascido nos Países Baixos, eu vejo-me mais como um Cabo do que como um neerlandês. (Stef, 27 anos).

Eu realmente sinto-me neerlandesa. Nasci e cresci aqui. (...) tenho orgulho de onde venho, por assim dizer, [mas] eu me considero neerlandesa, [porque] no meu dia-a-dia sinto-me neerlandesa. (Sabrina, 30 anos).

Inclino-me mais para o lado cabo-verdiano, puro *ya*, porque isso foi-me transmitido. Também a língua, a cultura, as diferentes festividades, humm a religião. Sim, acho que sou mais cabo-verdiana do que neerlandesa. Repara, claro que nasci aqui. Tenho muito orgulho em me terem dado todas as possibilidades (...), mas em termos de pensar e fazer, pendo mais para o lado cabo-verdiano. (Cristina, 21 anos).

Esta é sempre uma pergunta muito dupla, acho. Porque se me perguntas, ‘então, sente-te ... és neerlandesa?’ Eu nunca responderia imediatamente ‘sim’. É algures no meio, porque eu nasci aqui. Mas eu nunca diria rapidamente a alguém: ‘ei, sou neerlandesa’ (Andreia, 23 anos).

Atualmente, sinto-me algo diferente. Antes, eu estava numa grande... Bem, um pouco na [fase da] crise de: afinal, o que eu sou? Eu mesmo não entendia muito bem. E eu queria ser mais cabo do que neerlandês, mas com a idade... E nem é há tanto tempo assim, mas... recentemente descobri que eu... Como posso explicar isto? Não me identifico necessariamente com “sou cabo-verdiano ou sou neerlandês”, sou apenas eu e tenho... tenho influências de ambos os lados. (Nick, 28 anos).

Desde logo, torna-se evidente a enorme heterogeneidade deste pequeno grupo de pessoas. Apesar da origem cultural comum, as suas experiências e interpretações determinam que tenham desenvolvido sentimentos de pertença diferentes. Frisa-se que o único caso que se sente neerlandês, afirma que a mãe “*não tem nada a ver com Cabo Verde (...) nem para cozinhar comida cabo-verdiana*”. Este resultado remete para a noção, antes discutida, da grande influência que as redes de sociabilidade e o capital social transmitido podem exercer nos indivíduos. Além disso, denota-se uma certa tendência, em alguns/algumas participantes, ao longo da entrevista, para se contradizer. A mesma pessoa que diz se sentir neerlandesa, utiliza, várias vezes, a palavra “*nós*”, quando se refere a cabo-verdianos/as e “*de onde venho*”, aludindo a Cabo Verde. Do mesmo modo, quem responde “*100% Cabo*” sem hesitar, a dada altura diz ser neerlandesa, por saber atuar e reagir melhor nesta sociedade do que na cabo-verdiana.

Aceita-se esta contradição como normal, própria da identidade híbrida que caracteriza muitos/as descendentes de imigrantes (Portes et al., 2008). Uma vez que esta contém diferentes componentes (de género, etnia, classe social, idade e outros), acaba por originar identidades fragmentadas e transitórias (Bauman, 2012), constantemente construídas, possibilitando a adoção ou o abandono de qualquer um deles. Dois ou mais elementos da identidade de um indivíduo podem até, dependendo das circunstâncias, entrar em conflito entre si. Tal, só é possível, porque se presume que a identidade não é inerente à pessoa.

Os/as cabo-verdianos/as se tornaram um grupo na sociedade neerlandesa, porque possuem consciência de si próprios/os. Por sua vez, a sua descendência só se identifica ao grupo, porque reconhece que partilham algo, seja a ancestralidade, a história ou os padrões culturais. Encontrando-se nos Países Baixos, os/as intervenientes respondem, em regra, que são cabo-verdianos/as ou que se sentem mais cabo-verdianos/as do que neerlandeses/as. No entanto, destaca-se a dificuldade que experienciam quando inquiridos/as se dariam a mesma resposta, encontrando-se de férias em Cabo Verde ou num país estrangeiro aleatório.

Eu descrevo-me sempre como um cabo nos Países Baixos e um neerlandês em Cabo. (...) Quando estou em Cabo Verde, sinto-me em casa... Mas devo dizer que a minha casa é nos Países Baixos. (Décio, 32 anos).

Às vezes, (...) quando vou de férias parece que estou a ir para casa, mas quando volto, sinto-me novamente em casa, então isso é um pouco duplo. (Duca, 28 anos).

Se estou noutra país, digo que tenho raízes cabo-verdianas. Quando estou em Cabo Verde, digo que sou dos Países Baixos. (Stef, 26 anos).

Aqui nos Países Baixos, eu me vejo como um cabo, mas quando vou para Cabo, vejo-me como uma neerlandesa. Realmente depende de onde estou, por assim dizer. (Rafaela, 20 anos).

Observa-se que o sentimento de pertença não está necessariamente fixo ao lugar onde se nasce. A própria percepção de identidade étnica parece ser situacional (dependendo do espaço e/ou do contexto). Fica a impressão de que a noção de “casa” (*thuis/home*) tem duplo significado: um simbólico, quando se referem a Cabo Verde e um físico, no que toca aos Países Baixos. Não se pode, porém, assegurar que o sentimento, como agora o manifestam, seja definitivo, reiterando que a identidade está em constante construção (Cuche, 1999).

Os argumentos no que toca ao sentimento de pertença parecem ser, enormemente, influenciados pela imagem que as outras pessoas possuem acerca deles/as. Repara-se que deliberam, muitas vezes, a sua resposta com base na consciência étnica, estando esta fundamentada na sua aparência. Não se baseiam tanto na autoimagem (o que realmente sentem), mas na heteroimagem, ou seja, na resposta que julgam expectável.

Eu até digo que sim, sou neerlandês. E aí, aí eles olham-me da cabeça aos pés e aí eu digo ‘sim, mas os meus pais são de Cabo Verde’ [risos]. (Roberto, 21 anos).

Eu digo que sou cabo-verdiano, porque posso dizer que sou neerlandês, mas as pessoas pensam que neerlandês é ser branco. Então... então eles veem a cor da tua pele e ficam curiosos sobre ti. A verdadeira pergunta é ‘como conseguiste essa cor?’ (Nick, 28 anos).

Em Marrocos, eu disse ‘eu sou neerlandesa’ e então eles disseram ‘não, os neerlandeses têm olhos azuis. De onde és realmente?’ ‘Sim. Os meus pais são de Cabo Verde’, só então eles disseram ‘ah okay’. (...) Na verdade, [desde criança] aprendi a dizer que sou cabo-verdiana. (Duca, 28 anos).

Confirma-se, assim, que a identidade etnosocial dos/as ‘cabo descendentes’ não é estática e ganha grande parte da sua forma, a partir de características atribuídas por outrem, ou assim julgado por eles/as mesmos/as, variando com a sua localização. O que deixam transparecer é que a identificação sociocultural depende do contexto, influenciado, grandemente, pela sua etnicidade. Por exemplo, mesmo que se queiram identificar como neerlandeses/as, muitas vezes, não o fazem, pelo receio de não serem reconhecidos/as e aceites como tal.

Há elementos da identidade que não são visíveis, não sendo a etnicidade um deles. Daí exercer tanto peso nas interações sociais. Assim, declaram-se cabo-verdianos/as, mas algures parece faltar uma peça para completar o complexo mosaico da sua identidade. À vista disso surgem declarações, que demonstram que os sujeitos são constantemente desafiados no quotidiano, onde o confronto com as diferenças acontece.

Sou cabo-verdiana (...) Mas eu nasci cá, portanto, oficialmente sou neerlandesa. (Duca, 28 anos).

Quando estou com neerlandeses, vejo que não sou o típico neerlandês, mas também percebo que não sou o típico cabo. (Nick, 28 anos).

No país de origem dos/as pais/mães, já não importa a aparência, pois reconhecem-se nas pessoas. O que conta são os elementos culturais, que podem ser percebidos como diferentes. Julgam que o conhecimento e o domínio de valores e normas culturais cabo-verdianos, assim como a língua, são importantes para se identificarem como tal²⁸. Um entrevistado que nos Países Baixos e noutros países responde que é cabo-verdiano, em Cabo Verde, diz-se neerlandês.

(...) Tem um pouco a ver com o facto de eu não falar muito bem o idioma, então se eu disser que sou Cabo e eles começarem a falar comigo fluentemente, eu vou ter de dizer que não estou a entender nada [risos]. (Stef, 26 anos).

De um modo geral, a identidade do grupo em estudo fundamenta-se numa dupla pertença, pois as maiores referências são os Países Baixos e Cabo Verde. Por um lado, sentem-se plenos/as cidadãos/ãs dos Países Baixos, onde nasceram, cresceram e conhecem as regras sociais, mas por outro, experienciam a dificuldade de se identificar como “neerlandeses/as”. Em alguns casos, é inquestionável que a pertença não é dupla e sim, múltipla, anunciando que sentem, igualmente, que pertencem a uma cidade (“*cabo-verdiana de Roterdão*”, Duca, 28 anos; “*eu sou de Amsterdão*”, Sabrina, 30 anos); a uma ilha (“*badiu*²⁹ *nascido nos Países Baixos*”, Décio, 32 anos) ou ao mundo (“*um terrestre*”, Nick, 28 anos; “*uma cidadã do mundo*”, Alice, 30 anos).

A visão construtivista confirma que o conhecimento brota de relações, em que as pessoas engajam, entre si e com o seu meio (Gergen, 2015 cit. Camargo-Borges & McNamee, 2022). Neste processo, criam-se fronteiras de grupos, ou seja, distingue-se entre membros e não membros. Enquanto o indivíduo se autoidentifica como pertencendo a um determinado grupo, situa outras pessoas neste ou noutro, fundamentando-se em perceções de afinidade, diferenças e semelhanças. Estas são fruto da interpretação das representações sociais existentes. Contudo, relembra-se que estes grupos não são fechados ou definitivos. Assim como são acessíveis, pode-se deles sair, em caso de mudança de circunstâncias ou mentalidades. Como antes se enunciou, as identidades são ou podem ser fluídas (Bauman, 2012).

²⁸ No tópico delegado à cabo-verdianidade explora-se, de forma mais aprofundada, este aspeto.

²⁹ Nome que, na língua cabo-verdiana, se dá ao habitante da ilha de Santiago.

Em síntese, o indivíduo encarna o conhecimento e as práticas que circulam na sociedade e, ao assimilá-los, transforma-os. Parte-se do pressuposto de que o conteúdo da identidade destes sujeitos se forma a partir da ‘bagagem’ que trazem ‘de casa’, da que selecionam e absorvem da cultura dominante e de outras culturas presentes na sua sociedade ou no mundo. Apoiando-se nas respostas obtidas, o que se verifica é que cada descendente interpreta e exterioriza as culturas à sua maneira. Entre “100 % Cabo”, “um mix”, “neerlandesa”, “algo diferente” ou “algures no meio” há diferenças abismais, o que leva a concluir que a individualização deve ser levada em consideração na análise de como os/as descendentes de imigrantes reagem à aculturação. Avaliar cada pessoa como um ser individual é favorável ao debate intercultural, por permitir a desconstrução de diversos estereótipos (Vala, 2004). Paralelamente, julga-se importante combinar esta abordagem com o conhecimento básico das principais culturas que lhes servem de referência, pois facilita o entendimento de como se sentem, pensam e agem.

2.2 Integração na sociedade neerlandesa

Para clarificar a identidade dos/as ‘cabo descendentes’, verificou-se que não se pode ignorar a longa e ininterrupta exposição a, pelo menos, as duas culturas mais significativas. Nas entrevistas ficou patente a dificuldade em se identificarem como neerlandeses/as. Tendo em conta que nasceram e estão inseridos/as na sociedade neerlandesa, é importante conhecer como se percebem como parte integrante da mesma. Para isso, se idealizaram duas perguntas: “sente-se integrado/a na sociedade neerlandesa?” e “sente-se aceite na sociedade neerlandesa?”

No quadro teórico, ficou claro que se partilha a convicção de que a identidade étnica é um elemento independente da integração social. Ou seja, que os indivíduos podem, perfeitamente, manter e valorizar a sua cultura minoritária, sem que esta interfira na boa acomodação na sociedade em que residem (Snauwaert et al., 2003 cit. Liebkind, 2006). De maneira célere, a maioria das pessoas respondeu que se considera bem integrada na sociedade, com exceção de uma participante que, pensante, retorquiu “*Sim e não*”, porque enfrenta pequenos contratemplos (“*coisinhas*”), tendo, depois, acrescentado que não se pode queixar (Rafaela, 20 anos); e de outro que informou que “*ao fim ao cabo, o neerlandês é que se decide se estás ou não integrado. Eles é que decidem*” (Roberto, 21 anos), embora tal não incomode a sua “*rotina*”. Uma

entrevistada contestou a palavra “integrada”, opinando que não tinha consciência de ter de se integrar numa sociedade que, na verdade, é a sua.

A minha mãe também nasceu aqui, mas de pais cabo-verdianos, mas ela está muito bem integrada aqui e por isso eu não tinha...não tinha realmente a ideia de que tinha de me integrar” (Jenny, 27 anos).

Esta reação confirmou a sensação que já se tinha de que os modelos aculturativos estudados, mesmo os bidimensionais, nesta era da globalização, podem não fazer sentido para todas as pessoas, nomeadamente, para muitos/as descendentes de imigrantes. Ponderaram-se outras palavras, tal como acomodação, adaptação ou incorporação, mas são conceitos muito próximos. Por este motivo, à pergunta, decidiu-se acrescentar um esclarecimento: que se desejava saber se as pessoas se sentiam bem e no seu devido lugar na sociedade neerlandesa. Das narrativas, compreendeu-se que tanto assimilam-se, acomodam-se, integram-se ou que se individualizam e se marginalizam, conforme as circunstâncias (o momento, o local, o tema). Não há uma linha rígida entre as estratégias aculturativas adotadas; todas podem se reunir num mesmo indivíduo.

As explicações mais enunciadas para justificarem a sua resposta é o facto de terem nascido e crescido neste meio.

Eu simplesmente sei fazer tudo aqui, percebo tudo. (Miriam, 21 anos)

Eu estou acostumada aos Países Baixos. Não conheço outra coisa. (Samira, 30 anos).

Os sujeitos confirmam conhecer as regras, o que, na ótica de Rudmin (2009) é indispensável para se poder declarar que a aprendizagem aculturativa tenha bem sucedido. Sabe-se que frequentaram ou frequentam instituições escolares e de outras naturezas, participam no mercado de trabalho, assistem aos media, só para apresentar alguns exemplos. Seja por instrução ou por imitação, a partir do momento em que a cultura, ou parte dela, é difundida, o processo de aculturação é acionado (Rudmin et al., 2017). Também, há quem opine que se sente integrada por estar “*apta para lidar com todas as culturas*” (Cristina, 21 anos), enquanto outros explicam que é por nunca terem se sentido discriminados/as.

Conhecer o grau de aceitação de descendentes de cabo-verdianos/as pelo grupo étnico neerlandês corresponde à outra face do processo aculturativo. A dimensão do estudo e o tempo disponível para o realizar não permitem entrevistar essas pessoas, o que seria o ideal. A informação foi recolhida, de forma indireta, questionando os/as ‘cabo descendentes’ se se

sentiam aceites na sociedade pelo grupo étnico originário ou se haveriam razões que os/as pressionassem a comportar-se de maneira diferente do realmente sentido. Não se indagou, diretamente, acerca de experiências de discriminação, mas estas perguntas, despertaram o assunto.

Rudmin (2009) assegura que a discriminação percebida influencia, imensamente, o grau de acomodação numa sociedade. É interessante que este aspeto sobressaia na amostra, apesar de pequena, bem como é notável que a palavra “aceite” tenha provocado uma energia distinta, quando comparada à palavra “integrado/a”. Mais de metade manteve a afirmativa de que se acha aceite, tendo-se percebido algumas hesitações, enquanto alguns/algumas participantes sentiram a necessidade de acrescentar esclarecimentos.

(...) repara, eu sinto-me mesmo cabo-verdiana, mas não me sinto excluída nem nada disso (...). O neerlandês foi sempre a primeira língua em minha casa. (Andreia, 23 anos).

Sim, eu sinto-me aceite. Em todos os lugares experimentas um pouco de discriminação como os meus colegas, por exemplo, às vezes falam sobre pessoas escuras. Bem, então [penso] vocês estão a falar de mim também, por assim dizer. (Jenny, 27 anos).

Mais uma vez, surgiram respostas muito divergentes. Num extremo, um convincente “*Sim, ao meu redor, tenho a sensação de que sou realmente aceite, como sou, como pessoa e que não se olha propriamente, ou apenas, para o que é a minha cultura ou origem*” (Stef, 26 anos); e, no outro, o depoimento seguinte:

Eu sinto-me, sinto-me mais aceite por mim mesmo, então isso é o principal. És visto de uma certa maneira. Dessa forma, não me sinto necessariamente aceite, mas também não quero ser aceite. Eu não preciso de ser aceite. Eu sou quem sou e não quero fingir ser algo que não sou. Então, sentir-me aceite? Sinto-me aceite pela minha família e pelos meus amigos, e nem sempre nesta sociedade. (Nick, 28 anos).

A aceitação completa na sociedade é, para alguns/algumas, duvidosa, mas explicam que não é por serem cabo-verdianos/as e sim pelo tom da sua pele, que é considerada diferente. Mais uma vez, se constata que a sua aparência condiciona a forma como são vistos/as e, consequentemente, tratados/as.

Esse condicionamento existe, de que não tens a cor “normal”, que é o branco (...). Esse é o padrão nos Países Baixos e tudo e todos que possuem uma cor diferente, são assim designados (...). (Nick, 28 anos).

Não tem nada a ver com a minha origem. Isso tem mais a ver com o facto de como uma mulher negra, tenho de trabalhar mais. Nada lhe é dado. (Alice, 30 anos).

No referente à sensação de terem de se adaptar para ser aceites, quatro entrevistados/as declararam que, no seu dia a dia, experienciam a liberdade de serem eles/as mesmos/as, a todo

o momento. Conforme a Miriam (21 anos) expõe, é porque “*Se não for aceite, azar o deles. Mas, eu não vou mudar nada, por outra pessoa*”, enquanto, de forma semelhante, o Roberto (21 anos) anuncia: “*Eu sou o que sou e se o aceitam, simples, ok (...) Se não, é problema deles*”. Já a Emília (20 anos) defende que o seu círculo de amizades, assim, o permite, pois que se interessa pela “*sociedade africana*” e até assumem as palavras em língua cabo-verdiana que ela utiliza. Ainda, a Sabrina (30 anos) declara não sentir nenhuma pressão para se adaptar e justifica: “*mas eu não sou escura, né?*”.

As restantes pessoas manifestaram que, em diversas situações, como, por exemplo, entre conhecidos/as e amigos/as neerlandeses/as, na escola ou no local de trabalho, sentem que devem se ajustar ao ambiente. Mais uma vez, não porque se é cabo-verdiano/a, mas devido aos traços fenótipos e pela ascendência não neerlandesa.

Tens, claro, essas situações, mas eu não acho que isso possa necessariamente estar ligado a ser cabo-verdiano, mas mais como... apenas huuh não ser um neerlandês *native (nativo)*. Mas... assim há certas situações, em que por um momento, tenhas de atenuar (*dempen*) um pouco, conter (*inhouden*) ou simplesmente, deixar-te levar (*meebuigen*), por assim dizer (...). (Décio, 32 anos).

Eu nasci nos Países Baixos, mas em casa tudo é cabo-verdiano. Estás o tempo inteiro a mudar (*switch*). Eu percebo que me comporto de maneira diferente, por exemplo no trabalho, do que quando estou com o meu grupo de amigos ou em casa. E ya, de onde isso vem, eu não sei. Mas o que eu sei, às vezes, o que penso é que é mais fácil. (Duca, 28 anos).

(...) então presto um pouco mais de atenção ao meu comportamento e jeito de falar, quando estou com os neerlandeses, digamos assim. (Cristina, 21 anos).

Certas... sei lá... brincadeiras (...). [Entre os/as amigos/as cabo-verdianos/as] vocês realmente se entendem e esse não é o caso do outro lado [amigos/as neerlandeses/as]. (Andreia, 23 anos).

Quando eu estudava enfermagem em Utrecht (...) acontecia-me realmente um ‘switch’. Falava um neerlandês muito, muito formal, com aquele sotaque neerlandês, prestando muito bem atenção ao que dizia e tal. Assim que eu chegava a casa, acontecia outra vez o ‘switch’; o ‘switch’ voltava atrás, por assim dizer; Falava outra vez normal. É mais porque eu, digamos, colocava uma máscara. Não necessariamente para que me aceitassem, mas mais tipo ‘eu quero que me vejas assim’. Eu fazia de propósito, queria que me vissem dessa forma. (Rafaela, 20 anos).

São apresentadas variadas razões por prestarem atenção e alteram o seu comportamento: “*é mais fácil*” (Duca, 28 anos); “[sabes que] *este é o lado neerlandês e é diferente*” (Andreia, 23 anos); “*em todo o lado vivencias um pouco de discriminação*” (Jenny, 27 anos); “*é algo que tu adquires; algo que te é ensinado*” (Rafaela, 20 anos) ou “*tem a ver com os meus interesses*” (Nick, 28 anos). O certo é que confirmam estar mais à vontade, para serem eles/as mesmos/as, na presença de amigos/as de origem cabo-verdiana e, no geral, julgam-se mais bem

compreendidos/as e aceites pelas relações que possuem origens culturais semelhantes (por exemplo, africanas). A cultura neerlandesa é percebida como muito diferente.

Como referido no enquadramento teórico, estudos realizados nos Países Baixos acusam a existência de um fenómeno denominado ‘paradoxo de integração’, que significa que os/as descendentes de imigrantes experienciam mais discriminação do que os/as seus/suas ascendentes. Apesar das políticas no sentido inverso, a sociedade neerlandesa é menos tolerante para com eles/as, esperando da sua parte um maior grau de assimilação e pertenças primárias. Encontrando-se estes sujeitos na posse de melhores habilitações, circulam em espaços, em que têm mais contactos interétnicos. A par disso, por dominarem o idioma, fazem melhor uso dos media nacionais, sendo, mais vezes ou mais conscientemente, confrontados com esta expectativa (Andriessen et al., 2020; Geurts et al., 2020).

Realça-se que esta amostra possui um nível de escolaridade relativamente alto. Sente-se parte integrante dos Países Baixos, apesar de a educação ser fortemente influenciada pelos valores e as normas cabo-verdianos. Um número considerável acusa a percepção do racismo. Não foram informados/as acerca do ‘paradoxo de integração’, para não influenciar as suas respostas, mas, mesmo assim, pôde-se confirmar que é uma realidade. Os sujeitos podem, ainda que inconscientemente, adotar estratégias para o driblar. O procurar manter no seu círculo mais íntimo, pessoas que reconhecem ‘próximas’ ao seu grupo cultural, e o sentir-se “*em casa*” em Cabo Verde, podem ser interpretadas como formas de equilibrar este ‘desconforto’.

(...) porque [em Cabo Verde], é claro, estás num país, em que muitas pessoas se parecem contigo. (Décio, 32 anos).

[Cabo Verde] é (...) reconhecível. Eu gosto muito disso. Reconheço... eu reconheço tudo lá, numas ilhas um pouco mais ou menos que noutras, mas puramente o povo que... eu penso... vocês são iguais a mim. Eu gosto disso, ponto final. (Duca, 28 anos).

Um participante alega que não se adapta por causa da sua origem etnocultural, mas porque pensa que viver numa sociedade multicultural o exige. Para ele é uma questão de respeito e consideração pelo outro:

Eu sou *open minded* (mente aberta). Eu penso sempre muito no próximo (...). E eu sempre me adapto para outra pessoa... para estar com as pessoas. Não necessariamente para a imagem da sociedade, mas para lidar com as pessoas. [Estando] No meu país sim [referindo-se aos Países Baixos], adapto-me nisto e naquilo, sim. (Nick, 28 anos).

Lembra-se que este participante prefere se definir como um “*earthling*” (terrestre), não necessariamente neerlandês ou cabo-verdiano. Ora, a opção de se orientar mais globalmente ou de se identificar como cidadão do mundo, detetada nesta amostra, foi apresentada, nos estudos citados, como uma das estratégias que as pessoas de origem migrante recorrem para esquivar-se ao mencionado paradoxo (Geurts et al., 2020).

Importa destacar que os/as entrevistados/as entendem que não têm de fazer adaptações completas e profundas. A maioria diz não se sentir, verdadeiramente, pressionado/a, mas adapta-se, porque parte do princípio de que é o que o “*outro lado*” (Andreia, 23 anos) deseja. Esta investigação é forçada a concluir que estão conscientes das expectativas de assimilacionistas, da parte da cultura dominante. No entanto, é-lhes impossível e nem desejam ignorar, totalmente, o legado cultural que receberam no meio familiar e comunitário. Conhecendo as regras sociais neerlandesas, tentam corresponder, para evitar conflitos. Porque percebem uma certa imposição, não se identificam por inteiro, em ambientes etnicamente neerlandeses.

Ante o exposto, entendeu-se pertinente perguntar aos/às ‘cabo descendentes’ como avaliam a sua origem etnocultural. Compreendeu-se que, por um lado, se consideram bem integrados/as na sociedade neerlandesa e, por outro, têm de se confrontar com situações de diferenciação na mesma (exercidas por outrem) e com a sua própria ‘indecisão’ identitária. Chama-se atenção para a interpretação da palavra ‘indecisão’, que não é aqui vista como algo de negativo, mas como característica de uma identidade altamente híbrida, em que se tem, permanentemente, de avaliar as circunstâncias e escolher que/quais elemento/s, da vasta lista possuída, é adequado, no momento, para reagir/negociar/agir.

2.3 Avaliação da identidade etnocultural e social

Experiências de discriminação tendem a ter grandes consequências na vida dos indivíduos, e para toda a sociedade. Além de provocar sensações de insegurança e estresse, por não se identificarem com os padrões ou por se sentirem excluídas, estas pessoas são, normalmente, menos envolvidas e motivadas para participar e contribuir na sociedade (Andriessen et al., 2020). No caso destes/as ‘cabo descendentes’, apesar de alguns/algumas denunciarem a

percepção, no seu quotidiano, de racismo (diferenciação por conta da cor da pele), sem exceção, avaliam a sua origem étnica como positiva.

Pessoalmente sou feliz, tal como sou e com o que eu sou. (Roberto, 21 anos).

Estou muito contente com quem sou agora e como a minha vida corre. E sou muito feliz por ser cabo-verdiana. Eu sempre digo isso, e, realmente, não gostaria de ser outra coisa. (Alice, 30 anos).

Eu sinto-me abençoada. (Sabrina, 30 anos).

Eu, meio que descobri a minha identidade por mim mesmo e acho que consegui localizá-la. É o que eu digo: não me vais ouvir dizer, com frequência, “eu sou neerlandês”. Eu sempre digo: “eu sou mesmo cabo”. Com um certo orgulho, faço tudo o que é relacionado a Cabo. Por isso, está bem incutido. (Décio, 32 anos).

Uma das razões apontadas para esta avaliação favorável remete ao conceito de ‘imigrantes silenciosos’ (*stille migranten*), apresentado no quadro histórico. Embora tenha-se verificado que uma parte dos/as imigrantes e descendentes rejeite este rótulo, que os/as identifica como passivos/as, certos/as participantes reproduzem-no como benéfico e conveniente. Do seu ponto de vista, graças a esta noção, podem usufruir de uma maior simpatia e aceitação na sociedade neerlandesa. Assim, confirmam:

(...) principalmente, porque os cabo-verdianos são conhecidos como, digamos, migrantes leais, silenciosos, e coisas do género, então nunca experimentei nenhuma negatividade (...). (Décio, 32 anos);

Na verdade, nunca notei nada. Quando digo que sou cabo-verdiana, sempre ouço muitas coisas positivas. Humm As pessoas são realmente muito positivas: porque vocês [imigrantes cabo-verdianos/as] são realmente trabalhadores ou porque (...) gostam de festa. (Duca, 28 anos).

Além disso, reforçam que nem todos os grupos étnicos podem usufruir deste ‘privilégio’, exemplificando com o de origem marroquina, cuja imagem nos Países Baixos está muito lesada. De facto, pesquisas confirmam que uma percentagem muito elevada de pessoas com descendências marroquina e turca vivenciam significativamente mais discriminação do que outros grupos étnicos (Andriessen et al., 2020).

Os sujeitos mostram-se satisfeitos, porque a origem cabo-verdiana permite-lhes sentir-se “*especial*” (Roberto, 21 anos), sobretudo, nos meios, em que vivem poucos/as cabo-verdianos/as. Todavia, o principal motivo para a avaliação positiva revela ser o valor atribuído à cultura cabo-verdiana e ao modo de ser do povo cabo-verdiano.

Eu experiencio-a como uma cultura agradável, hospitaleira, muito aberta. Todos são bem-vindos, sempre divertidos. Sim, eu sempre experienciei a minha cultura, sim, como algo de bom. (Jenny, 26 anos).

(...) mas, acho que somos conhecidos positivamente, pela hospitalidade. Bom, pela cozinha, por sermos agradáveis, porque queremos ajudar muita gente [cooperantes, dar assistência], então, na minha cabeça, isso, com certeza é positivo, sim. (Andreia, 23 anos).

Sinceramente, acho que é o povo mais agradável que existe. E não porque eu também o seja, mas tão só porque quando estás lá, as pessoas simplesmente... Elas não têm nada, mas elas são, elas são... Na verdade, elas são as mais felizes, por assim dizer. (...), a comida é boa. (Sabrina, 30 anos).

Há muito tempo que a migração é uma realidade nos Países Baixos, mas, averiguou-se que, nas últimas décadas, o tema da integração tem suscitado reações negativas por parte da classe política, dos media e da sociedade em geral (Slingerland, 2012). Neste contexto, os/as descendentes de imigrantes surgem como desfavorecidos/as. Na era da globalização e das novas tecnologias de comunicação, é inevitável que, sobretudo, a camada mais jovem, tenha acesso ao que se poderá designar de ‘a sua cultura de origem’ ou, até mesmo, ser persuadida por culturas de todos os cantos do planeta. Nos/as ‘cabo descendentes’, a parte cabo-verdiana da sua identidade parece preencher uma parcela considerável do seu todo identitário, sendo positivamente valorizada e assumida. Entende-se, portanto, que não a desejem perder, mesmo que, na sociedade neerlandesa, ela represente uma cultura minoritária.

Os resultados aculturativos, nestes casos, podem ser os mais variados, porque dependem de reações subjetivas e particulares, ou seja, do grau de importância que a pessoa atribui a cada aspeto nas negociações identitárias, em que se envolve. Estas reações geram e moldam as identidades sociais (Tilio, 2009). Porque esta dissertação, além de pretender clarificar a identidade dos/as descendentes, procura apurar se os/as ‘cabo descendentes’ desejam e empenham-se em consolidar a sua cabo-verdianidade, escolheu-se analisar dois resultados benéficos na gestão das suas múltiplas pertenças e adequados para responder os objetivos específicos. Foram eles a opção para o transnacionalismo e para a cabo-verdianidade.

Capítulo 3 – O modo de vida transnacional como estratégia de aculturação

A partir da apresentação da noção de transnacionalismo, no capítulo a ele dedicado, alertou-se para a dificuldade de medir a sua consistência, assim como, de diferenciar entre práticas transnacionais e práticas típicas da era global. Para contornar este inconveniente, procurou-se seguir as recomendações de autores que aprofundaram a perspectiva. Neste seguimento, analisam-se pessoas comuns e não instituições ou representantes estatais. Assume-se que detêm um certo grau de autonomia, podendo exercer influência em políticas públicas, por causa da sua dimensão como grupo social, da sua educação e/ou do seu nível económico, conforme sugere Portes (2006). Após a leitura de vários trabalhos acerca deste tema, pôde-se comprovar que o modo de vida descrito pelo transnacionalismo, atualmente, não se aplica somente a pessoas que tenham passado pela experiência migratória e nem sequer supõe que se tenha de viver em dois países diferentes (Castles, 2005).

De igual forma, sabe-se hoje que a ideia de viver ‘entre dois mundos’ não é necessariamente sinónimo de crises identitárias, com consequências nocivas para os indivíduos. Estes podem orientar a sua vida, de forma positiva, a partir de um quadro cultural multiétnico (Colombo et al., 2009). Efetivamente, diversos estudos manifestam que os/as descendentes de imigrantes, principalmente com elevadas habilitações literárias e bem integrados/as nas sociedades de residência, enveredam por esse caminho (Soehl & Waldinger, 2012). Atendendo a estes aspetos, escolheu-se analisar o transnacionalismo, como uma estratégia que parece facilitar a gestão de pertenças múltiplas, com benefícios para os sujeitos, bem como a manutenção de laços com o país de origem dos/as antecedentes. Mesmo sabendo que na comunidade diaspórica cabo-verdiana se acusa um transnacionalismo fraco, sobretudo, entre os/as descendentes, por envolver poucos indivíduos e por acontecer, maioritariamente, na esfera familiar (Andrade, 2016; Góis & Marques, 2008, p. 101), entendeu-se importante averiguar este âmbito.

Este trabalho não foca no grau de transnacionalismo observado nos/as ‘cabo descendentes’, pretendendo, acima de tudo, apurar a possibilidade de o serem, se estimulados/as ou se as condições se proporcionarem. Assim sendo, as categorias que surgiram das entrevistas foram a identificação do transnacionalismo meramente simbólico e do transnacionalismo

funcional, ou seja, envolvendo práticas consideradas transnacionais. Por fim, a que se designou de “Cabo Verde como opção de futuro”, para tentar perceber se, com o passar da idade, as condições se tornam mais favoráveis à adesão a este modo de vida.

3.1 Identificação do transnacionalismo simbólico

Não se questionou os/as ‘cabo descendentes’ se são ou não transnacionais, na medida em que o conceito não é de fácil esclarecimento e nem muito utilizado pelo senso comum. Limitou-se a colocar-lhes perguntas, cujas respostas se espera que facultem esta informação. Desde logo se deparou com a total ausência de um atributo que se crê um potencial indício para o transnacionalismo: a dupla cidadania. Dada a complexidade do fenómeno e a heterogeneidade das situações, não se pode declarar que seja uma condição indispensável, mas é avaliada como importante. De qualquer modo, todos os casos manifestaram possuir tão-somente a nacionalidade neerlandesa, de modo que esta variável não pôde ser analisada.

Assim, iniciou-se por querer saber se, no dia a dia, os/as respondentes ponderam as suas decisões, com base na dupla ou múltipla referência cultural, ou seja, se possuem uma consciência transnacional. Conforme Castles (2005), embora não seja suficiente, tal é fundamental para se acusar a presença do transnacionalismo, sendo, normalmente, motivada pelo reconhecimento de uma “etnicidade comum” (p. 84).

Antes de mais, constatou-se que a maioria dos sujeitos diz tomar decisões particulares, que julgam que sejam as melhores para eles próprios, sem ter em conta esta ou aquela cultura:

Bem, eu penso mais em mim, mais em mim do que... A minha decisão, eu decido [com base em] o que eu pessoalmente gosto. Não penso necessariamente na [cultura] neerlandesa ou cabo-verdiana, eu acho. (Jenny, 27 anos).

É tudo basicamente individual. Todas as decisões que tomo, tomo para mim, mas tomo para mim, porque posso ajudar outras pessoas. Eu não posso ajudar os outros se não tomar decisões por mim mesmo (...). No meu dia-a-dia não me preocupo com influências culturais. Não penso no que Cabo Verde, os cabo-verdianos acham que eu deveria fazer, mas também não tenho isso com os Países Baixos. (Nick, 28 anos).

A título de exceção, a Andreia (23 anos) assume, logo à primeira, a influência da cultura cabo-verdiana no seu quotidiano (“*Mas eu noto nas escolhas que faço na vida, acho que vem muito da educação cabo-verdiana*”), enquanto a Sabrina (30 anos) afirma que, para ela, “*não há conflito entre as duas culturas*”, porque age segundo as referências da cultura neerlandesa.

Simultaneamente, alguns/algumas entrevistados/as julgam que o mais certo é as culturas estarem implícitas nas suas decisões.

(...) Sim, depende muito da situação. (...) talvez inconscientemente, mas conscientemente não sei, não (...). (Cristina, 21 anos).

Eu realmente não sei... Talvez inconsciente (...). (Duca, 28 anos).

Somente após a pesquisadora dar exemplos das formas que esta inconsciência transnacional poderia tomar é que alguns sujeitos assumiram que pensam, várias vezes, em como seria viver em Cabo Verde, que ocupações profissionais garantiriam sucesso e onde poderiam encontrar informações sobre empreendedorismo, voluntariado, e outros temas. Assim, a Rafaela (20 anos) declara ter iniciado o curso de enfermagem, depois de conhecer os graves problemas sobre cuidados de saúde enfrentados em Cabo Verde. Ela gostaria de, mais tarde, abrir um lar de idosos ou uma clínica no país. Por sua vez, a Duca (28 anos) sonha, caso consiga os meios necessários, implementar projetos de construção de casas sociais, dado o seu grau de mestre e experiência profissional em Assuntos e Políticas Metropolitanas.

E, bem, acabei fazendo o mestrado porque fui para o Brasil e vi aquelas favelas, como elas ficavam tão isoladas dos ricos. E então pensei, isso não é normal, mas eu tenho... Já vi isso em Cabo Verde também. Porque vêes que, por exemplo, se estás mesmo na Praia [cidade], tudo é muito bonito e arrumado e quanto mais afastas da Praia, entras naqueles outros bairros, que são muito perigosos, então... eu também tinha... e eu agora, por exemplo, trabalho para uma corporação habitacional e realmente penso quase todos os dias... Se abrissemos uma corporação habitacional em Cabo Verde, poder-se-ia simplesmente tirar os mais pobres daquelas casinhas (...). E que poderiam pagar um pequeno aluguel por um, sim... com dinheiro subsidiado. (...). Então, sim, na verdade é um pouco um passo, que sempre me faz pensar: bem, posso sempre fazer algo nesse sentido, talvez aí. Só que eu não tenho as conexões ou as coisas agora para fazer isso, agora, digamos, talvez um dia, mas agora...

De acordo com Castles (2005), as comunidades transnacionais precisam de ter raízes históricas, enquanto a sua afiliação deverá ser transmitida ao longo de gerações. Ainda, para Soehl e Waldinger (2012), a socialização intergeracional, através da observação e imitação, é essencial na transmissão de laços ao chamado 'país de origem', pois que as crianças e os/as jovens adquirem, dessa forma, "competências, atitudes, valores e lealdades" (p. 11). O modo de ser dos sujeitos em estudo parece estar repleto de influências transnacionais, por causa das suas trajetórias familiares. Muitas estórias, símbolos, música, artigos que consomem (produtos alimentícios, vestuário), fazem parte do seu quotidiano e constituem hábitos e atitudes que adotaram dos/as pais/mães e de outras pessoas que lhes são próximas. As suas visões do mundo sofrem influências globais e da sociedade, em que estão inseridos, mas são, com certeza,

também motivadas pela história e a cultura cabo-verdianas. Ou pelo menos, pela parte que lhes foi transmitida e a que assimilaram.

Mesmo que, de forma expressa ou latente, em todas as opiniões emitidas, estes elementos estejam presentes, não se poderá afirmar que todos/as os/as respondentes tenham desenvolvido uma identidade ou um modo de vida transnacional. A identificação é importante, assim como as atitudes e o comportamento. Mas, não basta que se coma cachupa³⁰ ou se ouça música tradicional cabo-verdiana, frequentemente. Veja-se o caso da Sabrina (30 anos), que embora inicie o dia com música da Cesária Évora³¹ ou outras músicas antigas de Cabo Verde, use vestuário com símbolos do país e leve a bandeira cabo-verdiana para festivais, manifesta uma identificação aos Países Baixos, regendo o seu quotidiano pelos valores e pelas normas dessa cultura e dessa sociedade. Por outro lado, ela informa que está envolvida na organização de eventos de e para cabo-verdianos em Amsterdão, mantém contactos com familiares e amigos em Cabo Verde, a quem envia bens materiais. Mesmo que as iniciativas partam de outrem, não se pode, de antemão, negar que, nestas condições, haja potencialidade para o transnacionalismo.

Mais do que a mera identificação, parte-se do pressuposto que, a adoção de um estilo de vida transnacional é mais provável nos casos, em que os/as ‘cabo descendentes’ delegam um sentimento de pertença a Cabo Verde, ainda que seja como espaço simbólico e imaginativo. O sentimento de se sentir “*em casa*” nos dois países e/ou de perceber as duas culturas como suas, representam critérios de base. Porque ao analisar as narrativas da Andreia (23 anos), que se identifica como cabo-verdiana, apura-se que ela possui fracos laços com o país de origem da sua ascendência, evidenciando uma baixa probabilidade de ser considerada transnacional. Dir-se-ia, até, menor do que a Sabrina.

Eu nunca diria rapidamente a alguém que ‘ei, eu sou neerlandesa’. Isso é realmente mais aquele *Cabo feeling*, sim, definitivamente. (...) Sinto-me mesmo cabo-verdiana. (...). [Sobre práticas transnacionais]: Não, nada. [Participação em iniciativas filantrópicas]: Para ser honesta, nem isso. Não, não, eu não decidiria muito rapidamente, que ‘tudo bem, vou participar nisso’. Enfim, é mesmo esse *feeling* [ligação] que não tenho com o país.

Sabendo o quão complexas e contraditórias as identidades transnacionais podem ser (Castles, 2005), seria necessário analisar, em profundidade, cada caso. Dadas as condições

³⁰ Prato típico cabo-verdiano, confeccionado com milho, feijão e outros ingredientes.

³¹ Cesária Évora (1941-2011), famosa cantora cabo-verdiana.

aculturativas por que passaram, estas pessoas possuem um variado e complicado leque de possibilidades para gerir a sua identidade. Este processo é constante e nem sempre lógico, nem para elas mesmas. Segundo a Andreia (23 anos), a mesma educação, responsável por ela se identificar como cabo-verdiana, a afastou dessa comunidade e de práticas transnacionais, uma vez que o pai e a mãe frequentavam meios estritamente familiares, e nunca a levaram para outro tipo de eventos. Daí o seu desconhecimento, pouco interesse e envolvimento na comunidade.

Adicionalmente, aceita-se que a identificação pode não se manifestar em todas as esferas. Presume-se que a pessoa entende a sua identidade social como um todo, a cada momento, mas como um todo dinâmico. Tal significa que a identidade transnacional não se baseia, apenas, no que a pessoa possui, mas no que ela faz (Jenkins, 2008 cit. Megens, 2011, p. 41). Ante o exposto, admite-se que o transnacionalismo meramente simbólico é difícil de ser verificado empiricamente, pois se confunde com as formas de vida características da globalização. Concorda-se com Castles (2005) em como é preciso “ter definições claras do que são comunidades transnacionais” (p. 80), de modo que não se avance para conclusões precipitadas. Antes de se tecer mais considerações e seguindo as recomendações dos estudiosos acerca desta matéria, analisam-se as relações e as ações concretas, regulares e duradouras, que unem os dois países e causam impactos nas suas sociedades.

3.2 Identificação do transnacionalismo funcional

Faist *et al.* (2013) ensinam que os/as imigrantes desenvolvem práticas sociais transnacionais, através de repetitivas viagens, comunicações de longa distância e transferências de remessas financeiras e sociais. Os/as descendentes não são migrantes, mas seguiu-se a mesma orientação para a identificação do transnacionalismo funcional, considerando que permite detetar desde um transnacionalismo mais fraco até o mais intenso. Assim sendo, três subcategorias foram incorporadas no guião da entrevista. Em primeiro lugar, “Visitas a Cabo Verde”, em que procurou-se saber se os/as participantes visitam, com regularidade, o país. De seguida, as “Redes de contacto no país”, porque o ser transnacional implica variados âmbitos, sendo uma das principais a manutenção de uma densa rede de comunicação e de relações além-fronteiras. Finalmente, “Práticas concretas”, em que se questionou acerca das atividades que

desenvolvem e que tenham impactos reais, neste caso, na sociedade cabo-verdiana. Já se sabe que nos Países Baixos, estas pessoas participam como trabalhadores/as, estudantes, ou seja, como cidadãos/ãs, possuindo a nacionalidade e plenos direitos.

No que toca a visitas, nove pessoas (das treze) estiveram, “muitas vezes”, de férias em Cabo Verde, enquanto os/as restantes foram entre duas e quatro vezes. Segundo os testemunhos, o primeiro grupo, em criança, ia, quase todos os anos, com os/as pais/mães. Verificou-se que desde que podem decidir por si próprios/as, já não vão com tanta regularidade. Quando vão, visitam, normalmente, apenas a ilha de onde os/as progenitores/as são originários/as, sentindo-se obrigados/as a dar atenção a familiares e conhecidos/as, sobrando-lhes menos tempo para outras atividades. Gostam de ir, mas, desejam, também conhecer outros destinos mundiais. Dos/as treze, somente duas intervenientes declaram ter estado noutras ilhas de Cabo Verde, para conhecer e desfrutar “*realmente*” férias. O depoimento da Sabrina (30 anos) elucida o que se acaba de descrever.

(...) por exemplo, já estive em Boa Vista e no Sal por alguns dias. Apenas como turista, por assim dizer. Gostei muito de ver e gostei muito de ser turista, porque quando vou a São Vicente, tens de comer em todo o lado, tens de ir àquele, depois tens de ir àqueloutro, depois tens de ir outra vez àquele, depois a outro, e se fores ao Sal e tal, sim, então é só férias. Então, realmente vês o país. Sim, fazes excursões e outras coisas.

Ao contrário do esperado, não se detetou uma relação entre o número de visitas a Cabo Verde e a identificação ao país. A participante que se identifica mais com a sociedade neerlandesa visitou, várias vezes, o país, tem uma viagem planeada, levando a filha pequena. Porém, deve-se frisar que o principal motivo das suas idas é a avó que regressou a Cabo Verde. Ela prevê que diminuem se a avó não mais lá estiver. Paralelamente, notou-se que os três sujeitos, que não dominam ou possuem pouco domínio da língua cabo-verdiana, estiveram menos vezes. Não deixam de ser interessantes para a análise deste tópico, pois que, embora, em criança, não fossem, com frequência, de férias a Cabo Verde, passavam-nas com familiares cabo-verdianos/as noutros países europeus, principalmente em Portugal. Um caso singular, na amostra, é o da Andreia (23 anos) que fala muito bem a língua e esteve, “*em criança, 2 ou 3 vezes*”, apenas, em Cabo Verde. Não tem recordações do país e diz não partilhar o sentimento de pertença. Aponta Portugal e Bélgica como os principais destinos de férias da família, onde têm parentes.

Anteriormente, enunciou-se que o transnacionalismo ‘cabo-verdiano’ não remete só às ilhas atlânticas, mas, que engloba uma vasta rede de relações e trocas regulares, que pode cruzar fronteiras nacionais e continentais (Góis & Marques, 2008). Na Europa, a proximidade geográfica facilita este fenómeno, como se pode observar. Repetidas visitas ao país ou às comunidades de origem são estratégicas para a criação de identidades transnacionais, de maneira quase impercetível (Duval, 2005 cit. Potter et al., 2009). Se só se atender a visitas a Cabo Verde e às comunidades diaspóricas cabo-verdianas, pode-se inferir que a maioria dos sujeitos foi exposto suficientemente ao ambiente, para conhecer o modo de ser cabo-verdiano e possuir redes sociais efetivas, indispensáveis para a existência de uma comunidade transnacional.

O segundo ponto explorado é a manutenção de redes de contacto no país. Os/as poucos/as entrevistados/as que têm familiares diretos em Cabo Verde (pai, irmã, avós, avôs) mantêm contactos muito frequentes com eles/as. Esta comunicação entre os dois países pode ser classificada como transnacional, pela sua qualidade. A totalidade dos sujeitos declara ter primos/as, tios/as e parentes mais afastados nas ilhas. Apesar de passarem grande parte das férias com estas pessoas, surpreendentemente, constatou-se que a maioria não mantém contactos regulares, fora desse período. Em contrapartida, declaram que estas redes persistem, porque os/as progenitores/as alimentam-nas e dedicam-lhes atenção. Entretanto, definiram-se quatro participantes como não dispor de relações em Cabo Verde, tendo-se incluído neste grupo o Roberto (21 anos), pela seguinte resposta:

se ele [o pai] liga, eu digo, 'Dê-lhes lembranças' (...). E às vezes converso com a minha avó, por exemplo, se eu atender o telefone e o meu pai não estiver em casa, falo um pouco com eles. (...) Eu nunca ligo para eles nem nada. (Roberto, 21).

Dos seis casos que mantêm um fluxo de comunicação (mais ou menos) frequente, percebe-se que são os únicos que, além de familiares, afirmam ter amigos/as em Cabo Verde. Os/as ascendentes de cinco deles possuem uma segunda habitação no país, o que implica que tenham “*vizinhas e vizinhos*”, que se tornaram amigas. A moradia própria que, no futuro, herdarão, talvez os comprometa a preservar as suas relações.

Pelas facilidades dos meios de comunicação digitais, era esperado um contacto mais regular. Justificam, muitas vezes, o fraco investimento nestas relações com a vida agitada dos Países Baixos, que demanda uma mentalidade mais individualista. Esta noção conflitua com a de comunidade, antes inferida, revelando, mais uma vez, a complexidade que define esta

população. Inclusive, alguns casos demonstram se sentir um pouco ‘culpados’ ou ‘envergonhados’ com a situação.

Sou ocupada, então realmente não tenho tempo para isso. Mas sim, quando posso, então tento enviar uma mensagem para eles, mas não é tão frequente ou algo assim. (Emília, 20 anos).

(...) nem sempre. Sou muito virada para mim mesma e as minhas coisas. Mas bem, sim... [procuro contacto] algumas vezes. (Rafaela, 20 anos).

Menos do que eu gostaria, mas, bem, de vez em quando, um... uma app [WhatsApp] ou algo no Facebook, só um ‘check up’, para ver como estão, desse lado. (Décio, 32 anos).

Considerou-se importante conhecer os canais utilizados pelos/as ‘cabo descendentes’ para comunicarem, tendo ficado evidente que recorrem, exclusivamente, às redes sociais digitais, mais rápidas e baratas. Na maior parte das vezes, a pergunta não chegou a ser concretizada, pois avançavam com a informação, ao serem inquiridos/as quanto a contactos. Além do *Facebook* e do *WhatsApp*, mencionaram o *Messenger*, o *Snapchat* e o *Instagram*. Na presente era digital, a realidade socioespacial é diferente. Mais do que uma forma de comunicar, estar *on-line*, tornou-se um modo de viver. Através do mundo virtual é possível descobrir-se novas maneiras de se ver e aos outros; de atuar, em simultâneo, em várias frentes e em diferentes locais do mundo e, à vista disso, reformular (auto)identidades (Vieira, 2011).

Todavia, enquanto “agregam” pessoas, estes canais, também as “segregam”, na medida em que fatores diversos podem concorrer para criar “novas formas de agrupamento e exclusões” (Vieira, 2011, p. 2). Um exemplo que se pode dar é que uma boa parte da informação sobre Cabo Verde circula em português, idioma que nem todos/as os/as ‘cabo descendentes’ dominam. Desta amostra, uma única pessoa fala português; outra comunica-se exclusivamente em inglês, (com os “*poucos*” parentes que o compreendem), e as restantes utilizam a língua cabo-verdiana, cada uma no seu nível específico. Duas intervenientes queixaram-se de estar incluídas em grupos de *WhatsApp* familiares, onde circulam muitas informações, mas, por não dominarem o português, não acompanham todos os assuntos. Já a pessoa que só fala neerlandês e inglês informa que, devido à barreira linguística, a sua rede ‘cabo-verdiana’ encontra-se, maioritariamente, fora das ilhas, espalhada por outras comunidades diaspóricas.

As comunidades transnacionais caracterizam-se pela existência de redes sociais densas e fortes entre pessoas que ficaram no chamado país de origem e outras que se encontram fora dele (Castles, 2005). Essa condição é imprescindível. Deteta-se a existência de pequenos grupos

transnacionais de parentesco, mas é-se obrigado a concluir que a maioria dos/as respondentes, neste momento e a título individual, não investe na manutenção de uma rede suficientemente forte, que possa sustentar uma comunidade transnacional.

A última subcategoria, designada “Práticas concretas”, encarregar-se-á de comprovar se os/as ‘cabo descendentes’ encontram-se envolvidos/as em ações, para que se possa identificá-los/as como transnacionais. Neste sentido, foram indagados/as se enviam dinheiro e outros bens materiais para a família em Cabo Verde, e se participam em atividades de doações, para ajudar pessoas necessitadas ou solucionar problemas estruturais nesse país.

Da análise das entrevistas, ficou perceptível que nove respondentes enviaram, no passado, e que, em média, participam, anualmente, em iniciativas de envio de bens materiais para Cabo Verde, sendo que os projetos partem, sempre, de outrem: pais, mães e outros/as familiares. Dos/as quatro participantes que negam tomar parte neste tipo de práticas, verifica-se que os/as ascendentes de três deles/as, também, não o fazem. O último alega que o pai não o envolve, não parecendo se importar. Igualmente, quatro entrevistados/as adiantam que, atualmente, mesmo os/as progenitores/as enviam, com pouca frequência, pacotes, remessas e o conhecido “tambor” ou “bidon”³². Por um lado, a investigação inclina-se para a conclusão de que a maior parte, simplesmente, dá uma pequena contribuição na prática transnacional de outras pessoas, por outro, torna-se explícito que os indivíduos veem esta prática como natural. Não são obrigados a participar, mas fazem-no de livre vontade.

Ah, na verdade: roupas usadas com o ‘tambor’. Cresci com esta ideia de que qualquer coisa que já não precisamos, ou roupas que não nos servem ou o que quer que seja, enviamos para ‘Cab Verd’. Sim, esse pensamento ainda prevalece. Este ano ou o ano passado revirei o meu guarda-roupa e tudo o que não precisava, dei para o ‘tambor’ e foram para Cabo Verde. Eu fiz isso com minha mãe. (Nick, 29 anos).

A minha mãe, sim, todos os anos, em abril, ela sempre manda um ‘bidon’ com coisas. Porque sim, temos tantas roupas que quase não usamos, então as mandamos embora. Geralmente em abril, para chegar em julho, quando os meus pais chegam lá, para que eles possam resolver tudo. E eu mando umas coisas para vender lá. (Emília, 20 anos).

Os meus pais vão mais vezes a Cabo, então eu realmente dou roupas, hum certas quantias para certos amigos ou parentes. Huum E, quando eu próprio vou, sempre levo extras. Ou vou lá com uma mala bem cheia de coisas novas (...) [para oferecer]. (Décio, 32 anos).

³² ‘Tambor’ ou ‘bidon’. Pequeno contentor ou bidão, feito de ferro ou de plástico, que os/as cabo-verdianos, tradicionalmente, utilizam para enviar bens materiais, de barco, para os/as familiares na terra natal.

Diferentes reações surgem ao se questionar se pretendem manter a tradição, quando os/as pais/mães não mais o fizerem, desde os/as que não sabem responder, aos/às que respondem que sim e, mesmo, que não, podendo as justificativas serem abaixo percebidas:

Os meus amigos [neerlandeses] também dão coisas, sabe. Eles simplesmente gostam destas iniciativas que temos. Eu posso metê-los nos contentores [de roupa e calçado], mas acho que nos Países Baixos há mais facilidades para quem não tem nada do que em Cabo Verde. (Sabrina, 30 anos).

Olha, eu penso assim: já estou a ir até vocês. O que posso fazer é envolvê-los quando estou lá, por exemplo, irmos jantar juntos. Mas não vou levar presentes para toda a gente. Eu quero que me vejam como 'Essa é a Cristina e ela está aqui para aproveitar as suas férias' e não a Cristina em 'oh, vou ganhar um presente dela'. Claro, eu sou uma pessoa bastante generosa. Se me pedes alguma coisa, eu nunca diria rapidamente não, a menos que seja algo realmente ridículo, como um portátil ou algo assim. (...). Mas supõe que me digas 'hey, podes me comprar um caderno e uma caneta?'. Claro que eu compraria, porque é para que possas desenvolver na escola. Esse tipo de coisas, aí, eu estou... Apoio totalmente isso, mas não é que digas: 'traz-me umas calças Adidas ou um boné Nike... Não (...). (Cristina, 21 anos).

De vez em quando, para os sobrinhos, uma coisinha, mas não necessariamente aquele 'tambor' que as pessoas faziam, mas tão só... se eu tiver uma coisinha pequena, mando pelo correio. Eu penso: só um presente, eu mando. Além disso, quando vou, levo coisas comigo, então sim. Mas não é tão grande como as pessoas costumavam fazer. (Duca, 28 anos)

No referente a outras iniciativas, como ajudas a causas filantrópicas e humanitárias, apenas um caso diz não se sentir “*muito facilmente*” atraído para colaborar, só porque beneficia Cabo Verde e os/as cabo-verdianos/as. Os restantes mostram-se dispostos a participar, mas justificando que a causa tem de ser importante, exprimindo ser mais generosos/as, quando a organização é sua conhecida e/ou quando favorecem lugares (ilhas, aldeias) da sua estima.

No ano passado, estive envolvida com o Clube São Nicolau. Porque ia fechar [falir] e tínhamos que angariar fundos e coisas assim. Quando este tipo de coisas acontece, fico sempre feliz por poder ajudar. (Duca, 28 anos).

(...), mas eles são primos meus, que estavam a angariar fundos, dando festas (...), para abrir uma padaria numa aldeia, em Sintanton (Santo Antão), então fui lá. Eu fui a uma festa e ainda, doei mais. Uma padaria numa aldeia local, em vez de terem de caminhar longe para comprar pão. E também pela oportunidade de emprego que oferece aos residentes. Por isso, doei. (Cristina, 21 anos).

Mas tenho vários amigos que são empreendedores e sempre que eles fazem certas coisas... Eu automaticamente vou a tudo o que eles organizam ou pelo menos apoio, por assim dizer. Quando é assim, estou um pouco mais *in the scene*, por assim dizer. (Décio, 32 anos).

Ao procurar analisar os sujeitos à luz dos contextos propostos por Grillo (2001), apresentados no enquadramento teórico, alguns encontram-se, pelo menos, no seu imaginário, *between* (entre) ou *betwixt* (fundidos) duas culturas, mas não entre dois países. No quotidiano, mostram-se mais envolvidos na resolução de problemas práticos, percecionados na sociedade neerlandesa. Assim, neste momento, encaixam-se melhor em situações de *staying on*.

No geral, percebeu-se que, para os/as descendentes, estas atividades não “constituem uma parte central” (Castles, 2005, p. 113) das suas vidas, como prevê a perspectiva transnacional. Uma percentagem muito baixa envolve-se, de maneira ativa e recorrente, em atividades que podem ser classificadas de transnacionais. Por sua vez, informam que a sua ascendência está mais imiscuída nestas práticas, como, aliás, concluem várias pesquisas consultadas sobre descendentes de imigrantes (Ham, 2008; Megens, 2011; Westerbeek, 2011). Entende-se este resultado como natural, pois ao nascerem e crescerem fora dos países ditos ‘de origem’, parece óbvio que tenham menos vínculos e relações. Tampouco o seu referencial é adquirido diretamente, pois depende do que os/as pais/mães e a comunidade lhes transmitem. Esta asserção revisita a importância do papel das redes sociais para os/as descendentes e pode justificar a suspeita de enfraquecimento de laços, com o passar das gerações. Entretanto, a consciência de que esta amostra é relativamente jovem, obriga a concluir que não tiveram tempo para acumular recursos sociais e económicos suficientes, para se firmar e posicionar na sociedade e tomar sérias decisões nesta matéria. O futuro dirá.

3.3 Cabo Verde como opção de futuro

Sobre o futuro, interpelou-se os/as respondentes se Cabo Verde seria uma opção, no mundo globalizado, em que nem sempre se está limitado a um espaço físico. Ainda, se se imaginam a contribuir para o desenvolvimento do país. Por um lado, identificou-se uma grande percentagem de não ou pouco ativos/as em atividades transnacionais. Por outro, a quantidade de interessados/as em saber o que podem significar para Cabo Verde revela-se, igualmente, elevada, mesmo que o viver em Cabo Verde, em modo definitivo, seja improvável, como garante a maioria. Alegam variados obstáculos, nomeadamente, a pobreza, a dimensão do país, o estilo de vida diferente e a barreira linguística.

Eu não penso assim. Acho que Cabo Verde ou (...) acho que São Vicente é muito pequeno para mim. Acho que talvez em Praia, sim. Eu não viveria permanentemente, mas poderia viver por muito tempo ou sim, São Vicente, talvez também, mas não poderia viver permanentemente. É muito pequeno e eu sou realmente uma cidadã do mundo. Eu gosto de viajar. Adoro conhecer novas culturas, por isso não poderia ficar permanentemente em Cabo Verde. (Alice, 30 anos).

Muito improvável. Eu amo muito Cabo, mas acho que nunca poderia realmente morar lá. Eu gosto muito dos Países Baixos, tudo é muito mais fácil aqui. Em Cabo é... sabes... difícil, também em termos de trabalho. Muito pesado... (Miriam, 21 anos)

Eu não conseguiria viver em Cabo Verde. (...) Eu não me vejo lá, porque eu sou tão ocidental, tão neerlandesa (...). Seria uma mudança e tanto para mim (...). Suponha que eu tenha de emigrar, porque não posso mais ficar nos Países Baixos, por qualquer motivo. Eu, definitivamente, iria para um... sim, país onde, digamos, eu possa falar inglês ou algo assim, percebes? (Sabrina, 30 anos).

Mesmo assim, muitos/as declaram disponibilidade para aí se fixar, por curtos períodos, para trabalhar, desenvolver iniciativas empresariais ou, mesmo, partilhar remessas sociais.

No meu trabalho... Neste momento, dizem... bem, podes trabalhar a partir de casa. Assim como hoje, estou em casa. Mas, de alguma forma, não é realmente estimulado e certamente, não, a partir do estrangeiro. Mas, eu adoraria. Espero que possa ser feito a longo prazo, porque, o trabalho que eu faço, trabalho como oficial de políticas, e agora mesmo, estou sentada atrás do meu ecrã... e também posso... não preciso de estar lá [no escritório]. Mas, gostaria que houvesse um projeto, por exemplo... E, eles dissessem, tu podes, tu podes vir aqui [para Cabo Verde] por um ano ou mais, eu realmente gostaria de fazer isso algum dia. Eu estou aberta a isso. (Duca, 28 anos)

Viver, viver, eu não acho, mas eu acho que sim... Se eu tivesse uma empresa ou algo do género, hein? Aí sim, eu iria por períodos mais longos. Estou disposto a isso, sim. (Décio, 32 anos).

Quando eu estava em Cabo [de férias], pensei em... oh, no hospital, [como seria] trabalhar lá, nas férias ou algo assim, pareceu-me interessante. Sim, isso seria bom, com certeza. Não falo muito bem a língua para tanto, acho, mas seria muito bom, sim. (Jenny, 27 anos, enfermeira).

Essa é uma pergunta muito boa, porque tenho pensado nisso por um tempo e acho que vou ser como a minha mãe. Porque, olha, a minha mãe nasceu em Cabo e ela quer voltar, e acho que se eu fosse morar em Cabo, acabaria por querer voltar para os Países Baixos (...). Porque estou tão acostumada aqui (...) Estou tão acostumada com o sistema, o transporte e tudo aqui, que a dado momento vou me cansar em Cabo, tipo... é tão diferente dos Países Baixos, que finalmente voltaria... Eu acho que eu só... eu gostaria de construir algo lá, em que eu iria e voltava, o tempo todo, assim... (Rafaela, 20 anos).

A Cristina conversa sobre a opção de emigrar para Cabo Verde, sem alegar motivos negativos, desde que as condições sejam favoráveis. Ela se apoia na rede de contacto criada.

Mas eu estaria, digamos, interessada em começar alguma coisa lá, mais tarde, por exemplo, um restaurante, ou algo, em que eu, definitivamente, esteja interessada. Puramente... só porque eu me sinto tão conectada aí. Então, eu também quero começar algo lá, que possa deixar algo para depois, por exemplo, digamos, para os meus filhos, então eu... sim, com certeza eu quero isso. Sim. E acho que pode ser uma opção para mim, mais rapidamente, em vez de dizer, vou para o Canadá ou algo assim. Porque sim, eu tenho essa conexão. Eu tenho... eu conheço o meu povo lá. Eu já tenho as minhas conexões lá, então seria mais fácil construir uma existência lá, porque eu já construí um círculo grande lá. (Cristina, 21 anos).

Outros dois participantes, que se mostraram abertos para a migração à origem, surpreenderam, porque encontram-se entre os casos que não mantêm uma rede de contactos ativa. Confiam, contudo, que ela existe e, numa eventualidade, pode ser acionada. Não seguem as notícias atuais do país, mas dizem procurar as informações que lhes interessem. Um coloca a possibilidade de emigrar na reforma e o outro mostra-se disposto a partir, a qualquer momento, caso possa garantir o necessário para lá viver.

Eu sou interessado pelo país, mesmo que não siga as notícias, porque, por exemplo, no futuro, se eu não quiser mais morar aqui ou assim, provavelmente vou para lá. Antes para lá do que para qualquer outro país. (...) quando eu achar que já tenha [ganhado] mais do que o suficiente, vou para lá viver os meus últimos dias. (Roberto, 20 anos).

Gosto da vida agrícola dos cabo-verdianos, de fazer grogue³³. Acho isso muito interessante. E se fosse possível levar ou construir as condições que preciso em Cabo Verde... sim, isso é definitivamente algo para o qual estou aberto, mas também para viver em Cabo Verde (...) Estou agora sentado aqui, num apartamento em Roterdão, cercado por todo o tipo de coisas artificiais (...) Em Cabo sim, ou vais à praia ou estás ao sol. Tu estás... de 9 em cada 10 vezes, estás na natureza. E aqui é tudo *urban*, por assim dizer. Lá é muito diferente. (Nick, 28 anos).

A emigração às origens não parece ser um fenómeno muito recorrente entre os/as ‘cabo descendentes’, embora uma das inquiridas tenha informado que possui familiares que, recentemente, se aventuram a residir e a trabalhar em Cabo Verde. É um pensamento que faz parte do imaginário dos indivíduos, percecionado, por alguns, como um sonho irrealizável, devido aos diversos impedimentos que preveem. As positivas recordações e experiências das férias levam-lhes a fantasiar sobre essa probabilidade, mas são cogitações, sem qualquer garantia de que, no futuro, as tornarão realidade. Perante a pergunta “qual o primeiro sentimento, quando pensa em Cabo Verde?”, o lema turístico (informal) do país, “no stress”, foi mais do que uma vez citado. Em oposição à vida agitada dos Países Baixos, apresentam a maneira de viver em Cabo Verde como simples, tranquila e ideal.

Dispondo de várias opções, estas pessoas podem alterar as suas decisões, de acordo com os acontecimentos que ocorrerão nas suas vidas. As identidades híbridas são, como anteriormente declarado, complexas e, aparentemente, discordantes. Nesta sequência, por ora, conclui-se que Cabo Verde é, para a maior parte desta amostra, um mero destino turístico, para onde pretendem viajar muitas vezes, pelas ligações afetivas às pessoas e à terra. De momento, não representa uma opção viável de futuro. Reunidas as condições, os/as ‘cabo descendentes’ estão inclinados/as a dar o seu contributo para o desenvolvimento do país, com projetos pontuais, de partilha da sua experiência profissional, através do empreendedorismo ou projetos filantrópicos. Estes resultados vão de encontro a Graça (2013), que detetou estas “três categorias de relações” com Cabo Verde (pp. 40–41).

³³ Aguardente de cana sacarina.

Capítulo 4 – A Cabo-verdianidade como uma identidade cultural plástica

Recorda-se que a socialização dos/as participantes na esfera privada revelou-se diferente da vivenciada na pública. Enquanto na primeira foi-lhes, informalmente, transmitida a cultura cabo-verdiana, na última, a neerlandesa foi difundida de maneira estruturada e formal, através de instituições estatais, de ensino, do mercado de trabalho, atividades recreativas, ou seja, contactos diretos e inevitáveis. É importante ter em conta que a aculturação acarreta mudanças psicológicas nos indivíduos, em que os elementos culturais podem se transformar e ganhar novos significados (Berry, 2017; Liebkind, 2006).

Neste momento da vida, apesar de a maioria se identificar como cabo-verdiano/a, os sujeitos indicam estar mais familiarizados com as regras e as normas sociais neerlandesas, e não preenchem os requisitos para serem considerados transnacionais. Tal não surpreende, dado que tendo nascido e sempre vivido nesta sociedade, são confrontados, diariamente, com o cumprimento das suas regras e expectativas. Por este motivo, decidiu-se partir do pressuposto de que a cultura neerlandesa é a dominante e de que a cabo-verdiana é a segunda cultura, sendo necessária a sua aprendizagem. Importa, ainda, lembrar que se conceitua a cabo-verdianidade como uma identidade cultural, que se caracteriza pela sua hibridez e simultânea singularidade, conforme se observou na apresentação do conceito e das particularidades históricas do povo.

De modo a compreender o quanto a cabo-verdianidade acrescenta ou contribui para a identidade dos/as ‘cabo descendentes’, neste capítulo, propõe-se analisar as seguintes categorias: o conhecimento da história e da cultura cabo-verdianas; o interesse pela atualidade cabo-verdiana; a identificação de vivências de cabo-verdianidade no quotidiano, destacando, o papel da língua cabo-verdiana; e por fim, o conhecimento e a importância de políticas do governo de Cabo Verde, para a sensibilização de descendentes de emigrantes, no sentido de mais envolvimento na sociedade cabo-verdiana.

4.1 O conhecimento da história e da cultura cabo-verdianas

A aprendizagem aculturativa, entendida como a busca de informações, é, a par com as condições aculturativas (o ambiente, em que os indivíduos cresceram e foram socializados), um

elemento basilar para a compreensão do processo (Rudmin, 2009). Sem vontade e dedicação para procurar e interiorizar dados, ou imitar exemplos, a aculturação fracassa. Assim, uma questão que se colocou aos/às intervenientes foi, se alguma vez, procuraram ativamente informações sobre a cultura e a história de Cabo Verde, conteúdos que não integram o programa de ensino neerlandês. Os/as participantes responderam afirmativamente, sendo que sete declararam ter realizado exposições orais ou escritas sobre Cabo Verde, durante o seu percurso académico, incentivados/as pelos/as pais/mães. Para isso tiveram de investigar factos.

No grupo 8 ou no grupo 7 fiz uma apresentação (*spreekbeurt*) sobre Cabo Verde... e sim, mesmo sobre a cultura, sobre as festas [populares] que fazem, o que celebram. E sim, eu também levei pastéis, ou “pastel”. E “doce d’côc” [doce de coco]. E aquele jogo, sabe? O “uril³⁴”, eu levei. Então sim, essa é a única vez que eu realmente pesquisei algo sobre o meu... realmente sobre isso, por assim dizer. De resto, não. (Sabrina, 30 anos).

Sim, eu procurei. Pelo menos, sei que sim. Provavelmente não sei muito sobre Cabo agora, mas talvez eu já tenha feito uma apresentação sobre Cabo Verde, ou duas. Sim, sim, no ensino primário e no ensino secundário (...). Então procuras mais informações, mas depois esqueces. (Emília, 20 anos).

Sim, eu fiz um *Minor* em ‘Trabalho em Países em Desenvolvimento’ e aí tive de fazer toda uma pesquisa sobre Cabo Verde ou melhor, eu escolhi fazer isso para o curso. Então sim, estou a par do que aconteceu em Cabo Verde. (Alice, 30 anos).

Um número pequeno de entrevistados/as voltou a pesquisar sobre estes temas, na idade adulta. Duas pessoas que, na infância, não tiveram acesso a estas informações, afirmaram ter, mais tarde, atualizado, um pouco, o seu conhecimento. Trata-se de indivíduos que não dominam bem a língua cabo-verdiana, supondo-se que não tenham sido estimulados anteriormente.

Nunca prestei muita atenção a isso. Um pouco mais, desde que sou membro da associação estudantil [africana]. O facto de eu ser membro do conselho, também fez-me sentir que deveríamos saber um pouco sobre a história de todos os países africanos. Aprendi algumas coisas lá, mas não muito. (Stef, 26 anos).

Eu realmente nunca pesquisei, mas uma amiga minha escreve um blog e eu li coisas aí. Mas, eu pesquisei sobre a independência, sim, sobre isso eu pesquisei. (Jenny, 27 anos).

Outros dois participantes manifestam ter frequentado aulas de língua e cultura, em Roterdão, embora o elemento ‘língua’ não será considerado, visto que no primeiro caso eram aulas de português (idioma não dominado pelo participante, no presente) e no segundo, a pessoa declarou não conseguir se exprimir na língua cabo-verdiana.

³⁴ Uril, Ouri, entre outras designações. Jogo africano que se processa sobre um tabuleiro com doze ‘casas’ e 48 sementes. Para uma melhor explicação, consultar a seguinte página: <https://www.ccems.pt/projeto/ouril/>

Sim, frequentei um clube, onde era suposto ter aulas de cabo-verdiano, no grupo 6 ou 7, mais ou menos, acho que foi nessa altura. É engraçado, porque deviam ser aulas de cabo-verdiano, mas eles nos ensinavam em português, então aquilo não me parecia muito correto, por assim dizer. (Décio, 32 anos).

Durante um tempo, eu tive aulas, aulas de cabo-verdiano com a Tomásia Teixeira. Então ela também me falou muito sobre Cabo Verde; muito mais do que ouvi em casa. E sim, como um cabo orgulhoso [que sou], quando me lembro de alguma coisa ou quero saber algo sobre o país, vou, vou pesquisar no google e nem sempre encontro tudo sobre Cabo Verde, mas às vezes encontro a informação que procuro. Assim, às vezes, leio sobre isso [cultura, história]. (Nick, 29 anos).

De todas, apenas uma pessoa é considerada, realmente, bem informada, embora alegue estar menos dinâmica do que antes. Como autora de um *blog* sobre cultura e história cabo-verdianas, recebe pedidos sobre determinados temas, o que a obriga a pesquisar. A sua motivação para o iniciar derivou, precisamente, da carência de informações sobre o país e a cultura, com que deparou, durante o seu percurso pessoal e académico.

Foi, por isso que comecei o blog, o blog sobre história que tenho. Sim, porque tu reparas que, na escola, não se fala nada de Cabo Verde e depois pensas, e então? E a nossa história, de onde? O que aconteceu em Cabo Verde? Foi assim que comecei a procurar. (..) Como eu estive no Brasil, eu aprendi português, quando era mais jovem. E sim, por isso eu conseguia ler os textos *on-line*, que encontrava. E a dada altura, pensei, vou reescrevê-los em neerlandês, para não os esquecer. E, em algum momento, pensei, vou colocá-los *on-line*, em algum lugar, talvez alguém queira ler também. Depois percebi que havia bastante entusiasmo e que muita gente estava à procura de mais saber sobre a nossa história. (Duca, 29 anos).

Além do tema não fazer parte do programa escolar oferecido aos/às ‘cabo descendentes’, no seio familiar, várias razões concorrem para não terem acesso a este conhecimento. Pelos testemunhos, descobriu-se que, muitas vezes, os/as pais/mães, que são as pessoas mais evidentes para o transmitir, não o possuem, devido ao seu baixo nível de escolaridade; ao facto de, no tempo colonial, terem estudado, somente, a história e a cultura portuguesas; ou, até, ao seu desinteresse pelo tema, mais preocupados/as com o trabalho e os assuntos diários. Os/as intervenientes mais bem informados/as coincidem com aqueles/as, cujos/as progenitores/as, independentemente do nível de escolaridade, cuidaram que estivessem muito envolvidos/as na comunidade, o que confirma a potência do capital social. No presente, na faixa etária em que se encontram e com o nível académico alcançado, dirigem-se menos aos/às ascendentes para obter informações, preferindo pesquisar na *internet*.

Os sujeitos conhecem a história cabo-verdiana em traços gerais, sem saber precisar detalhes. Para mais de metade dos/as inquiridos, o conhecimento pode ser considerado fraco, ao passo que sobre a cultura avalia-se que estão mais bem instruídas. Reconhecem passagens, oralmente transmitidas por familiares e amigas, ou encontradas *on-line*, por exemplo, em

grupos do *Facebook*, geridos por pessoas de origem cabo-verdiana nos Países Baixos. Foram mencionadas as páginas *Wij zijn Cabo's* (Nós Somos Cabos) e *Cabo's Bijeen* (Cabos Unidos). Inclusive, ao longo da sua vida, presenciaram diversas manifestações culturais. Pelos meios referidos, adquiriram noções sobre crenças, costumes, tradições e festividades. Assim, no tocante à cultura, para alguns/algumas participantes, o saber é vasto e, para outros/as mais escasso. Contudo, sem exceção, revelam interesse em conhecer e pesquisar mais sobre ambos os temas. Após a conversa, houve, mesmo, quem declarasse que trataria de se atualizar, opinando ser importante estar mais esclarecida, ao se identificar como “*cabo-verdiana*”.

Entre os motivos que desencorajam uma procura mais ativa de informações, percebe-se as faltas de incentivo, mas também de iniciativa própria e de aplicação prática do conhecimento. Na atualidade, muita informação está disponível nos meios digitais, podendo ser encontrada, caso haja curiosidade e interesse. Os indivíduos pesquisam, pontualmente, sobre determinados temas, ficando, por vezes, satisfeitos com as descobertas e, por outras, não, por esta informação não estar disponível em neerlandês, língua que melhor dominam.

4.2 O interesse pela atualidade cabo-verdiana

Em seguida, inquiriu-se os/as intervenientes sobre o nível de conhecimento de notícias atuais sobre Cabo Verde. Tal, para perceber o quão interessados/as ou envolvidos/as estão na sociedade cabo-verdiana. Similarmente, era intenção conhecer os canais que utilizam para recolher as informações. O que se descobriu é que uma ínfima percentagem dos/as participantes segue o que, no presente, acontece em Cabo Verde (cerca de 15%). A título ilustrativo, apresentam-se abaixo algumas reações, que justificam a conclusão de que os/as ‘cabo descendentes’, pelo menos, nesta faixa etária, não se mostram inteirados/as sobre o que se passa no país de origem dos/as progenitores/as.

Não, nada mesmo, não. (Stef, 26 anos).

Não. Bem, heee... as únicas notícias que recebo é quando meu pai começa a reclamar da política lá (risos). (Roberto, 21 anos).

Não, na verdade não. Eu nem acompanho as notícias neerlandesas, ...então não. Às vezes eu ouço alguma coisa que a minha mãe comenta, aí eu penso: a sério? Mas, não, não estou "up to date". (Rafaela, 20 anos).

Não, e não há necessariamente... Não há necessariamente uma razão para isso. Eu realmente acho que tem a ver com, exatamente o que acabei de dizer, que como não fui incentivada para isso [pelos pais], não tomo a iniciativa de procurar, sim é isso. (Andreia, 23 anos).

Não, não. Às vezes eu assisto [alguma coisa] na TV, em casa dos meus pais, mas... Não é que eu realmente procure, por conta própria ou algo do tipo. (Miriam, 21 anos).

Encontram-se mais voltados/as para expedientes, de cariz pessoal e rotineiros, alguns/algumas, nem sequer, seguem as notícias mundiais. As poucas pessoas que dizem estar a par de certos acontecimentos procuram informações de forma pouco assídua. Por casualidade, têm acesso a algum dado ou episódio, em casa dos/as pais/mães, através de conversas, do rádio e da televisão. Mas, nesta fase, ou moram sozinhas ou privilegiam companhias que, igualmente, não são ativas na procura de informações sobre Cabo Verde. Através das redes sociais digitais que seguem deparam, por vezes, com notícias, partilhadas por outras pessoas ou grupos.

Antigamente, um pouco mais do que agora. Agora é se passam nas minhas redes sociais, mas antigamente eu realmente procurava com mais frequência e, em casa, tínhamos o rádio sempre ligado. Quando eu morava com os meus pais (...). Agora, um pouco menos. Agora, sigo quando tenho de procurar algo para os meus clientes. Mas, eu sempre gosto de pesquisar coisas sobre a cultura, de qualquer maneira, então, se deparo com algo, leio. (Duca, 28 anos).

Sim, sim, [mas,] não muito. Mas, ocasionalmente, sim. (Alice, 30 anos).

Não, mas, às vezes eu vejo, já sabes como é... De vez em quando, deparas com algo no *Facebook*. Sim, *Facebook*, ou então, através da família, principalmente pela minha mãe, que de vez em quando compartilha. Assim, eu vejo o que está a acontecer em Cabo Verde e tal, mas não é... *Ya*, não que eu realmente pesquise embora, na verdade, eu deveria fazer isso. (Emília, 20 anos).

Face às reações recolhidas, não se pode declarar que os/as ‘cabo descendentes’ procurem, ativamente, informações sobre a atualidade cabo-verdiana e, muito menos, que estejam bem informados/as. Há que reconhecer que são escassos os canais informativos sobre Cabo Verde, com qualidade e que tomem em consideração as limitações linguísticas, ou outras, dos/as descendentes de imigrantes. Esta pode ser uma explicação para a sua aparente falta de informação.

4.3 A identificação de vivências cabo-verdianas no quotidiano: a língua cabo-verdiana

Antes do início da escrita deste projeto, era do conhecimento que, se se considerar as diversas comunidades diaspóricas cabo-verdianas, os/as descendentes de cabo-verdianos/as nos Países Baixos são os/as únicos/as que utilizam a palavra ‘cabo’, na sua gíria. Evitou-se a

utilização da designação, mas mesmo assim, todos/as os/as entrevistados/as a empregaram a dado momento, constando nalgumas entrevistas repetidas vezes. Esta observação justificou o título da dissertação (“Cabo descendentes nos Países Baixos”), por traduzir, de forma inequívoca, o grupo. O interessante é que este atribui diferentes significados à palavra ‘cabo’, empregando-a, não só para se autointitular, como para se referir a Cabo Verde, ao seu povo, à sua língua, entre outros sentidos. A conferir nas seguintes falas: “*sou 100% cabo*”; “*eu sou sangue cabo*”; “*eu não sei falar cabo*”; “*é aquele cabo feeling que não tenho*”; “*não sei muito sobre Cabo*” “*a minha mãe nasceu em Cabo*”, “*isto é mesmo uma coisa de cabos*”.

A análise das trajetórias pessoais dos sujeitos revelou que assimilaram e adotaram várias normas e valores da cultura cabo-verdiana no seu modo de ser e de estar. Esta cultura é assumida como parte integrante da sua identidade. De entre as vivências cabo-verdianas mais significativas, a hospitalidade do povo cabo-verdiano, anteriormente apresentado, como a música e a gastronomia tradicionais, revelaram ser os aspetos mais referidos pelos/as respondentes.

No que toca à minha música, começo todas as manhãs com a Cesária³⁵. Sim, eu simplesmente a amo. Relaxa-me, por assim dizer. Eu simplesmente amo... digamos, a música antiga de Cabo Verde, não aquela coisa nova, só a antiga (...). Não cozinho muita comida cabo-verdiana, porque é demasiado rica em hidratos de carbono. Por isso, não (risos), eu não faço muito, mas quando faço, aprecio muito. (Sabrina, 30 anos).

De música, eu tenho uma *playlist* inteira. Gosto de tudo, morna, batuku, funaná³⁶, principalmente as canções cabo-verdianas mais antigas. Sim, adoro música cabo-verdiana. (Miriam, 20 anos).

Cresci com as normas e os valores cabo-verdianos, com a comida e a música e o sentimento de, sim, de família (...). Eu cozinho cabo-verdiano, sei fazer algumas coisas, mas não tudo. Não sei fazer *catchupa* [cachupa], por exemplo. Mas, arroz com atum, *fedjos* [filhoses] e grão [de bico], sei fazer. (Alice, 30 anos).

(...) são as pequenas coisas como toda a gastronomia cabo-verdiana, mas também certas normas e os valores que tenho. Estes realmente são... estás ciente em como, oh sim, somos mesmo cabo-verdianos e não neerlandeses. O que é típico? Sim, comer comida quente de manhã. Porque eu... pão... não consigo, de manhã. Música crioula... Isso é realmente algo que eu... eu não sei... simplesmente, cresci com isso. E repara, a culinária, eu não sei fazer cuscuz nem *catchupa*, infelizmente (risos), mas é uma coisa que eu... é uma coisa que eu quero muito aprender, até porque, isso faz parte da cultura. E para meus filhos, mais tarde, sabes, tenho de repassar isso, de qualquer maneira (Andreia, 23 anos).

Na música, percebes que tiveste uma educação diferente dos teus colegas que, por exemplo, têm uma origem diferente. Acho que é um pouco de (...) hábitos e como você se sente. Porque há muitas coisas, em que não te sentes em casa na sociedade neerlandesa e isso te faz sentir mais cabo-verdiana. (Duca, 28 anos).

³⁵ Cesária Évora, famosa cantora cabo-verdiana.

³⁶ Géneros musicais cabo-verdianos.

Segundo os depoimentos, a cabo-verdianidade é perceptível em pequenos detalhes. Como previamente se evidenciou, ao interagir, os indivíduos interpretam, copiam e imitam hábitos e narrativas, ficando estes visíveis na sua aparência, nos gostos, nas ações e, até mesmo, na linguagem que utilizam. Em consequência, crê-se que a aculturação remodela as identidades étnicas, gerando alterações culturais diversas, desde mentalidades a comportamentos. Liebkind (2006) ensina que “a identidade étnica é uma parte saliente do processo de aculturação” (p. 81).

Repetes automaticamente as tradições cabo-verdianas. Sim, os hábitos cabo-verdianos, digamos assim. Procedes automaticamente (...). (Jenny, 27 anos).

Geralmente, ouço, seja de pessoas de fora ou de parentes, pessoas que sabem como são os cabos, dizem-me: ya, isso [um certo comportamento] é realmente uma coisa de cabos; aí eu penso: ah ok! (Roberto, 21 anos).

Nas interações sociais, os grupos e os indivíduos decidem os critérios para criar as fronteiras entre grupos, sendo a cultura e a língua, os mais importantes (Barth, 1998; Phinney & Ong, 2007). Estas duas dimensões exercem uma enorme influência na construção da identidade da pessoa e, no caso dos/as ‘cabo descendentes’ parecem estar inextricavelmente ligadas. A cultura, e em particular, a língua cabo-verdiana (*kriol* ou *kriolu*) foi, tantas vezes, referida por diferentes entrevistados/as, que se decidiu torná-la uma subcategoria de análise, por si só.

A língua mais utilizada, e em que se expressam mais fluentemente, é o neerlandês. Sem dúvida, porque nela receberam socialização formal, como antes se evidenciou. No mundo escolar e laboral, esta língua é necessária e obrigatória. Mesmo assim, das treze pessoas, dez dominam “*bem*” ou “*muito bem*” a língua materna dos/as progenitores/as, tendo aprendido com eles/as; duas não falam muito bem, em que uma diz compreender bastante bem, porque o pai e a mãe “*falam cabo entre si*” (Jenny, 27 anos), enquanto outra manifesta que “*se falarem muito rápido, não entendo nada*” (Stef, 26 anos). Apenas um caso não consegue comunicar minimamente nesse idioma.

Para compreender o quanto a língua cabo-verdiana é empregue, questionou-se que idioma/s os indivíduos mais falam em casa e no seu círculo de amigos. Constatou-se que no círculo privado, entre os membros da família e as amigas de origem cabo-verdiana, o idioma neerlandês ocupa a primeira posição. Carling (2008) e Graça (2013) haviam verificado que este grupo se exprime numa mistura de crioulo com neerlandês, com predominância deste último.

Sim, eu falo bem [cabo-verdiano]. Ele [o pai] fala cabo-verdiano, eu respondo em neerlandês, ou às vezes, também em crioulo. (Roberto, 21 anos).

Neerlandês. Eu só falo crioulo com a minha avó e com o meu pai. [Com amigos] Só quando queremos focar (risos). Se não queremos que ninguém ouça [entenda], conversamos em kriol. (Sabrina, 30 anos).

Em casa, a [língua] neerlandesa e a cabo-verdiana. Com os meus amigos, só neerlandês, na verdade. (Emília, 20 anos).

Em casa, principalmente o neerlandês. Quando a minha mãe veio para os Países Baixos, ela queria muito aprender o idioma, então falávamos principalmente neerlandês. Mas sim, também o cabo-verdiano, porque até os meus 4 anos eu nem sabia falar o neerlandês. Ambos, na verdade, mas principalmente o neerlandês. (Alice, 30 anos).

Para a sua ascendência, a aprendizagem de uma nova cultura e língua estrangeiras pode ter sido percebida como um choque cultural. Efetivamente, à chegada aos Países Baixos, estes/as imigrantes depararam com muitas dificuldades, devido ao não domínio da língua, explicando este facto, ainda hoje, o nível não ideal de capital social e de formação académica atingido pela sua descendência (Choenni, 2004; Freitas, 2016). Na tentativa de evitar que os/as filhos/as passassem as mesmas adversidades, muitas pessoas optaram por adotar o neerlandês, no meio familiar. Conjuntamente, as expectativas assimilacionistas da sociedade neerlandesa podem ter pressionado os indivíduos a priorizar este idioma. Não sendo o caso da maioria dos elementos da amostra, estes acusam, porém, a existência de ‘cabo descendentes’ que não conseguem se fazer compreender na língua cabo-verdiana, demonstrando alguns indivíduos uma certa incompreensão para a situação.

É aquela coisa, porque eu realmente conheço muitos jovens da minha idade que não sabem falar cabo. (Emília, 20 anos).

(...) por exemplo, quando olho para uma sobrinha minha que não fala uma palavra de cabo-verdiano e nunca esteve em Cabo Verde. Em princípio, ela na verdade não tem nada a ver com Cabo Verde, então se as coisas já deram errado com ela... Não quero dizer errado... Mas se as coisas já correram assim com ela, então com os filhos dela, eles certamente não vão conseguir, a menos, é claro, que o pai deles o faça. Mas digamos que o pai também não tem muito a ver com Cabo Verde (...). (Cristina, 21 anos).

(...) eu conheço pessoas que, por exemplo, são cabo, mas foram criadas muito neerlandesas; não falam cabo, por exemplo. Eles realmente não sabem quase nada e tal e... Às vezes, em conversa com eles, eu penso, mas como é que tu não sabes isso? Todo o mundo, todo o cabo sabe disso. Percebes? Por exemplo, quando se trata de música ou coisas que todos nós vivenciamos. Noto que tenho muito em comum com, digamos, todos os meus verdadeiros amigos cabo, que realmente foram criados assim; assim como eu. E aí eu tenho, por exemplo, um que não fala nada da língua, por exemplo, por assim dizer. E aí eu penso: sim, mas... como é isso possível? (Rafaela, 20 anos).

Os cabo-verdianos em Amsterdão, literalmente, a maioria deles fala crioulo. Mas o que percebi nos meus primos e primas de Roterdão, eles não dominam a língua, embora estejam rodeados, na sua maioria, por cabo-verdianos. Ya, eu acho isso muito estranho, na verdade. (Roberto, 21 anos).

Em maior ou menor grau, os/as ‘cabo descendentes’ foram expostos/as à língua cabo-verdiana ou, pelo menos, estão conscientes da sua existência, desde a infância. Os/as que a dominam, mesmo que parcialmente e, ainda que nem sempre a utilizem, veem-na como parte integrante e natural da sua identidade. Os/as que não a dominam, na verdade, têm pena de não o fazer. Por exemplo, Jenny (27 anos), como enfermeira, foi chamada a auxiliar o trabalho de parto de uma senhora cabo-verdiana que não falava o neerlandês, tendo, nesse momento, se sentido frustrada com o seu fraco vocabulário. Diante disso, ela insiste com os avôs e as avós para conversarem em crioulo cabo-verdiano com a sua filha. Também Nick (28 anos) desabafa do seguinte modo:

Uma coisa de que me res senti, por muito tempo, com minha mãe é por ela nunca me ter ensinado *kriol*. Já superei isso, porque já tenho idade suficiente para aprender sozinho, mas é algo que eu gostaria de ter aprendido quando era pequeno. Por isso, com certeza, que eu quero oferecer aos meus filhos essa oportunidade, sim, essa opção.

Na ausência de estímulo, em criança, para aprenderem a língua cabo-verdiana, tanto a Jenny como o Nick tomaram a decisão de facilitar esta competência aos/às (futuros/as) filhos/as. Esta atitude significa que identificaram esta lacuna na construção da sua própria identidade. A língua é um marco importante para a identidade, principalmente para a de minorias étnicas, porque reforça a identificação ao próprio grupo, assim como a distinção em relação a outros (Phinney & Ong, 2007). Com efeito, os/as ‘cabo descendentes’ parecem ver na língua cabo-verdiana, um instrumento que lhes permite demarcar de outros grupos existentes na sociedade neerlandesa, enquanto é, obviamente, indispensável para poderem comunicar com as suas relações, seguir os acontecimentos em Cabo Verde e manter-se interessados/as nessa sociedade.

Além disso, observam-se outras vantagens do domínio do crioulo cabo-verdiano. A Rafaela (20 anos) opina que o facto de ela ter sido educada bilingue, facilitou-lhe a aprendizagem de outros idiomas.

Aprendes, também a lidar muito bem com idiomas. Por exemplo, eu falo neerlandês fluentemente, mas falo inglês fluentemente, e já falei francês muito bem, por um tempo, e falo cabo. Aprendes a lidar com idiomas, então sim, sim, é realmente um *skill* (...).

Suficientes estudos científicos confirmam que a aprendizagem de uma segunda língua melhora as habilidades cognitivas dos indivíduos, favorecendo a aquisição de competências interculturais (mais aceitação e tolerância das diferenças culturais entre pessoas) e de novas

percepções sobre visões do mundo e maneiras de se relacionar (Block, 2009). Por isso, subentende-se que estas aptidões formem a base para a construção de identidades mais abrangentes e inclusivas. Não só auxiliam os/as descendentes a estabelecer vínculos dentro da sociedade multicultural neerlandesa e com residentes das ilhas atlânticas, como para atuar, a partir de uma excelente posição, no mundo globalizado contemporâneo.

O conhecimento que possuem da cultura cabo-verdiana foi transmitido, de forma informal e não estruturada, mesmo para os dois elementos que frequentaram clubes para a aprendizagem da mesma, em criança. Por essa razão, ao se considerar o todo identitário dos/as descendentes, nota-se que esta cultura se encontra numa posição de desvantagem relativamente à neerlandesa, a qual foi vinculada por meios oficiais. Esta declaração leva a inferir que a aprendizagem aculturativa do lado cabo-verdiano da sua identidade carece de ser disseminada por vias formais, se se quiser que ela subsista. Na diáspora, sugere-se que possa ser organizada, em primeira instância, por intermédio de associações étnicas, onde se prevê que haja interesse, pessoas preparadas e com um nível de capital social que permita atingir este objetivo.

4.4 Políticas do governo de Cabo Verde para a sensibilização dos/as descendentes de emigrantes

Para saber se Cabo Verde empreende ações de sensibilização dos/as descendentes de emigrantes, de forma a manter laços com o país, entrevistou-se um elemento do Ministério das Comunidades. Este garantiu que Cabo Verde aspira envolver a diáspora, mais intensamente, no quotidiano do país, visando a prossecução da meta em se afirmar como uma Nação Global. Da sua larga experiência profissional, tendo desempenhado funções em várias instituições orientadas para as comunidades no estrangeiro, a colaboradora manifesta que vários projetos e políticas têm sido criados, pelos diferentes governos, com este intuito. Por sua vez, os representantes da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos, entrevistados no âmbito desta pesquisa, confirmaram que, realmente, têm sido apresentadas propostas importantes, mas que muitas não chegam a ser executadas. Na sua opinião, a comunidade está aberta a iniciativas mais concretas.

A informante do governo reconhece o problema, o qual é causado, principalmente, pela falta de documentos com dados fiáveis sobre as comunidades, pela escassez de verba e pelas mudanças partidárias no governo, que impedem a continuidade das iniciativas. A título informativo, participa que o Ministério das Comunidades, formado em 2021, espera contornar os obstáculos com um novo documento, já apresentado publicamente (OM/CP, 2022) e a aguardar aprovação do Conselho de Ministros: o Plano Estratégico das Comunidades 2022-2026³⁷.

O Plano baseia-se em dois pilares que demonstram uma ambiciosa vontade de envolver a população cabo-verdiana no estrangeiro nas decisões e interesses do país, a nomear: “pilar I) dar centralidade à diáspora e aos seus descendentes e fazer com que as comunidades no exterior sejam uma extensão das nossas ilhas” e “pilar II) assumir a nação cabo-verdiana como uma nação global e desenvolver ações que permitam a afirmação e a projeção da sua identidade nos países de acolhimento, tendo em vista a sua expansão no mundo” (*Plano estratégico das comunidades 2022-2026*, 2022). O documento menciona sete eixos a alcançar até 2026 e setenta e dois produtos ou projetos concretos.

Os sujeitos em estudo foram questionados quanto ao conhecimento de políticas ou programas do governo cabo-verdiano, a eles direcionadas. Na totalidade, apresentaram respostas negativas: nunca ouviram falar de políticas ou programas, nem foram convidados a participar em projetos ou eventos, nos Países Baixos, organizados pelo governo atual ou os anteriores, tendo como enfoque os/as descendentes. Alguns desculparam-se de que o seu desconhecimento poderia derivar do seu insuficiente envolvimento na comunidade. Uma participante expôs o seu descontentamento sobre a única política que conhece: dos/as descendentes adultos/as, como não naturais, pagarem uma taxa, para entrar em Cabo Verde.

Não sei. Mas pronto, só sei que agora tenho que pagar 30 euros para entrar em Cabo. Quando eu sou sangue cabo. E eu não concordo com isso, mas... vá, isso é realmente tudo o que eu sei. (Rafaela, 20 anos).

³⁷ À data de submissão deste trabalho (Abril de 2023), o documento não havia sido publicado. Foi permitida a sua consulta pela investigadora, mas, continua a ser um documento interno, não se podendo, ainda, facultar um *link* para a sua visualização. A notícia da apresentação foi encontrada em <https://inforpress.cv/plano-estrategico-da-diaspora-vai-dar-mais-centralidade-as-comunidades-cabo-verdianas-ministro/>

Face às respostas negativas, optou-se por perguntar aos/às ‘cabo descendentes’ se viam a importância ou a necessidade deste tipo de políticas. Três indivíduos afirmaram não pretender envolver-se em iniciativas provenientes do governo cabo-verdiano, assim como não acreditam que este poderá exercer alguma influência no seu modo de ser, estar ou pensar. Em contrapartida, os/as restantes expressaram, com entusiasmo, diversas ideias, passando-se, de seguida, a partilhar, as mais pertinentes.

Eu penso que sim. Quer dizer, [descendentes] são filhos de cabo-verdianos e, na verdade, também és cabo-verdiano, só que nasceste noutra lugar. E sim, faz parte da tua identidade, portanto de quem és. Assim, eu acho que eles [governo] poderiam mesmo dar mais atenção a essas crianças, para que elas se sintam mais ligadas a Cabo Verde. Porque algumas crianças não têm nada: não sabem nada sobre Cabo Verde. Não falam a língua, não conhecem os costumes e... assim, acho uma pena que eles [governo] não tenham entendido isso. Seria bom se isso fosse mais promovido, na verdade. (Cristina, 21 anos).

Sim, eu acho que se queres preservar a cultura, é importante que haja investimento na juventude. Para que ela saiba de onde vêm os antecedentes. E que existam iniciativas como essa, onde esses jovens possam se unir e... Só isso já é um passo na direção certa (...) Eu acho que é importante que se houver essas divisões [Ministério da Comunidade], que estão lá para a diáspora, elas [as comunidades diaspóricas] devem ser assumidas, então... Isso é o trabalho deles. Se querem investir nisso, se há um ministério para isso, então... Se esta instituição está lá, eu sei que há muita gente que gostaria de ajudar. Se estimulado o suficiente, (...) acontece. (Nick, 28 anos).

Acho que há bastante proveito para o próprio país e para os descendentes aqui, porque sim, acho que muitas pessoas têm um bom relacionamento com Cabo Verde e às vezes pensam ‘o que é que eu poderia fazer lá?’ Porque todo o mundo pensa assim: queremos melhorar o país lá, mas queremos ficar aqui nos Países Baixos. Mas porque não podemos ir lá e melhorar o país? (Stef, 26 anos).

Sim, claro, acho que eles podem tirar muito proveito, digamos. Não só aqui nos Países Baixos, mas simplesmente de todos: todos os descendentes. Nós somos, digamos, a geração que estudou no exterior. Todos nós adquirimos conhecimento. Se eles.... Eu também tentei por um longo tempo, mas acabei por ir fazer um estágio no Brasil. Mas tentei muito, para ver se conseguia um estágio em Cabo Verde, porque eu ... eu pensei, então? Afinal? Eu vou fazer alguma coisa por Cabo Verde. Eu não me importava. É um país familiar para mim. Mas... eu não consegui. Então, foi assim que acabei no Brasil, enquanto acho que podiam obter muito conhecimento de nós, sobre como se faz na Europa ou como eles fazem na América. (Duca, 28 anos).

Desde logo, salienta-se que os/as respondentes chamam a atenção para a necessidade de um olhar mais atento do governo à camada jovem. Pedem que os/as descendentes sejam reconhecidos/as como cabo-verdianos/as, nascidos “*noutro lugar*”. Acredita-se que só assim poderão representar e garantir a continuidade e o futuro da comunidade e da diáspora. Nesta continuidade, é fulcral que conheçam as suas origens e a respetiva cultura. Quando, por algum motivo, esta socialização não é transmitida no meio familiar, mas existe um órgão oficial, cuja função é envolver a diáspora na sociedade cabo-verdiana, como o é o Ministério das Comunidades, esperam que este assumo o compromisso.

Entretanto, com as políticas ou programas, antevem e bem, proveitos para eles/as próprios/as e para Cabo Verde. Para a construção de uma identidade madura e satisfatória, livre de dúvidas, julga-se importante que recebam apoio, para que possam compreender e processar os vários elementos que compõem o seu “eu” social. Simultaneamente, para acederem a informações necessárias para manter abertas as diferentes oportunidades de futuro, que julgam ser mereceres/as. O depoimento de Stef (26 anos) demonstra que Cabo Verde não faz parte dos planos futuros de muitos/as descendentes, por ignorarem os papéis que lá podem desempenhar. Infere-se que esta declaração seja motivada pela insuficiência ou desconhecimento de fontes oficiais traduzidas, sobre os trâmites para investir no país, por exemplo. Caso não sejam demasiado complexos, acredita-se que os/as descendentes poderão, nesse campo, melhorar as suas condições económicas e em consequência, expandir as remessas financeiras de Cabo Verde.

No referente a este tipo de remessas, por terem menos ligações e conexões em/com Cabo Verde, os/as ‘cabo descendentes’ podem não as enviar com a mesma frequência que os/as progenitores/as, mas devido aos seus salários mais elevados, têm a possibilidade de transferir montantes superiores; despender quantias maiores, quando em férias; assim como entrar, mais facilmente, em investimentos e contratos comerciais, se avistarem oportunidades para tal. E se é verdade que se nota uma subida da taxa de pensionistas a regressar à terra natal (INE-CV, 2021), espera-se que, pela sua forte ligação à família, os/as descendentes acabem por manter ou, mesmo, intensificar os contactos, visitas e remessas, para apoiar os pais, mães, avôs ou avós. Mesmo a emigração temporária ou definitiva revela-se um provável desfecho, atestada em estudos sobre outras comunidades. Consultar, por exemplo, as pesquisas sobre o transnacionalismo e a emigração de descendentes de trindadenses (Conway et al., 2008; Potter et al., 2009) e de italianos/as (Wessendorf, 2016). Volta-se a realçar que a alteração das circunstâncias pode desencadear mudanças de estratégias e, mesmo, de identidades.

De igual modo, os indivíduos demonstram a vontade de partilhar remessas sociais ou, como profere a Duca (28 anos), “*conhecimento*”. A formação educacional e académica alcançada por muitos/as ‘cabo descendentes’ torna-os profissionais altamente qualificados/as, valorizados/as e procurados/as, a nível mundial. A globalização promoveu a transferência do conhecimento e da tecnologia, a internacionalização dos mercados de trabalho, os empregos

temporários ou à distância (Domeniconi & Baeninger, 2016). Nota-se que a camada jovem é a que mais adere a carreiras internacionais, pelo domínio de competências digitais requeridas e o espírito aventureiro. Estes talentos não são movidos, apenas, por razões económicas, mas também por interesses de desenvolvimento pessoal (Ramos, 2014). Estando dispostos a partilhar saberes, experiências e competências, entende-se que grandes ganhos poderão propiciar aos países a que os destinarem: o chamado *brain gain* (ganho de cérebro ou ganho intelectual). Estudos há que comprovam que migrantes qualificados/as e a sua descendência forjam diversas iniciativas, puramente motivadas pelo desejo e, por vezes, sentimento de obrigação, de compensar o país ‘de origem’, gerando retornos desta natureza (Siar, 2011).

Se a informação sobre políticas para os/as descendentes alguma vez existiu, esta não os/as alcançou. Em seguida, foi-lhes perguntado que canal ou canais deveriam ser utilizados nesse sentido. Um único caso prefere folhetos, porque assim corre menos riscos de perder ou esquecer a informação, enquanto a esmagadora maioria declara a via digital como preferencial.

Porque eu sei que *social media* está na moda, eu acho que.... Repara, exatamente como e o quê [deve ser feito], eu não sei, mas eu acho que dessa forma, talvez, realmente possam seguir. Por exemplo, eu não os [os mais jovens] vejo a ler o jornal nem nada, mas ya... Toda a gente tem o telemóvel na mão o dia inteiro, assim, já se está lá e, num instante, vês isso [informação] passar. (Andreia, 23 anos).

De qualquer forma, através de *social media*. Jovens, de qualquer maneira... na verdade, todo o mundo está nas redes sociais, quase o dia todo, por isso acho que a coisa mais fácil seria tentar alcançar todos através das redes sociais. (Míriam, 21 anos).

Pela internet. Eu acho que se iria encontrá-la [informação] lá mais rapidamente. Por exemplo, Facebook ou Instagram. Acho que se pode alcançar uma comunidade maior e mais rapidamente (...). Por exemplo, existe aquele grupo “Cabo’s Bijeen” [Cabos Unidos] ... (Jenny, 27 anos).

Por fim, para um alcance mais amplo, recomendam o envolvimento de pessoas de destaque na comunidade ou de associações, no compartilhamento de informações nas suas páginas de redes sociais.

Em primeiro lugar, eu diria: *social media*. E acho que, na verdade, deveriam abordar figuras mais conhecidas da comunidade cabo-verdiana, digamos... para darem uma palavra... Talvez sejam um melhor canal para o resto. (Décio, 32 anos).

Eh sim, *on-line* de qualquer maneira, mas, também jovens cabo-verdianos entre si, não de qualquer maneira, por assim dizer. Em Roterdão muita gente se conhece, então se for através de uma associação, por exemplo, ou *via via* [de uma pessoa para outra]. Por exemplo, uma pessoa publica algo no Snapchat. Então, atrai muitas pessoas. Por isso, sim, *on-line*, mas não à toa, porque senão... não funciona. (Emília, 20 anos).

Numa perspetiva geral, conclui-se que os/as ‘cabo descendentes’ possuem uma forte ligação ao seu grupo de referência, avaliando-o de maneira positiva. Pode-se dizer que existe uma vontade de a ele pertencer, justificada, por exemplo, pela escolha das pessoas que integram o seu círculo mais íntimo, de certos elementos culturais adaptados no quotidiano, a frequência de eventos organizados pelo grupo e o valor atribuído à cultura e ao domínio da língua cabo-verdianas. Em paralelo, verifica-se que recebem insuficientes estímulos do exterior para aprimorar a sua cabo-verdianidade, denotando-se, adicionalmente, um baixo investimento na manutenção de contactos e na procura de informações, resultando em insuficientes conhecimentos e fraco uso da língua. Neste cenário, parece evidente que a parte cabo-verdiana da sua identidade recebe diminuta atenção.

O grupo correspondente a ‘cabo descendentes’ é significativo e está em crescimento. Se o futuro da diáspora encontra-se nas suas mãos, a diminuição das emigrações, as fracas condições socioeconómicas do país e a fuga de cérebros, anteriormente assinaladas (Carling, 2004; Mourão, 2016), implicam que deverão, realmente, merecer atenção dos/as governantes cabo-verdianos/as. Vivendo noutra época e noutra contexto, desenvolveram, forçosamente, uma identidade diferente da dos/as pais/mães, exigindo políticas de sensibilização ajustadas à sua situação. Tal, se se quiser evitar que a estratégia de desvinculação à cabo-verdianidade se torne uma realidade nas próximas gerações.

Capítulo 5 – O futuro da cabo-verdianidade nos Países Baixos

Depois de abordados os mais variados temas, presumindo que os mesmos tenham levado os/as intervenientes da pesquisa a refletir profundamente, nesta parte das entrevistas foram desafiados/as a prever o futuro. Não se comentou que o objetivo era sondar a ameaça da desvinculação à cultura e à identidade cabo-verdianas como um resultado aculturativo. Limitou-se a pedir-lhes para exprimir, guiados/as pelas suas próprias observações, se as gerações futuras de ‘cabo descendentes’ estariam mais próximas ou mais afastadas da cabo-verdianidade. A maior parte pressagia uma certa decadência da cabo-verdianidade, alegando que não é necessário esperar pelas próximas gerações, sendo já notável na sua.

Acho que vai ficar menos com as gerações, porque já noto isso, mesmo, com a minha geração. E esta é, digamos, a primeira geração de crianças que nasceu aqui. Algumas crianças não recebem muito sobre Cabo Verde, nem a próxima geração. Então, é claro que vai diminuir, mas há pessoas que vão passar isso para os filhos. Esse pequeno grupo vai mantê-lo, espero que sim. (Cristina, 21 anos).

Sim, mas olha, porque sim, é isso mesmo, porque eu realmente conheço muitos jovens da minha idade que não sabem falar cabo. Então, tenta imaginar: se eles não conseguem falar cabo, então, por exemplo, os seus filhos, mais tarde, também não conseguirão falar cabo. Mas, realmente depende da pessoa, por assim dizer, porque eu sim, e tenho sobrinhas, e também o meu irmão. O meu irmão já falava bem cabo quando ele tinha 8 anos. (Emília, 20 anos).

Acho que sim, porque estão a aprender muito menos cabo. Sim, estamos a reparar que nós falamos muito mais neerlandês com eles. Nós, pelo menos, tínhamos os nossos avôs e avós que falavam cabo, mas eles... os nossos filhos, os seus avôs e avós agora falam neerlandês para eles. É uma pena! Mas... O que se pode fazer é que os pais falem cabo-verdiano com eles, por assim dizer. Senão, é uma pena, vai atenuar-se. (Jenny, 27 anos).

O que eu noto é que varia. No outro dia, eu conheci uma menina. (...) Ela tinha, eu acho, 13 ou 12 anos. E ela estava a falar, completamente fluente, em *kriol*, com a avó. E então eu pensei, esta vai receber tudo. Não há porque preocupar. Mas, também tenho sobrinhas e sobrinhos da mesma idade, que ainda não falam crioulo. E isso é só um [elemento/aspecto]. Talvez através da comida. Mas, eu acho que se eles tiverem a opção de escolher entre um prato de feijoada ou outra coisa, eles preferem comer outra coisa. Por isso, eu penso que isso [a cabo-verdianidade] esteja a desaparecer um pouco. (Duca, 28 anos).

Porém, nem todas as opiniões são absolutamente negativas, sendo, muitas vezes, atenuadas com exemplos que atestam que a cabo-verdianidade não está condenada ao desaparecimento. De acordo com os testemunhos, parte desta geração de ‘cabo descendentes’ está preocupada com a preservação desta identidade. A língua cabo-verdiana é apresentada como um importante indicador de apreciação da sua perda ou não.

Igualmente, receberam-se declarações contrárias às apresentadas, sendo curioso notar que, as pessoas que creem que a cabo-verdianidade é uma identidade forte, que não enfraquecerá com facilidade, são aquelas que passaram a sensação (eventualmente, errada) de que a sua identidade cabo-verdiana poderia estar comprometida. À vista das suas declarações, ficou-se entre duas interpretações: ou a realidade as ultrapassou, devido à escassez de informações possuídas ou, por estarem a uma certa distância da comunidade, conseguem ter uma visão mais clara dos factos. Os dois participantes opinam que as circunstâncias atuais e as facilidades de comunicação e partilha de informações, permitidas pela globalização, trabalharão a favor da preservação da cabo-verdianidade.

De qualquer maneira, eu vivo o que me rodeia e a minha experiência como meio-cabo-verdiano possui uma forma um pouco diferente. Por exemplo, eu cresci um pouco distante da real comunidade e, à medida que fui crescendo, deixei de ir, todos os dias, a todos os lugares com a minha mãe. (...) Assim, acho isso difícil de responder. Mas, o que vejo, com a globalização e tudo mais, eu vejo que nós [cabo-verdianos/as], estamos a nos aproximar, uns dos outros. Seja através do *Facebook*... temos alguns grupos de *Facebook*, como o *Cabo's Bijeem* [Cabos Unidos], por exemplo, em que se partilha tudo e mais alguma coisa. Da minha experiência, também com as festas, ela [a cabo-verdianidade] continua a existir. Não sei. Não conheço a cultura o suficiente para dizer "há 20 anos havia isto e agora acabou". Para mim, a cultura cabo-verdiana é uma cultura muito forte. Acho que os cabo-verdianos são muito orgulhosos e que não permitirão que diminua. (Nick, 28 anos).

Repara, eu acho que se olharmos para o que está a acontecer na sociedade agora, que as futuras gerações estão a aproximar-se [da sua identidade].. Porque queremos manter, cada vez mais, a nossa própria cultura; enfatizar, cada vez mais, a nossa própria cultura, tipo "é assim a nossa cultura" e, cada vez menos temos vontade de "ok, a cultura neerlandesa é a cultura que devemos manter". Nós queremos fazer, mais e mais, as nossas próprias coisas e aprender mais sobre isso também. Como o que se viu, agora, com o *Black Lives Matter*³⁸ [Vidas Negras Importam], que se dá, cada vez mais, atenção aos [diferentes] tipos de comunidades. Acho que, também contribuirá para aumentar a conexão com Cabo Verde. (Stef, 26 anos).

Um fenómeno transversal a diferentes respondentes é a menção a casamentos interétnicos. Na sociedade neerlandesa, os/as descendentes não se movimentam, somente, em meios frequentados por pessoas da sua origem; envolvem-se e/ou reconhecem a possibilidade de envolver-se com membros de outras comunidades étnicas. Da sua experiência, manifestam a opinião que estes relacionamentos ou uniões podem constituir uma ameaça à conservação da língua e da cultura cabo-verdianas.

Não, porque a cultura, connosco, em Amsterdão, pelo menos, na minha família, está bem enraizada. E toda a gente é muito orgulhosa. Mas acho que... por exemplo, nós somos todos uma mistura. Por exemplo, eu namoro com um surinamês, outra namora com um ítalo-neerlandês, outro com tal e tal, e as crianças não falam cabo. Então sim. Eu acho que, em algum momento, (...) os meus netos, acho que eles vão

³⁸ Movimento ativista de luta contra a discriminação de pessoas negras.

pensar “ah sim, eu sou de lá. Sim, são as minhas raízes, mas, o que vou lá fazer?” Eu acho que sim. Acho que, em algum momento, isso vai, bem, terminar, por assim dizer. (Sabrina, 30 anos).

Eu acho que, definitivamente, estão a afastar, é o que eu penso. Porque, agora, existem bastantes pessoas a namorar com culturas diferentes. Então imagina, tu és cabo-verdiana e namoras um neerlandês. Não significa que não faças mais nada com a tua cultura, mas eu sei que vai diminuir. Porque a tua [cultura] não é a mesma que a dele. E terás isso com os teus filhos, e depois com os teus netos, e assim por diante. Então, eu tenho a certeza que está a diminuir. (Andreia, 23 anos).

Digamos, há uma chance mínima de [eu] conhecer um homem cabo-verdiano [em Amsterdão]. Então sim, deverei encontrar alguém de outra origem. E não se sabe que língua a pessoa fala; então é um pouco mais difícil manter isso vivo. (...) Aliás, nós somos, mesmo, a última geração que fala cabo-verdiano muito bem e (...) alguns deles já têm filhos e, sim, já sabem, não vão realmente falar cabo-verdiano com eles, porque eles são meio surinameses ou meio indonésios. (...) Eu acho que, em Amsterdão, isso [a cabo-verdianidade] realmente morrerá em duas gerações. (Alice, 30 anos).

Neste ponto, quis-se saber a quem os/as descendentes atribuem a responsabilidade de zelar pela manutenção da cabo-verdianidade nos Países Baixos, se às famílias, às associações ou ao governo de Cabo Verde. Predominou a opinião de que cabe à família e, mais especificamente, aos pais e às mães a transmissão da cultura. Algumas pessoas entenderam, todavia, que, de alguma forma, poderia ser estimulado, através de instituições ou iniciativas oficiais.

O que eu acho é que é um trabalho dos pais, porque eu, pessoalmente, não saberia falar cabo-verdiano, se os meus pais não mo tivessem ensinado. Se os meus pais falassem, em termos de idioma principal aqui em casa, apenas o neerlandês, então eu realmente, eu também falaria muito mal a língua [cabo-verdiana]. (Roberto, 21 anos).

Acho que número um são os pais. Porque, na verdade, não é a responsabilidade do governo cabo-verdiano ensinar a língua aos teus filhos, por assim dizer. Eles podem organizar as coisas para que, sozinha, possas fazer um pouco ... Mas, é realmente a tua própria decisão, se queres ou não. Então sim, os pais. Como progenitor, acho que deves ensinar à tua criança qual é a sua cultura, de onde ela vem, a história (...) (Rafaela, 21 anos).

Acho que *Cab Verd* poderia dar mais atenção a isso. Repara, claro que é uma escolha e uma responsabilidade de cada um, querer passar essa parte da cultura aos seus filhos. Então, eu realmente não vou forçar ninguém a fazer isso nem nada, mas é claro que podes torná-la mais atrativa. Se não fizerem isso, também não podem esperar que as pessoas tomem estas medidas. Mas, suponha que façam isso e alguém, que, até aquele momento, nunca havia pensado nisso, pode começar a pensar: Ah sim, talvez seja importante eu passar isso aos meus filhos. E então, imagina, tens 10 pessoas interessadas, já alcançaste um pouco o teu objetivo. Com certeza que nunca vais conseguir persuadir a todos, mas ainda assim, é um começo se ... Já é um começo se conseguires alcançar algumas pessoas. (Cristina, 21 anos).

Esta é uma boa pergunta. Em princípio, se o governo cabo-verdiano está para os cabo-verdianos, então deve estar para todos os cabo-verdianos. Mas acho que não precisa ser uma coisa necessariamente grande. Iniciativas totalmente organizadas pelo governo, eu não sou muito a favor disso, de qualquer maneira. Eu acho que muitas pessoas podem organizar isso muito bem, de forma particular, mas, pelo menos, que seja estimulado. (...) Acho que esse é um papel que o governo poderá assumir. Porque o governo é para isso, ele está aí para a população. Só que esta está espalhada por todo o mundo. (Nick, 28 anos).

Reconhecem que é-lhes mais fácil expressar-se em neerlandês e funcionar segundo regras desta sociedade. Este pensamento parece ter guiado a estratégia educativa adotada pelos pais de alguns sujeitos deste estudo, assim como por outros/as pais/mães de origem cabo-verdiana. No entanto, a maior parte dos/as respondentes desaprova a não transmissão da cultura e da língua cabo-verdianas aos/às filhos/as, manifestando a intenção de o fazer, quando for a sua vez. Não se pode assumir que, realmente, o façam, pois como já, várias vezes, se repetiu, os contextos específicos ditarão as suas escolhas e as suas decisões.

Esta amostra permite conhecer, apenas, dois casos concretos. Uma mãe, com parceiro de origem cabo-verdiana, que não percebe bem a língua cabo-verdiana, mas pede aos avôs e avós para a ensinar à filha, enquanto, sempre que possível, a leva a festividades, como o São João, para ela se familiarizar com a cultura. Já estiveram em Cabo Verde juntas, assim como autorizou que ela fosse, uma vez, sozinha com a avó e o avô. A outra mãe, com parceiro surinamês, domina a língua e, embora a filha conheça algumas palavras, não se esforça para a ensinar. Ela considera desajustado ensinar-lhe esta língua, quando o pai não a percebe e não exige que a filha, também aprenda a sua língua materna. No entanto, a dado momento da entrevista, a participante comenta que se houvesse um livro para crianças aprenderem o crioulo cabo-verdiano, ela “*com certeza*” o compraria. Entretanto, a filha acompanha-a a eventos familiares e da comunidade (passeios, churrascos) e já estiveram em Cabo Verde.

Tendo como referência estes exemplos, é possível depreender que há alguma preocupação, dentro do grupo de ‘cabo descendentes’, em passar os elementos que receberam, e, até mesmo, os que não receberam, à sua descendência. Deduz-se que tal deva à consciência de que a cabo-verdianidade seja relevante para a construção da identidade dos/as filhos/as. Mas também da percepção de um certo enfraquecimento desta cultura com o tempo. Sem exceção, os/as entrevistados/as garantem pretender contrariar a tendência, através de frequentes visitas ao país e do ensino da língua cabo-verdiana, da cultura e da história às suas crianças.

Acho que se possuis uma cultura diferente, debes aprender, debes saber em que consiste. Mesmo que eu venha a ter um marido de outra cultura, vou, à mesma, ensinar cabo aos meus filhos. (Miriam, 21 anos).

Sim, eu pretendo sim, que as minhas crianças falem tão bem quanto eu. Acho que não [será possível], porque, é claro, eu aprendi com os meus pais. Mas, o meu objetivo é colocá-las num nível muito bom, para que elas o dominem e estejam realmente familiarizadas com a História. Levá-las para Cabo, para o manter mesmo ativo dentro delas. (Décio, 32 anos).

A geração mais velha está a ir embora e, a dado momento, ninguém conhecerá a História (...) Por outro lado, os pais devem ter interesse em levar as crianças a aprender crioulo, por exemplo, passar a gastronomia, ... Mas, eu não sei. E eu acho, talvez... quanto mais vezes vais a Cabo Verde, podes manter essa cultura viva, mas, se, também te distancias dela, sim, será difícil. Acho que nunca deixarei de ir a Cabo Verde. Eu penso que, precisamente, quando eu tiver os meus filhos, vou pensar “oh é bom e mais fácil ir para aí [Cabo Verde]. Tens lá família”. (Duca, 28 anos).

Este estudo verifica que, se, por um lado, a alteração ou o enfraquecimento da cultura cabo-verdiana é um dado adquirido nos Países Baixos, por outro, este parece ter sido detetado, emergindo reações e ações com o intuito de o travar ou desacelerar. Nos/as descendentes, os laços com Cabo Verde (como país) revelam-se mais fracos do que os referentes aos seus hábitos e à sua língua. Este facto não prevê o desaparecimento da cultura cabo-verdiana nas identidades da descendência dos sujeitos, mas alerta para a salvaguarda do risco da sua atenuação.

Segundo Phinney (2003), as alterações na identidade de descendentes de imigrantes são normais, por estas serem compostas, duais ou múltiplas. Além disso, o autor prognostica que, da categoria de filhos/as para as subsequentes, a alteração dos elementos culturais acontece de forma mais lenta. Ou seja, a medida ou a proporção da (eventual) perda de valores, de costumes e do idioma não é tão significativa de filhos/as para netos/as ou de netos/as para bisnetos/as, como é entre os/as próprios/as migrantes e a geração transitória. Se é verdade o que esta amostra faz transparecer, que estas pessoas estão conscientes da ameaça da desvinculação e mostram-se dispostas a combatê-la, pode-se afirmar que há futuro para a cabo-verdianidade, nos Países Baixos. Não se pode precisar em que moldes ou por quanto tempo, mas calcula-se que não é, de maneira nenhuma, tarde para dedicar atenção ao assunto.

Conclusões e considerações finais

Com este trabalho objetivou-se, no geral, ajudar a clarificar a identidade sociocultural dos/as ‘cabo descendentes’. Em específico, visou-se averiguar os seus posicionamentos, em termos de sentimentos de pertença, que conjuguem as influências culturais incorporadas e permitam a consolidação da sua cabo-verdianidade. Nesta continuação, procurou-se conhecer as condições aculturativas a que foram expostos/as, entender as lógicas associadas ao processo de aprendizagem das culturas e, por fim, exploraram-se dois resultados prováveis de gerência de múltiplas pertenças, avaliados como benéficos para os indivíduos.

No seu quotidiano, os/as ‘cabo descendentes’ recebem influências de diferentes culturas, através de progenitores/as, familiares, amigades, colegas, instituições e sociedade em geral. Dos vínculos e das conexões que possuem, observou-se uma forte representação familiar e de pessoas de origem cabo-verdiana. Acredita-se que tal pode significar que valorizam o capital social disponível nos seus círculos mais restritos. Com efeito, as ligações emocionais na base da formação do/s grupo/s que estas pessoas integram, pressupõem relações estáveis e duradouras, caracterizadas pela coesão, confiança, interatividade e por benefícios a serem colhidos.

Convivem, igualmente, com indivíduos de diferentes ascendências culturais, constatando-se uma reduzida presença da etnia neerlandesa. Apesar disso, o grupo de descendentes demonstra conhecer bem as regras sociais e culturais do meio, em que está inserido, dominar o neerlandês e ter investido na sua formação académica, o que lhe granjeia competências para colher proveitos individuais nesta sociedade. Apesar de os ‘privilégios’ que a noção de “imigrantes silenciosos” possa proporcionar, defende-se que os benefícios serão maiores ao dela se distanciar. Comparada a outros grupos étnicos, e mesmo com 70 anos de presença nos Países Baixos, a comunidade cabo-verdiana continua pouco conhecida, sobretudo fora da cidade de Roterdão. Um melhor aproveitamento dos recursos e das políticas públicas existentes passa por dar a conhecer os problemas e as necessidades por ela experienciados, mas, também as ambições e as competências possuídas.

Calcula-se que um maior envolvimento na sociedade e, logo, mais visibilidade e reconhecimento das pessoas de origem cabo-verdiana, promoverá um desenvolvimento positivo

das mesmas e uma melhor integração na sociedade neerlandesa. A longo prazo, e julga-se que já esteja a acontecer, estes proveitos poderão ser transpostos para toda a coletividade. Tal evidencia que a comunidade cabo-verdiana esteja a se dotar de mais e melhor capital social, com o passar das gerações. Continuando a abraçar a ideia de que a cultura e a aculturação são sistemas abertos e dinâmicos, esta dissertação, similarmente, vê os/as descendentes (e os/as imigrantes) como agentes ativos, cujas bagagens culturais têm valor para serem partilhadas com (e aproveitadas por) outros grupos culturais, presentes na sociedade.

Partindo do pressuposto de que num agrupamento multicultural, o capital social disponível seja extremamente variado e rico, o discernimento e as preferências empreendidas durante as negociações identitárias ditam o quanto se aproveita. A identidade dos/as descendentes de imigrantes revela-se ambígua, um tanto difícil de ser entendida e explicada. Sem exceção, pode-se declarar que os/as ‘cabo descendentes’ entrevistados/as desenvolveram identidades híbridas. A exposição a diferentes influências culturais determinou que a sua identidade seja criativa, complexa e, por vezes, contraditória. Todavia, é essencial demarcar que, assim como pensa Maalouf (2000), uma pessoa não possui diferentes identidades, mas uma só, composta de vários elementos. A combinação, em maior ou menor grau, de cada um, depende das escolhas, fidelidades e sujeições dos indivíduos. É o que determina que cada pessoa seja única no mundo.

Em virtude da sua identidade híbrida (em construção), a boa integração na sociedade neerlandesa não é incompatível com a manutenção de ligações à cultura de origem dos pais e das mães. Concebendo que a cultura e a identidade puras não existem, considera-se inapropriado que estas pessoas sejam julgadas negativamente por este prisma, por outros membros das sociedades que lhes servem de referência. Os sujeitos podem, se souberem gerir o capital social à sua disposição, valorizar e vivenciar, perfeitamente, a sua identidade étnica, falar fluentemente duas línguas, enquanto mantêm boas e proveitosas relações sociais (pessoais ou profissionais) com pessoas de outras etnias, sejam elas neerlandesas ou não.

Em regra, tende-se a destacar os efeitos nefastos das migrações, mas entende-se que esta seja uma leitura parcial do fenómeno. Acredita-se que os/as descendentes de imigrantes possuem capacidade para instigar positivas mudanças sociais, políticas, culturais e económicas, tanto nos países onde nasceram como nos países de origem dos/as antecedentes. Através da educação, do empoderamento e da emancipação, poderão alcançar posições privilegiadas e

revelar que as migrações podem causar impactos benéficos. Para isso, urge que invistam na aprendizagem e aperfeiçoamento das regras, normas e valores, pelos quais se regulam, embora, dependam, das circunstâncias e de estímulos externos. Daí a constante importância atribuída, por este trabalho, ao contexto. Pois, para a criação de um ambiente que valorize este capital humano, rico em competências interculturais e flexível na adaptação, não só são cruciais as políticas dos Estados envolvidos, como as atitudes, em relação a ele, que circulam entre os restantes membros da sociedade civil.

Um outro objetivo a que esta dissertação se propôs *ad initium* foi de encontrar resultados aculturativos que combinasse, da melhor forma, as diferentes influências culturais incorporadas. Mais uma vez, adverte-se que os/as ‘cabo descendentes’ são sujeitos sociais complexos. Tendo em conta os processos aculturativos particulares experienciados, adotam procedimentos divergentes para reagir às situações. A individualização, como estratégia aculturativa, deve ser adotada nas interações sociais, sempre que possível, dado que atenua as fronteiras entre os grupos, desencorajando comportamentos discriminatórios. Porém, defende-se que seja crucial conhecer, não só a personalidade da pessoa, como as suas raízes culturais, pois sustentam e conferem sentido à sua ação. Para ir de encontro a este critério, esta pesquisa optou pela análise de duas estratégias, que se presumiram acessíveis aos sujeitos, favorecendo a preservação da sua cabo-verdianidade, sem interferir no seu bem-estar e bom desempenho na sociedade neerlandesa. Trata-se da predisposição para um modo de vida transnacional e para a valorização da cabo-verdianidade, uma identidade exclusiva das pessoas que se consideram cabo-verdianas. Julga-se que abrem um leque de oportunidades para que cada indivíduo possa reunir os conhecimentos necessários para se encontrar, em termos identitários, discernir as suas preferências e a posição que lhe cabe ocupar.

Das narrativas, percebeu-se que os sujeitos em estudo são parte integrante de famílias transnacionais. Os/as ascendentes mantêm uma comunicação intensa com indivíduos que vivem em Cabo Verde, com trocas de bens materiais (dinheiro, envio e receção de pacotes). Viajam, frequentemente, entre os Países Baixos e Cabo Verde, possuindo moradia em ambos, enquanto estão enredados em pequenas atividades comerciais, que envolvem os dois países. Alguns possuem intenção de regresso definitivo, tendo-se, ainda, captado que duas avós e um pai, efetivamente, regressaram a Cabo Verde, enquanto outro pai passa temporadas num e noutro

país. Assim, infere-se que existe um campo social transnacional, em redor dos/as ‘cabo descendentes’.

Na prática, esta amostra sinaliza fracas iniciativas de práticas transnacionais, mas as influências desta natureza desempenham um papel importante na criação de uma identidade com referências a, pelo menos, duas culturas. Se por um lado, é-se obrigada a concluir que o transnacionalismo não exerce um papel central da vida destas pessoas, por outro, apurou-se que a aprendizagem aculturativa, recebida no seio das suas redes sociais mais restritas, inspira-lhes uma consciência transnacional. Independentemente do grau de conhecimento possuído da segunda cultura (a cabo-verdiana, no caso), notou-se que, as alterações no comportamento e nas visões do mundo são inevitáveis, por conta das competências desenvolvidas; das crenças, normas e valores adotados; das relações sociais mantidas, entre outros fatores.

Assim sendo, não se descarta, em modo definitivo, a possibilidade do transnacionalismo. Como membros de uma comunidade cultural transnacional, que tenta manter uma herança ‘de origem’, no futuro, podem mobilizar os seus contactos, conhecimentos, competências interculturais e transnacionais, caso as circunstâncias se proporcionarem. Se, por exemplo, os/as pais/mães regressam a Cabo Verde, pela boa relação que mantêm, prevê-se que a sua rotina possa sofrer alterações drásticas. Como resultado, podem passar a visitá-los/as regularmente, a enviar-lhes dinheiro e outros bens, a acompanhar os media cabo-verdianos. A dado momento, podem criar redes sociais densas e regulares locais, investir, quiçá emigrar, entre outras práticas transnacionais.

Neste momento, os/as ‘cabo descendentes’ parecem estar mais focados/as na resolução de problemas práticos na sociedade neerlandesa. Todavia, é perceptível que mantêm contactos, diários e fortes, com a comunidade cabo-verdiana local, participando em atividades que difundem as tradições e os valores culturais cabo-verdianos. Anunciam estar mais afastados/as deste ambiente do que na infância, mas distingue-se que percecionam o seu comportamento, entre os membros da comunidade cabo-verdiana radicada nos Países Baixos, como genuíno. Mostram-se mais à vontade nessa comunidade do que entre pessoas de etnia neerlandesa, residentes das ilhas de Cabo Verde ou de outro país aleatório. Julgam reconhecer nesse meio, pessoas que os/as compreendem e aceitam pelo que são, uma vez que partilham a mesma

ambiguidade de ser cabo-verdiano/a - neerlandês/a ou neerlandês/a - cabo-verdiano/a, encontrando cada uma num estágio diferente da perpétua construção da identidade híbrida.

Tendo verificado que o transnacionalismo é demasiado dependente das circunstâncias, a aposta na cabo-verdianidade como uma estratégia identitária, exclusiva de indivíduos que se identificam como tal, é interpretada como uma boa alternativa. Comprovou-se que, por não estar ancorada em bases robustas, esta se encontra em posição de debilidade, quando comparada à influência da cultura neerlandesa. Apesar de os/as participantes declararem a sua identificação a esta identidade, demonstraram um módico conhecimentos da cultura, história e atualidade cabo-verdianas, além de escassas iniciativas para os aprofundar. Como anteriormente explicitado, o conhecimento das próprias raízes é indispensável para a formação de uma identidade madura.

Com base nos depoimentos recolhidos, conclui-se que compete às pessoas, que se autodefinem cabo-verdianas, a iniciativa de aprender e de transmitir a cabo-verdianidade. Contudo, advoga-se que mereçam a atenção e o incentivo do Estado cabo-verdiano, tendo-se percebido que as que crescem e residem fora de Cabo Verde, deparam, no dia a dia, com a insuficiência de aplicabilidade deste conhecimento.

Num mundo cada vez mais globalizado, para países como Cabo Verde, de dimensões reduzidas, escassos recursos financeiros, dependente da diáspora e do turismo, seria mais proveitoso e tangível, investir na singularidade e na especificidade das suas identidades minoritárias. Não se quer, com isto, afirmar que a cabo-verdianidade seja uma identidade estática, que é preciso manter intacta. Em contrapartida, demonstrou-se que, na sua génese, ela se formou de contributos provenientes de várias culturas. Quer se queira ou não, continuará a ser uma identidade plástica, porque as pessoas que a moldam e acrescentam não se encontram circunscritas ou isoladas nas dez ilhas e, sim, espalhadas pelo mundo.

Os/as descendentes, nas diversas comunidades diaspóricas cabo-verdianas, transportam para a cabo-verdianidade, elementos culturais novos, fruto da socialização e da aculturação a que foram expostos/as. Ao mesmo tempo que se crê que tal não pode ser evitado, sustenta-se que este grupo constitui uma massa humana de dimensões consideráveis, pelo que não deve ser menosprezado. Para que a cabo-verdianidade subsista, a recomendação que se procura transmitir é que não se deve concentrar tanto nos elementos ausentes ou alterados, e mais na inclusão,

preparação e mobilização de um maior número possível de indivíduos dispostos a defendê-la e a fazê-la perpetuar. A consideração dos moldes ‘primitivos’ ou ‘originais’ da cabo-verdianidade deverá, portanto, acontecer na fase da aprendizagem aculturativa e não na dos resultados. O insuficiente investimento na sua aprendizagem formal poderá abrir espaço para que um incalculável número de descendentes enverede pela desvinculação à mesma, o que, a longo prazo, pode significar o fim das comunidades diaspóricas cabo-verdianas. Antevendo este cenário como não desejável ou benéfico para nenhuma das partes, sintetizam-se algumas recomendações básicas.

Aos/às ‘cabo descendentes’, aconselha-se:

- ✓ O investimento na aprendizagem de todas as componentes da sua identidade, para que nas negociações identitárias, estejam preparados/as para escolher e decidir acertada e conscientemente.
- ✓ Maior valorização da parte cabo-verdiana da sua identidade, que se mostra desfavorecida, em relação à neerlandesa.
- ✓ Maior envolvimento na vida social, como uma oportunidade de reforçar o capital social, na forma de ligações e conexões. As ligações, entendidas como elos a indivíduos em posições de poder, não foram, neste estudo, exploradas, mas acredita-se que, nelas devam investir, para um melhor destaque e posicionamento da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos e na sociedade cabo-verdiana.
- ✓ Em especial, mais envolvimento em organizações cabo-verdianas da comunidade, para garantir a sua continuidade e a da cabo-verdianidade nos Países Baixos.

Aos Países Baixos, recomenda-se:

- ✓ A promoção da diversidade cultural desde a infância, pois se distinguiu que a perceção de estigmatização e de discriminação tende a afetar o seu bem-estar socioemocional.
- ✓ O apoio institucional a crianças que crescem em sistemas normativos diferentes, de modo a melhorarem o seu desempenho académico.
- ✓ A implementação e a fiscalização de políticas públicas coerentes e favoráveis, que evitem e condenem situações de diferenciação na sociedade e, que permitam aproveitar devidamente o potencial das pessoas. Os ideais de sociedade

multicultural e tolerante que as políticas oficiais neerlandesas procuram fazer passar, esbarram, no quotidiano, contra o ‘paradoxo da integração’. Acredita-se que esta situação contribua para que os/as descendentes mantenham abertos planos e destinos alternativos, de futuro.

A Cabo Verde propõe-se:

- ✓ A promoção de mecanismos que incentivem e facilitem a aquisição da dupla cidadania.
- ✓ A implementação de políticas públicas atrativas, coordenadas e contextualizadas para os/as descendentes. Pela sua vivência e condições específicas, a sua bagagem é diferente, de modo que os princípios que funcionam para os/as imigrantes podem não surtir o mesmo efeito neles/as.
- ✓ A tolerância e a aceitação da cabo-verdianidade inovadora dos/as descendentes, mesmo que a adotem de forma incompleta, inconsciente e individual, entendendo-se que a valorização da cabo-verdianidade ‘de fora’ beneficia o país, porque os indivíduos que a incorporam, também transportam informações, saberes e tecnologias.
- ✓ A valorização da língua materna. Se o português é a língua que mantém Cabo Verde ligada ao resto do mundo, a língua cabo-verdiana demonstra ser a que o mantém ligado à sua diáspora, permitindo o aproveitamento do capital humano
- ✓ O investimento no ensino formal da cabo-verdianidade, que poderá corrigir e consolidar as suas componentes mais importantes, sugerindo-se que, na diáspora, seja organizada, a partir das associações das comunidades, parecendo imperativa a introdução de moldes mais atrativos para as gerações mais jovens.
- ✓ A criação de oportunidades para a partilha de saberes e competências, através de estadias temporárias. Parece mais profícuo o foco na circulação de cérebros e não na sua fuga. Pense-se em conferências de quadros da diáspora, intercâmbios juvenis, estágios, cursos de formação e seminários, por exemplo.
- ✓ A disponibilização de oportunidades de negócios e de investimentos, comunicados através dos canais, onde estas pessoas são mais ativas.

Observou-se que não é, de modo algum, tarde para dedicar atenção à consolidação da cabo-verdianidade dos/as ‘cabo descendentes’, uma vez que, pelos testemunhos, detetou-se que fazem parte de uma comunidade que procura mantê-la viva. Entretanto, registaram-se indícios de um certo enfraquecimento da mesma, nas gerações mais recentes, perceptíveis na diminuição do número de organizações e eventos cabo-verdianos; no fraco domínio e uso da língua cabo-verdiana; no insuficiente conhecimento de dados culturais, históricos e de notícias atuais; e através das relações interétnicas, que trazem mais ambiguidades para a sua identidade.

Diversos/as respondentes manifestam a consciência de, devido à sua idade, não possuírem uma identidade madura, mas exprimem o orgulho e a satisfação pela construída a esta data. Valorizam a parte cabo-verdiana, destacando a música, o modo de ser e de estar no mundo, a gastronomia e, em particular, a língua, que reforça a sua identidade de grupo nos Países Baixos e permite que mantenham fortes vínculos e conexões ao berço da cabo-verdianidade. Estimulados/as, julga-se que conseguirão robustecer a sua identidade como um todo e distinguir a posição que desejam ocupar na/s sociedade/s de sua referência.

A cabo-verdianidade, que se qualifica, ao mesmo tempo, de plástica e singular parece harmonizar com a identidade que os/as ‘cabo descendentes’ encontram-se a construir. É abastecida de elementos culturais dessemelhantes, formando um todo, híbrido, que lhes agrada. Face a todo o exposto, esta pesquisa mostra-se otimista quanto ao futuro da cabo-verdianidade nos Países Baixos, dado que não aparenta estar ameaçado, ainda que demande atenção.

Antes de finalizar este trabalho compete informar que apesar do esforço para apresentar uma pesquisa com qualidade científica, algumas limitações podem lhe ser apontadas. O curto tempo disponível para a realizar, a complexidade do tema e as opções metodológicas explicam a reduzida dimensão da amostra (13 integrantes). Priorizou-se a recolha de uma diversidade de pontos de vista e a análise aprofundada e atenta de cada entrevista. Mesmo assim, a amostra não permite generalizar as ilações tiradas a todo o grupo de ‘cabo descendentes’

O facto de a investigadora ser membro da comunidade que entrevista pode ter sido um fator facilitador pela proximidade ao tema e às pessoas, mas, igualmente, condicionador, pelas dificuldades em desligar de experiências pessoais. Contudo, não se partilha a ideia de absoluta “separação entre o investigador e o objeto de estudo” (Augusto, 2014, p. 1), mesmo sendo esta característica uma das maiores críticas ao paradigma qualitativo. Não se desconsideram as

desvantagens do mesmo, conscientes de que a informação fornecida pelos/as participantes consiste na ‘sua’ versão da realidade, condicionada pela sua capacidade de as relatar. Mas, porque se defende que o conhecimento emerge das trocas sociais, esta possibilidade de contacto direto pareceu a melhor forma de aproximação àquele. A subjetividade é reconhecida como inerente à pesquisa social interpretativa, porque não se tenciona encontrar respostas ‘certas’, mas, tão-somente, entender a coerência atrás dos sentidos atribuídos ao assunto, por estas pessoas, neste lugar e neste momento.

Admite-se alguma inexperiência da investigadora, tendo-se procurado provar a qualidade e a fiabilidade do estudo, assumindo normas e procedimentos rígidos (aplicação rigorosa dos parâmetros de codificação assumidos). Desta feita, zelou-se por salvaguardar a neutralidade e a autenticidade, na medida em que um estudo desta natureza permite, evitando que ideias preconcebidas, juízos de valor e soluções fáceis enviassem o processo e as conclusões. Empenhou-se em não ‘forçar’ a informação, utilizando técnicas flexíveis de recolha de dados, enquanto se investiu na criação de um ambiente profissional, de distanciamento social, mas agradável para os/as participantes. Finalmente, preocupou-se com o rigor das reflexões e das análises.

Quanto a propostas de investigações futuras, seria pertinente um estudo semelhante, com um maior número de participantes, e diversificado, em termos de género, idade, habilitações literárias, profissões, ou outros indicadores, que permitam confirmar ou refutar os resultados aqui conseguidos. Presume-se, igualmente, que seria interessante e esclarecedor um estudo comparativo do ‘estado’ da cabo-verdianidade entre os/as ‘cabo descendentes’ e os seus pares noutras comunidades diaspóricas cabo-verdianas. De igual modo, julga-se importante conhecer a perspetiva de membros da sociedade neerlandesa, com outras origens étnicas, em relação à presença da comunidade cabo-verdiana nos Países Baixos, pois tais pesquisas escasseiam.

Referências bibliográficas

- Abranches, M. (2004). *Pertenças fechadas em espaços abertos. Estratégias de (re)construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal*. (Vol. 13). Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
- Albuquerque, R. (2013). *Associativismo, capital social e mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. (Vol. 41). Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
- Alves, Z. M. M. B., & Silva, M. H. G. F. D. da. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: Uma proposta. *Paidéia* (2), 61–69. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>
- Amaral, I. (2016). *Redes sociais na internet: Sociabilidades emergentes* (LabCom.IFP). Universidade da Beira Interior. Labcom.IFP. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Andrade, C. I. F. (2016). *A política externa de Cabo Verde e a sua Diáspora* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. <https://run.unl.pt/handle/10362/20144>
- Andreoli, T. P., Leonardo, S. B., Farina, M. C., & Lima, A. B. de. (2019). Redes formais e informais entre estudantes universitários: Uma análise e comparação das estruturas gerais, similaridades e diferenças das redes. *Gestão e Regionalidade*, 35(106), 153–176.
- Andriessen, I., Hoegen Dijkhof, J., Torre, A. van der, Berg, E. van den, Pulles, I., Iedema, J., & Voogd-Hamelink, M. de. (2020). *Ervaren discriminatie in Nederland II*. Sociaal en Cultureel Planbureau. <https://repository.scp.nl/handle/publications/267>
- Augusto, A. (2014). Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: Mais do que uma questão de preferência. *Forum Sociológico*, 24, 73–77. <https://doi.org/10.4000/sociologico.1073>
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barros, J. D'Assunção. (2005). Igualdade, desigualdade e diferença: Em torno de três noções. *Análise Social*, XL (175), 345–366. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000300005
- Barth, F. (1998). *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Waveland Press.
- Bauman, Z. (2012, julho). *Zygmunt Bauman: Estratégias para a vida* (CPFL Cultura e do Fronteiras do Pensamento). Vímeo. [Vídeo]. <https://vimeo.com/63658081>
- Berry, J. W. (2017). Theories and models of acculturation. Em S. J. Schwartz & J. Unger (Eds.), *The Oxford handbook of acculturation and health* (pp. 15–28). Oxford University Press.
- Block, D. (2009). *Second Language Identities*. Bloomsbury Publishing.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. Em J. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for Sociology of education*. (pp. 241–258). Greenwood Press.
- Brandão, C., & Ribeiro, J. E. M. (2018). A importância do contexto na investigação qualitativa. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1), 169–173. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1897>
- Brito, A., & Semedo, J. M. (1995). *Nossa terra, nossa gente* (2a ed). PFIE - Cabo Verde.
- Butte, D. (2003). *Kaapverdische jongeren en criminaliteit*. GGD Rotterdam en omstreken.

Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: Mudanças e continuidades. Em E. Gomberg (Ed.), *Racismos: Olhares plurais*, 11–43. Universidade Federal da Bahia. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11002>

Camargo-Borges, C., & McNamee, S. (2022). *Design Thinking and Social Construction. A practical guide to innovation in research*. BIS Publishers.

Cappelle, M. C. A., Melo, M. C. de O. L., & Gonçalves, C. A. (2003). Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 5(1), Artigo 1. <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>

Cardoso, S. A. de S. M. (2011). *A importância da diáspora na política externa de Cabo Verde* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

Carling, J. (2001). Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verde experiences. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(1), 5–42.

Carling, J. (2004). Emigration, return and development in Cape Verde: The impact of closing borders. *Population, Space and Place*, 10(2), 113–132. <https://doi.org/10.1002/psp.322>

Carling, J. (2008). Cape Verdeans in the Netherlands. Em *Transnational archipelago. Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora* (L. Batalha; J. Carling (Eds), pp. 91–100). Amsterdam University Press.

Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação: Guia de auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.

Carreira, A. (1983a). *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)* (2a ed.). Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

Carreira, A. (1983b). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde* (2a ed.). Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

Carvalho, I. dos S. (1998). Introdução à história de Cabo Verde. Em *Descoberta das ilhas de Cabo Verde* (pp. 15–25). Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde) - Sépia Paris.

Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo, e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. (F. Ágoas, Trad.). Fim de Século.

Castro, J. (2014). *O contexto da aculturação português através do modelo de Rudmin: Do encontro intercultural com o Japão até ao Luso-Tropicalismo* (Tese de doutoramento). https://www.researchgate.net/publication/314243090_O_contexto_da_aculturacao_portugues_atraves_do_modelo_de_Rudmin_do_encontro_intercultural_com_o_Japao_ate_ao_Luso-Tropicalismo

Choenni, C. (2004). *Kaapverdianen in Nederland. Een profiel*. (Maandstatistiek van de Bevolking N.º 52; 3, pp. 85–89). Centraal Bureau voor de Statistiek.

Cohen, R. (2019). *Migratie: Hoe de mensheid zich over de wereld heeft verspreid*. Fontaine Uitgevers.

Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, 95–120. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/228943>

Colombo, E., Leonini, L., & Rebughini, P. (2009). Different but not stranger: Everyday collective identifications among adolescent children of immigrants in Italy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(1), 37–59. <https://doi.org/10.1080/13691830802489101>

Conceição, V. J. S. da. (2012). Aspectos éticos em pesquisa em ciências sociais: Um debate necessário. *EFDeportes.com*, 17(171). <https://www.efdeportes.com/efd171/aspectos-eticos-em-pesquisa-em-ciencias-sociais.htm>

- Conway, D., Potter, R. B., & St Bernard, G. (2008). Dual citizenship or dual identity? Does ‘transnationalism’ supplant ‘nationalism’ among returning Trinidadians? *Global Networks*, 8(4), 373–397. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2008.00230.x>
- Cortesão, J. (1962). *História dos descobrimentos portugueses*. Arcádia.
- Crul, M. (2000). *De sleutel tot succes: Over hulp, keuzes en kansen in de schoolloopbanen van Turkse en Marokkaanse jongeren van de tweede generatie*. Het Spinhuis.
- Crul, M., Schneider, J., & Lelie, F. (Eds.). (2012). *The European second generation compared: Does the integration context matter?* Amsterdam University Press. https://doi.org/10.26530/OAPEN_426534
- Crul, M., & Vermeulen, H. (2003). The second generation in Europe. *SAGE Publications Inc*, 37(4), 965–986. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2003.tb00166.x>
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. VERBUM.
- Delgado, S. B. (2013). *Vários percursos, diversas identificações: Descendentes de migrantes cabo-verdianos no bairro do Talude - Unhos* (Vol. 42). Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
- Diniz, D. (2008). Ética na pesquisa em ciências humanas: Novos desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2). <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200017>
- Domeniconi, J., & Baeninger, R. (2016). A imigração internacional recente de “trabalhadores do conhecimento” do Mercosul para o Brasil. *Revista Latinoamericana de Población*, 10(19). <https://doi.org/10.31406/relap2016.v10.i2.n19.3>
- Escudero, C. (2018). Os conceitos de transnacionalismo, etnicidade, comunidade diaspórica e interculturalismo nos estudos migratórios: Uma proposta de aplicações e abordagens. *Revista Ambivalências*, 6(11), Artigo 11. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v6n11p110-141>
- Faist, T. (2013). 1. Three transnationals: Transnationalization, transnational social spaces and transnationality. Em T. Faist, M. Fauser, & E. Reisenauer, *Transnational migration* (pp. 1–26). Polity Press.
- Faist, T., Fauser, M., & Reisenauer, E. (2013). *Transnational Migration*. Polity Press.
- Ferreira, P. M. (2011). *Cabo Verde, pescas e migrações. A outra face da moeda: O impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde*. Instituto Marquês de Valle Flôr.
- Fonseca, L. (2004). Dinâmicas de integração dos imigrantes: Estratégias e protagonistas. Em *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade, cidadania, integração* (pp. 108–140). ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. <http://www.ceg.ul.pt/migrare/events/ICongressoLF.htm>
- Freitas, C. de. (2016). Cape Verdeans in the Netherlands: Population, profile, identity and integration. Em *Diáspora cabo-verdiana: Temas em debate* (I. Évora (ed)). CESA/ISEG.
- Furtado, C. A. (2013). Cabo Verde: Dilemas étnico-identitários num território fluido. *Ciências Sociais Unisinos*, 49 (1), 2–11. <https://doi.org/10.4013/csu.2013.49.1.01>
- Furtado, C. A. (2016). Cabo Verde e as quatro décadas de independência: Dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 855. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.22888>
- Gaspar, S. (2018). Percursos migratórios e trajetórias de vida de descendentes de imigrantes chineses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 87. <https://journals.openedition.org/spp/4689#tocto1n2>
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. LTC.

- Geurts, N., Lubbers, M., & Spierings, N. (2020). Structural position and relative deprivation among recent migrants: A longitudinal take on the integration paradox. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46 (9), 1828–1848. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1675499>
- Ghorashi, H. (2006). Paradoxen van culturele erkenning: Management van diversiteit in nieuw Nederland. *Tijdschrift voor Genderstudies*, 4, (pp. 42–53).
- Góis, P. M. R. da S. M. e. (2011). *A construção secular de uma identidade étnica transnacional: A cabo-verdianidade*. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/17848>
- Góis, P. (2006). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão* (Vol. 5). Observatório da Imigração, ACIME.
- Góis, P. (2008). *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*. ACIDI, I.P.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2008). Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal. Em *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da emigração cabo-verdiana*, 87–104. ACIDI, I.P.
- Gomes, A. R. (2019). Os afrodescendentes e as fronteiras da identidade. *Revista Migrações- Número temático Afrodescendentes em Portugal. Observatório das Migrações*, 16, (pp. 17–31).
- Graça, A. A. da. (2010). *Etnische zelforganisaties in het integratieproces: Een case study in de Kaapverdise gemeenschap in Rotterdam* (Tese de Doutoramento, Universiteit van Tilburg). Ridderprint Offsetdrukkerij B.V. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6483>
- Graça, A. A. da. (2013). *Segunda geração de cabo-verdianos na Europa e o reforço de seus laços com Cabo Verde* [Relatório final de consultadoria]. IDF-IOM Development Fund.
- Graça, P. B. (2013). Utopia da verdade: Quatro elementos fundamentais da metodologia das Ciências Sociais. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Edição Especial (pp. 25–32).
- Grillo, R. D. (2001). Transnational migration and multiculturalism in Europe. *Economic and Social Research Council, Working Paper WPTC-01-08*.
- Groot, B., de Grujter, M., & van Vliet, K. (2004). *Nôs Saúde: Gezondheidsbevordering in de Kaapverdiaanse gemeenschap*. Verwey-Jonker Instituut. https://www.verwey-jonker.nl/wp-content/uploads/2020/07/D9972225_def-2.pdf
- Haas, H. D. (2004). Mythen, nuances en nieuwe inzichten. *Internationale Spectator*, LVIII (5), 7. <https://repository.ubn.ru.nl/bitstream/handle/2066/64787/64787.pdf>
- Hall, S. (2020). Cultural identity and diaspora. Em L. McDowell (Ed.), *Undoing place?: A geographical reader* (1.^a ed., pp. 231–242). Routledge.
- Halsema, F. (2017). *Nergensland: Nieuw licht op migratie*. Ambo/Anthos.
- Ham, E. (2008). *Tweede generatie immigranten en hun herkomstland: Een studie naar de potentiële bijdrage van tweede generatie Surinamers aan het ontwikkelingsproces van Suriname* [Dissertação de mestrado, Radboud Universiteit Nijmegen]. <https://theses.ubn.ru.nl/handle/123456789/3164>
- Hartmann, J. (2016). Do second-generation Turkish migrants in Germany assimilate into the middle class? *SAGE Publications Inc*, 16(3), (pp. 368–392). <https://vpn.uab.pt/https://www.jstor.org/stable/24811113>
- Heelsum, A. (2005). *Afrikanen in Nederland*. *Bevolkingstrends* 53(3e kwartaal), 83–89. CBS- Centraal Bureau voor de Statistiek.

Herbert, S. C. T. (2012). *Imigração, rituais e identidade: Estudo exploratório com descendentes de imigrantes cabo-verdianos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa). <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/10559>

Hutnik, N. (1991). *Ethnic minority identity: A social psychological perspective*. Clarendon Press/Oxford University Press.

Netherlands Scientific Council for Government Policy. (1990). *Immigrant policy: Summary of the 36th report* (N.º 36). <http://english.wrr.nl/publications/reports/1989/05/09/immigrant-policy>

INE-CV. (2021). *V Recenseamento geral da população e habitação - RGPH-2021. Resultados preliminares*. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. <https://ine.cv/publicacoes/resultados-preliminares-do-v-recenseamento-geral-da-populacao-habitacao-rgph-2021/>

Koser, K. (2007). *International Migration: A Very Short Introduction*. OUP Oxford.

Laraia, R. de B. (2007). *Cultura, um conceito antropológico* (14ª). Jorge Zahar Editor.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa, fundamentos e práticas*. Instituto Piaget.

Lev Ari, L., & Cohen, N. (2018). Acculturation strategies and ethnic identity among second-generation Israeli migrants in the United States. *Contemporary Jewry*, 38(3), 345–364. <https://doi.org/10.1007/s12397-018-9258-5>

Levitt, P., & Waters, M. C. (Eds.). (2002). *The changing face of home: The transnational lives of the second generation*. Russell Sage Foundation. <https://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610443531>

Liebkind, K. (2006). Ethnic identity and acculturation. Em *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology*. Cambridge University Press, 78-96.

Lopes Filho, J. (2003). *Introdução à cultura cabo-verdiana*. Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.

Lopes Filho, J. (2011). Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, Artigo 29–30. (pp. 129-140). <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i29-30p129-140>

Lopes, J. V. (2002). *Cabo Verde. Os bastidores da independência* (2a ed.). Spleen Edições.

Lopes, J. V. (2003). *Cabo Verde: As causas da independência: (E o estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*. Spleen Edições.

Lucassen, L., & Lucassen, J. (2018). *Vijf eeuwen migratie: Een verhaal van winnaars en verliezers*. Atlas Contact, Uitgeverij.

Maalouf, A. (2000). *On identity*. Harvill Panther.

Machado, F. L., & Matias, A. R. (2006). *Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: Linhas de identificação sociológica*. CIES-ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/176>

Madeira, J. P. (2014). O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas*. N.6-Ano III- 10/2014. <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/4742>

Madeira, J. P. (2016a). A construção da Nação Cabo-verdiana: Dimensões objetivas e subjetivas. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, III Série, 1, 51–58.

Madeira, J. P. (2016b). A construção do Estado-Nação em Cabo Verde. Em B. C. Reis (Ed.), *Radiografia Crioula: Um diagnóstico político e social de Cabo Verde* (pp. 49–82). Universidade Autónoma de Lisboa & Sílabas Desafios.

Madeira, J. P. C. e B. (2015). *Nação e identidade: A singularidade de Cabo Verde* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12823>

Martins, E. C., & Duarte, U. (2019). Integração escolar dos alunos cabo-verdianos no 1.º ciclo ensino básico português: Estudo de caso. *Revista Intersaberes*, 14(32), 334–348. <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/6886>

Megens, J. (2011). *Wanneer sodade niet meer alles bepaalt. Het veranderende transnationale bestaan van tweede generatie Kaapverdianen in Rotterdam*. [Dissertação de mestrado, Utrecht University]. <http://localhost/handle/1874/209415>

Mendonça, J. R. C. de. (2002). Interacionismo simbólico: Um sugestão metodológica para a pesquisa na administração. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 8(2), 1–23. <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/46249/28826>

Menezes, G. H. de S. (2002). *Filhos da imigração: Sobre a segunda geração de imigrantes brasileiros nos EUA* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17885>

Moré, C. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *CIAIQ2015*, 3. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/158>

Mourão, D. E. (2011). A construção da cabo-verdianidade. *Revista Intratextos*, 2(0), 59–76. <https://doi.org/10.12957/intratextos.2011.1635>

Mourão, D. E. (2016). Estudantes Cabo-verdianos do Ensino Superior no Brasil e em Portugal: Projeto de vida e elaboração de identidades. *Revista Antropológicas*, 27(1), 32. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/viewFile/24040/19502>

Muylaert, C., Sarubbi Jr, V., Gallo, P., & Neto, M. (2014). Narrative interviews: An important resource in qualitative research. *Revista da Escola de Enfermagem da U S P*, 48 Spec No. 2, 184–189. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>

Naber, P., & Veldman, F. (1997). *CABO - De stilte voorbij. Onderzoek naar de leefwereld en maatschappelijke positie van Kaapverdiaanse jongeren in Rotterdam en Zaanstad*. Buro Interpoint Hapert.

Nascimento, A. (2008). Cape Verdeans in São Tomé and Príncipe. Em *Transnational archipelago: Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*. (L. Batalha & J. Carling (Eds.), 55–60. Amsterdam University Press.

Neiva, A. T. (2010). A Ribeira Grande ou Cidade Velha de Santiago de Cabo Verde. *Missão Espiritana, Vol 18*(18). Artigo 11. <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol18/iss18/11>

OM/CP. (2022, maio). Plano estratégico da diáspora vai dar mais centralidade às comunidades cabo-verdianas—Ministro. *Inforpress*. <https://inforpress.cv/plano-estrategico-da-diaspora-vai-dar-mais-centralidade-as-comunidades-cabo-verdianas-ministro/>

Padilla, B., & Ortiz, A. (2014). Construção das identidades de jovens de origem imigrante em Europa: Resultados dum projeto europeu. *REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22(42), 133–158. <https://doi.org/10.1590/S1980-85852014000100009>

- Pattussi, M. P., Moysés, S. J., Junges, J. R., & Sheiham, A. (2006). Capital social e a agenda de pesquisa em epidemiologia. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 1525–1546. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000800002>
- Pérez, T. P. (2005). La perspectiva constructivista en la investigación social. *Revista Tendencias & Retos*, 10, 39–64. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4929370>
- Phinney, J. S. (2003). Ethnic identity and acculturation. Em *Acculturation: Advances in theory, measurement, and applied research*, 63–81. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10472-006>
- Phinney, J. S., & Ong, A. D. (2007). Conceptualization and measurement of ethnic identity: Current status and future directions. *Journal of Counseling Psychology*, 54(3), 271–281. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.54.3.271>
- Pires, R. P. (2003). Dinâmicas migratórias e processos de integração. Em *Migrações e integração: Teorias e aplicações à sociedade portuguesa*. 57–116. Celta.
- Plano estratégico das comunidades 2022-2026: Os 2 pilares, os 7 eixos e os 72 produtos ou projetos*. (2022). Ministério das Comunidades de Cabo Verde.
- Portes, A. (1998). Divergent destinies: Immigration, the second generation, and the rise of transnational communities. Em *Paths to inclusion: The integration of migrants in the United States and Germany*, 33–57. Berghahn Books.
- Portes, A. (2006). Os debates e o significado do transnacionalismo migrante. Em A. Portes, *Estudos sobre as migrações contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. (pp. 201–221). Fim de Século.
- Portes, A., Haller, W., & Fernández-Kelly, P. (2008). Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social*, 20, (pp. 13–50). <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100002>
- Portes, A., & Rumbaut, R. G. (2001). *Legacies: The story of the immigrant second generation*. University of California Press; Russell Sage Foundation.
- Portugal, S. (2007). *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, 271. <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>
- Portugal, S. (2011). Dádiva, família e redes sociais. Em *Cidadania, políticas públicas e redes sociais* (pp. 39–53). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Potter, R. B., Conway, D., & St. Bernard, G. (2009). Transnationalism personified: Young returning Trinidadians ‘in their own words’. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 100(1), 101–113. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2008.00473.x>
- Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e Democracia—A experiência da Itália moderna* (Trad. L. A. Monjardim). 5a edição. Fundação Getúlio Vargas Editora.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (J. M. Marques & M. A. Mendes, Trans.; 2ªEd.). Gradiva.
- Ramos, M. da C. P. (2014). Mobilidades qualificadas e empreendedoras no contexto dos movimentos migratórios contemporâneos e da crise económica. *Revista Ambivalências*, 1(2), 73–99. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v1n2p73-103>
- Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 35(2), Artigo 2. <http://hdl.handle.net/10400.2/5839>
- Recuero, R. da C. (2005). Redes Sociais na Internet: Considerações Iniciais. *E-Compós*, 2. <https://doi.org/10.30962/ec.28>

Recuero, R. da C. (2001). Comunidades virtuais—Uma abordagem teórica. V *Seminário Internacional de Comunicação*. GT de Comunicação e Tecnologias das Mídias. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>

Redin, G. (2020). *Migrações Internacionais: Experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência - Editora UFSM (Universidade Federal de Santa Maria).

Rocha, E. V. (2017). O imigrante oeste-africano como o indesejável? Acerca do processo de racialização em Cabo Verde. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 22(1), 105. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n1p105>

Rudmin, F. (2009). Constructs, measurements and models of acculturation and acculturative stress. *International Journal of Intercultural Relations*, 33, 106–123. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2008.12.001>

Rudmin, F., Wang, B., & de Castro, J. (2017). Acculturation research critiques and alternative research designs. Em *The Oxford handbook of acculturation and health*, 75–95. Oxford University Press.

Saint-Maurice, A. de. (1997). *Identidades reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Celta Editora. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11966>

Santos, D. J. da S., Palomares, N. B., Normando, D., & Quintão, C. C. A. (2010). Raça versus etnia: Diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, 15(3). <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>

Santos, F. C. dos, & Cypriano, C. P. (2014). Redes sociais, redes de sociabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(85), (pp. 63–78). <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200005>

Santos, M. E. M., Torrão, M., & Soares, M. J. (2007). *História concisa de Cabo Verde*. Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação e Património Culturais.

Santos, V., & Santos, J. (2015). As redes sociais digitais e a sua influência na sociedade e educação contemporâneas. *HOLOS*, 6, 307. <https://doi.org/10.15628/holos.2014.1936>

São João Baptista Rotterdam. (2020). Kenniscentrum Immaterieel Erfgoed Nederland. <http://www.immaterieelerfgoed.nl/nl/sao-joao-bapista-rotterdam>

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1). <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>

Seabra, T., & Mateus, S. (2010). Trajectórias escolares, propriedades sociais e origens nacionais: Descendentes de imigrantes no ensino básico português. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XX, 411–424. <https://www.redalyc.org/pdf/4265/426539981022.pdf>

Semedo, J. M. (1998). Um arquipélago do Sahel. Em *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*, 27–53. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. Sépia Paris.

Siar, S. V. (2011). Skilled Migration, Knowledge Transfer and Development: The Case of the Highly Skilled Filipino Migrants in New Zealand and Australia. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 30, 3, 61–94.

Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4ª edição revisada e atualizada). UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

https://www.researchgate.net/publication/312125489_Metodologia_da_Pesquisa_e_Elaboracao_de_Dissertacao

Silva, J. C. J. (2013). A história das políticas migratórias dos Estados Unidos. *Textos e Debates*, 1(20), 7–21. <https://doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i20.1328>

Slingerland, M. (2012). *Kaapverdianen in Rotterdam: De «stille migranten»?!* [Dissertação de mestrado, Leiden University]. <https://hdl.handle.net/1887/19958>

Snel, E., Custers, G., Engbersen, G., & Glas, I. (2019). *Maasstad aan de monitor: De andere lijstjes van Rotterdam*. Kenniswerkplaats Leefbare Wijken. Erasmus Universiteit Rotterdam. <https://www.kenniswerkplaats-leefbarewijken.nl/publicaties/maasstad-aan-de-monitor/>

Soehl, T., & Waldinger, R. (2012). Inheriting the homeland? Intergenerational transmission of cross-border ties in migrant families. *The University of Chicago Press Journals*, 118(3). <https://doi.org/10.1086/667720>

StatLine—Bevolking; geslacht, leeftijd, generatie en migratieachtergrond. (2022). CBS Statline. <https://opendata.cbs.nl/#/CBS/nl/dataset/37325/table?ts=1662488524459>

StatLine—Bevolkingsontwikkeling; migratieachtergrond en generatie. (2021). Statline. <https://opendata.cbs.nl/statline/#/CBS/nl/dataset/70751ned/table?ts=1679557866758>

Taylor, C. (1994). A política de reconhecimento. Em C. Taylor, K. A. Appiah, J. Habermas, S. C. Rockefeller, M. Walzer, & S. Wolf, *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento*. (pp. 45–94). Instituto Piaget.

Tilio, R. C. (2009). Reflexões acerca do conceito de identidade. *Revista Acadêmica do Instituto de Humanidades*, VIII, 109–119. <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/529>

Treviso, V. C., & Almeida, J. L. V. de. (2014). O conhecimento em Jean Piaget e a educação escolar. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade* 1(1), 233–244. <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074544.pdf>

Vala, J. (2004). Processos identitários e gestão da diversidade. Em *Actas I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade, cidadania e integração*, 48–61. ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Actas+CongressoIm.pdf/c70e5fde-146b-4a3f-9ae7-6aa1f27868ee>

Van de Vijver, F. J. R., Blommaert, J., Gkoumasi, G., & Stogianni, M. (2015). On the need to broaden the concept of ethnic identity. *International Journal of Intercultural Relations*, 46, 36–46. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2015.03.021>

Van De Vijver, F. J. R., & Phalet, K. (2004). Assessment in Multicultural Groups: The Role of Acculturation. *Applied Psychology: An international review*, 53(2). 215-236. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2004.00169.x>

Vieira, M. do C. (2011). *Redes sociais, construções identitárias e os processos de consumo na pós-modernidade*. V Simpósio Nacional ABCiber. <https://abciber.org.br/simposio2011/anais/Trabalhos/artigos/Eixo%204/4.E4/61.pdf>

Wan, J. (Diretor). (2018). *Aquaman*. Warner Bros. Pictures.

Wessendorf, S. (2016). *Second-Generation Transnationalism and Roots Migration: Cross-Border Lives*. Routledge.

Westerbeek, I. K. (2011). «*Als de tijd rijp is...*» *Tweede generatie migranten en hun geefgedrag aan het land van herkomst* [Monografia de licenciatura, Utrecht University]. <http://localhost/handle/1874/203062>

Zick, A., Pettigrew, T. F., & Wagner, U. (2008). *Ethnic prejudice and discrimination in Europe*. 64, No. 2, 233–251. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1080.6384&rep=rep1&type=pdf>

ANEXOS

Anexo I – Guião de entrevista para ‘cabos descendentes’

Guião de entrevista para ‘cabo descendentes’

1. Informação geral

- 1.1. Nome:
- 1.2. Idade:
- 1.3. Género:
- 1.4. Nacionalidade:
- 1.5. Cidade em que reside:
- 1.6. Estado civil:
- 1.7. Constituição do agregado familiar:
- 1.8. Escolaridade:
- 1.9. Profissão:
- 1.10. Naturalidade da ascendência:
- 1.11. Escolaridade da ascendência:
- 1.12. Profissão da ascendência:
- 1.13. Idioma falado em casa/com os pais:
- 1.14. Idioma falado com os amigos:

2. Trajetória pessoal e capital social

- 2.1. Reflete, ou refletiu acerca da sua origem étnica/cabo-verdiana?
- 2.2. Descreva um pouco a educação recebida em casa, mencionando que cultura ou culturas lhe foi transmitido/a.
- 2.3. Há grandes diferenças entre crescer numa família de origem cabo-verdiana ou numa de origem neerlandesa?
- 2.4. Conhece a história da imigração da sua família?
- 2.5. Cresceu entre membros da comunidade cabo-verdiana?
- 2.6. Fala-me um pouco do seu percurso escolar, por exemplo tipo de escolas, a origem cultural dos/as colegas e das amizades mais próximas.
- 2.7. Agora, na idade adulta, que origens étnicas predominam no seu círculo de amigos?

3. Aculturação/ identidade sociocultural

- 3.1. Sente-se neerlandês/a, cabo-verdiano/a, uma mistura ou outro?
- 3.2. Que hábitos culturais do seu quotidiano fazem-lhe chegar a essa conclusão?
- 3.3. Quando lhe perguntam, na rua, de onde é, o que responde? E quando se encontra noutra país, Cabo Verde ou outro país estrangeiro?
- 3.4. Possui uma imagem positiva da sua origem cabo-verdiana? Ou poderá ser/ter sido, em certos momentos, um inconveniente para o seu desenvolvimento pessoal/profissional?
- 3.5. Sendo descendente de imigrante, considera-se bem integrado/a na sociedade neerlandesa, diga-se, no seu devido lugar?
- 3.6. Sente-se aceite como é, ou percebe alguma “pressão externa” para comportar-se de forma diferente?
- 3.7. Se sim, ajusta o seu comportamento ou não?

4. Cabo Verde e cultura cabo-verdiana

- 4.1. Quantas vezes esteve em Cabo Verde?
- 4.2. O pai e a mãe, com que regularidade visitam o país?
- 4.3. Quando pensa em Cabo Verde, qual é o primeiro sentimento que lhe aflora?
- 4.4. Mantém contacto regular com familiares e amigos em Cabo Verde?
- 4.5. Possui hábitos ou gostos que considera típicos cabo-verdianos?
- 4.6. Como não faz parte do programa de ensino neerlandês, pesquisou, alguma vez, sobre a história e a cultura de Cabo Verde?
- 4.7. Conhece e frequenta associações ou eventos de e para cabo-verdianos/as nos Países Baixos?
- 4.8. É ou foi, alguma vez, membro associativo, numa organização cabo-verdiana ou não? E fale um pouco da importância de existirem.
- 4.9. Por que canais segue as notícias em Cabo Verde?
- 4.10. Conhece políticas ou programas do governo de Cabo Verde, destinados à sensibilização de descendentes, para desenvolver laços com o país? E fale da importância de existirem.

4.11. Na sua opinião, qual seria a melhor forma do governo fazer chegar as suas intenções a (jovens) descendentes, aqui nos Países Baixos?

5. Modo de vida transnacional

5.1. Se pensar no seu dia-a-dia, acha que nas suas decisões e escolhas leva em consideração as duas culturas? (Se não compreenderem, apresentar exemplos).

5.2. Desenvolve atividades que envolvem os dois países, por exemplo, envia dinheiro/encomendas ou tem contactos profissionais em Cabo Verde?

5.3. (Caso responder negativamente). Estaria interessado/a, no futuro, em desenvolver atividades com repercussões em ambas sociedades? (Se necessário, exemplificar com económicas, políticas, culturais, humanitárias, profissionais, remuneradas ou voluntárias).

5.4. Os/as ascendentes estão mais virados/as para este tipo de práticas, do que os/as jovens, nascidos/as cá?

5.5. Tendo em conta o mundo globalizado, em que, basicamente, pode-se optar por viver em qualquer lugar, seria Cabo Verde uma das suas opções?

6. Futuro

6.1. Do que se apercebe à sua volta, as gerações mais novas estão mais próximas ou mais afastadas da origem cabo-verdiana? Justifique a sua resposta.

6.2. (Dependendo da resposta) Pretende fazer alguma coisa para preservar a cabo-verdianidade nos Países Baixos?

6.3. A quem atribuir a responsabilidade de preservar esta identidade: aos/as progenitores/as, ao governo de Cabo Verde ou à pessoa mesma?

6.4. Tendo em conta o tema de conversa (identidade de descendentes e ligações ao país de origem de pais e/ou mães), quão satisfeito/a está com a identidade que construiu ou está a construir?

6.5. Mais algum pormenor que acha importante acrescentar, e que não mencionei?

Anexo II – Grelha de análise das categorias e subcategorias

Categories	Description of Categories	Subcategories	Units of record
A- Trajetória pessoal e Capital Social	Pretende-se conhecer os percursos pessoais dos/as 'cabo descendentes' e as pessoas mais significativas nas suas vidas, responsáveis por moldar as suas representações, visões, normas, valores, etc. Saber se, além de familiares, amigos e colegas, as organizações cabo-verdianas nos Países Baixos constituem lugares privilegiados para adquirir capital social.	A1- Percursos familiares	
		A2- Percursos escolares	
		A3- Redes de contacto nos Países Baixos	
		A4- Ligações com associações	
B- Identidade etnocultural e social	Compreensão da formação da consciência étnica e, logo, identificação a um ou mais grupos, dentro das sociedades com que possam estar envolvidos/as.	B1- Perceções sobre identificação étnica e sentimento de pertença	
		B2- Perceções sobre identificação social situada (diferentes contextos)	
		B3- Autocaracterização e heteroimagem	
		B4- Perceções sobre integração e aceitação na sociedade neerlandesa	
		B5- Avaliação e atitudes endogrupais	
C- Modo de vida transnacional	Averiguar se o transnacionalismo é uma estratégia de gestão de pertenças múltiplas para os 'cabo descendentes' e identificar as formas que pode adquirir: betwixt e/ ou between. Por fim, se Cabo Verde é uma opção (de futuro) no mundo globalizado vigente.	C1- Identificação de uma (potencial) consciência transnacional ou transnacionalismo simbólico	
		C2- Identificação de práticas transnacionais. Transnacionalismo funcional.	
		C3- Cabo Verde como opção no mundo globalizado	

Categorias	Descrição das Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
D- Cabo-verdianidade como uma identidade cultural plástica	Identificar a predisposição para a cabo-verdianidade na sua identidade, procurando reconhecer se se dedicam à exploração e procura de informações. Ainda, a importância atribuída ao grupo (aspectos da cabo-verdianidade mais valorizados).	D1- Interesse pela história e a cultura cabo-verdianas	
		D2- Interesse pela atualidade cabo-verdiana	
		D3- Identificação de comportamentos étnicos (vivências cabo-verdianas) no quotidiano	
		D4- O papel da língua cabo-verdiana	
		D5- Políticas e programas do governo cabo-verdiano para a sensibilização e envolvimento de descendentes de imigrantes na sociedade cabo-verdiana.	
E- Futuro da cabo-verdianidade nos Países Baixos	Um estudo deve procurar olhar para o futuro. Daí esta categoria que permite palpitar as tendências de preservação/valorização ou enfraquecimento/extinção da cabo-verdianidade nos Países Baixos.	E1- A avaliação da cabo-verdianidade nas próximas gerações.	
		E2- A quem a responsabilidade e o interesse de zelar pelo futuro da cabo-verdianidade	
		E3- Iniciativas próprias nesse sentido	

Anexo III – Declaração de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação.

Declaração de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação.

Eu, _____, enquanto filho/a de imigrante cabo-verdiano/a nos Países Baixos, declaro que aceito participar no estudo “Cabo descendentes nos Países Baixos: um estudo sobre identidade sociocultural e a consolidação da cabo-verdianidade”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, na Universidade Aberta.

Declaro que fui informado/a dos propósitos do estudo e que aceito que as minhas declarações sejam utilizadas e interpretadas pela investigadora.

Ainda, (Sim/Não) * consinto que os meus dados pessoais (sociodemográficos) sejam utilizados no texto da dissertação (*riscar a opção incorreta).

A entrevista será conduzida pela mestranda-investigadora Flávia Alexandra Rendall Rocha e tem como orientadora científica a Professora Doutora Bárbara Bäckström.

A recolha de testemunho será efetuada em áudio e a gravação da entrevista destina-se, exclusivamente, à posterior transcrição da mesma. As informações fornecidas destinam-se à análise dos dados para a presente investigação e serão divulgadas, apenas, em contexto científico.

_____, _____ 2022

Ass: _____